

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ORGANIZAÇÕES E TECNOLOGIA

**TRABALHO INSTITUCIONAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO
SENTIDOS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ**

ELLEN CORRÊA WANDEMBRUCK LAGO

CURITIBA

2018

ELLEN CORRÊA WANDEMBRUCK LAGO

TRABALHO INSTITUCIONAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO
SENTIDOS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, Curso de Mestrado em Administração, Programa Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Jacometti

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L177t
2018
Lago, Ellen Corrêa Wandembruck
Trabalho institucional na implementação do roteiro turístico
Sentidos do Campo no estado do Paraná / Ellen Corrêa Wandem-
bruck Lago.-- 2018.
159 f. : il. ; 2018

Disponível também via World Wide Web
Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba,
2018
Bibliografia: f. 138-156

1. Turismo rural - Paraná - Administração. 2. Desenvolvimento
organizacional. 3. Instituições sociais. 4. Turismo e Estado. 5.
Quatro Barras (PR) - Mapas turísticos. 6. Administração -
Dissertações. I. Jacometti, Márcio. II. Universidade Tecnológica
Federal do Paraná - Programa de Pós-graduação em
Administração. III. Título.

CDD: Ed. 22 -- 658

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794



TERMO DE APROVAÇÃO

TRABALHO INSTITUCIONAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO
TURÍSTICO SENTIDOS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ.

por

Ellen Corrêa Wandembruck Lago

Esta dissertação foi apresentada às **14h00, dia 30 de julho de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO, na Linha de Pesquisa **Tecnologia e Desenvolvimento Organizacional**, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

Prof. Dr. Márcio Jacometti
(PPGA/UTFPR)
Orientador

Prof. Dr. Leonardo Tonon
(PPGA/UTFPR)
Membro Interno

Prof. Dr. Renê Eugênio Seifert Jr
(PPGA/UTFPR)
Membro Interno

Prof. Dr. Marcos de Castro
(PPGADM/UNICENTRO)
Membro Externo

Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento
(PPGA/UTFPR)
Coordenador do PPGA

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

Avenida: Sete de Setembro, 3165
80230-901 – Curitiba – Paraná - Brasil
Fone: (41) 3310-4656
www.utfpr.edu.br

Dedico este trabalho a todos aqueles que amo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao bom Deus pelo dom da vida, por Seu infinito amor, cuidado e proteção, e por ter colocado em meu coração o desejo e a força para enfrentar novos desafios e assim, buscar constantes aprendizados.

Expresso a minha eterna gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Marcio Jacometti, por tamanha humildade, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e por me auxiliar na construção desta dissertação. Seus ensinamentos valiosos, a paciência, a confiança, a integridade, a bondade, a presteza e o incentivo tornaram o processo de pesquisa muito mais fácil de ser trilhado.

Agradeço em especial aos familiares: a minha querida mãe Josely, que por seu grande amor, coragem e abnegação, se tornou um exemplo de determinação em minha vida. Ao meu querido pai Sérgio, um homem extremamente batalhador que, mesmo sem saber, é a força motriz para eu nunca desistir. Ao meu amado esposo Eduardo por estar ao meu lado em todos os momentos, me incentivando, torcendo, suprimindo e entendendo as minhas ausências em nosso lar. Aos meus queridos filhos: Guilherme, por ser um menino obediente, responsável e compreensivo, e a pequena Laís, por ser a minha companheira das longas horas de estudos. A minha sogra Marlene, por ser tão presente, por me auxiliar no cuidado com as crianças e nas tarefas do lar. Aos meus irmãos Celise, Gabriel e Felipe, aos cunhados Waguinho e Larissa e aos amados sobrinhos Lívia, Vivi, Manu e Juju, por serem tão presentes em minha vida. As minhas queridas avós Saly e Tereza e aos demais familiares que sempre oraram por mim.

Agradecimento aos amigos: Celso Egídio Lopes por acreditar e me incentivar neste processo. Igor Fernando Ruthes por ser amigo confidente e sempre me tranquilizar com seu senso humor ímpar. Moises Fernandes de Souza, por ser meu primeiro incentivador, quando ainda menina. Josiany Cristina Ohde Perine, por ser uma amiga tão presente neste período turbulento. Liliane Teixeira e Tania Kohn, minhas “irmãs de mestrado”, que me encorajaram, aconselharam e estiveram ao meu lado nos momentos agradáveis e difíceis da pós-graduação.

Agradeço a Prefeitura Municipal de Quatro Barras por me conceder a licença para os estudos e por entender a importância deste aprendizado em minha vida. Aos colegas de trabalho do Gabinete e de Licitações que sempre me ajudaram e supriram as minhas ausências com muita competência e responsabilidade.

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) na pessoa do competente Coordenador do curso de Mestrado em Administração, Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento e toda a equipe de coordenação do curso, por serem sempre tão solícitos e prontos a auxiliar.

Agradeço aos queridos professores da UTFPR, em especial ao Prof. Dr. Francis Kanashiro Meneghetti, ao Prof. Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira, ao Prof. Dr. Leonardo Tonon e ao Prof. Dr. Rene Eugenio Seifert Junior. Tenho muito orgulho por tê-los como mestres!

Agradeço aos queridos colegas “subjetivos” (Diogo, Liliane, Ana Silvia, Laira, Mariã, Edison) e “objetivos” (Maíra, Rafaela, Elis, Camila, Tania e Alejandro) do curso de mestrado, pela parceria, respeito, cumplicidade, viagens, conversas, risadas, conselhos, deliciosos cafés e por trocas riquíssimas, que auxiliaram na construção de meus conhecimentos. Sinto-me honrada em tê-los como colegas!

Agradeço aos meus queridos amigos, parceiros de artigos: Aurenilson Cipriano, por ser um grande incentivador e por acreditar em mim. Leandro Rodrigo Canto Bonfim, por sua generosidade e por estar sempre disposto a ajudar.

Agradeço aos meus grandes amigos da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Borda do Campo, que por mim oraram e sempre me incentivaram.

Agradeço a todos os funcionários da QBCAMP por me receber tão bem e fornecer os dados necessários a minha pesquisa.

Por fim, a minha gratidão a professora Marystela Assis Baratter Sanches pela participação na banca de qualificação, e aos professores Rene Eugenio Seifert Junior e Marcos de Castro, por aceitarem o convite de compor a banca de defesa e assim contribuir para a realização desta dissertação.

*O homem nasceu para aprender,
aprender tanto quanto a vida lhe permita.*

(Guimarães Rosa)

*Os pequenos atos que se executam
são melhores que todos aqueles grandes
que apenas se planejam.*

(George C. Marshall)

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em compreender como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, localizado nas cidades de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Paraná, no período compreendido entre 2009 e 2018. O percurso metodológico adotado neste estudo longitudinal foi delineado pela abordagem qualitativa da pesquisa, classificada como descritiva, utilizando-se o estudo de caso como método. Os dados primários foram coletados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. Foram utilizados ainda dados secundários, tais como documentos institucionais, atas de reuniões e matérias jornalísticas publicadas na imprensa local, que foram analisados por meio de análise de conteúdo temática. Os resultados obtidos permitiram descrever o processo de implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo com base nos pressupostos da teoria institucional, na vertente de agência humana. Nessa perspectiva, o envolvimento dos atores em processos de mudança institucional caracteriza-se pelo trabalho institucional. Os resultados permitiram identificar a presença de trabalho institucional voltado à criação, manutenção e ruptura de instituições, sendo predominantes no campo organizacional as ações coletivas desempenhadas a fim de criar novas instituições. Os dados também demonstraram que a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, o SEBRAE/RS e o Ministério de Turismo foram os principais atores sociais integrantes do campo organizacional, envolvidos diretamente na constituição do Roteiro Turístico estudado. A pesquisa demonstrou que apesar do Roteiro Turístico estar em fase de manutenção, ainda não está totalmente consolidado, uma vez que não contempla algumas entidades essenciais ao seu desenvolvimento, tais como universidades, sociedade civil, agências reguladoras, etc. Os dados possibilitaram a conclusão de que o grupo de empreendedores possui autonomia de ação, mas ainda configura-se muito dependente do poder público municipal. Assim, embora todos os integrantes do Roteiro Turístico almejem os mesmos objetivos no que tange ao desenvolvimento da região e reconhecimento do roteiro como uma rota efetiva de turismo, não foram desenvolvidas estratégias específicas e efetivas voltadas a esta finalidade. Por fim, o trabalho institucional coletivo influenciou a implementação do Roteiro Turístico por meio de ações conjuntas desenvolvidas pelos Governos Federal e Municipal, e ações voltadas à manutenção do aglomerado estão sendo desenvolvidas pelos atores integrantes do Roteiro Turístico e demais atores pertencentes ao campo organizacional, embora não esteja totalmente consolidado.

Palavras-chave: Trabalho institucional; roteiro turístico; campo organizacional.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand how collective institutional work influenced the implementation of the Sentidos do Campo Tourist Roadmap, located in the cities of Quatro Barras and Campina Grande do Sul, Paraná, in the period between 2009 and 2018. The methodological approach adopted in this study longitudinal study was delineated by the qualitative approach of the research, classified as descriptive, using the case study as a method. The primary data were collected through semi-structured interviews and non-participant observation. Secondary data were also used, such as institutional documents, minutes of meetings and news articles published in the local press, which were analyzed through analysis of thematic content. The results obtained allowed to describe the process of implementation of the Sentidos do Campo Tourist Roadmap based on the assumptions of institutional theory in the human agency field. From this perspective, the involvement of actors in processes of institutional change is characterized by institutional work. The results allowed to identify the presence of institutional work aimed at the creation, maintenance and rupture of institutions, being predominant in the organizational field the collective actions carried out in order to create new institutions. The data also showed that the Municipality of Quatro Barras, SEBRAE/RS and the Ministry of Tourism were the main social actors in the organizational field, directly involved in the constitution of the Tourist Roadmap studied. The research showed that although the Tourist Roadmap is still in the maintenance phase, it is still not fully consolidated, since it does not include some entities that are essential to its development, such as universities, civil society, regulatory agencies, etc. The data made it possible to conclude that the group of entrepreneurs has autonomy of action, but still it is very dependent on the municipal government. Thus, although all the members of the Tourism Roadmap aim at the same objectives regarding the development of the region and recognition of the route as an effective route of tourism, specific and effective strategies have not been developed for this purpose. Finally, collective institutional work influenced the implementation of the Tourism Roadmap through joint actions developed by the Federal and Municipal Governments, and actions aimed at maintaining agglomeration are being developed by the actors that make up the Tourism Roadmap and other actors belonging to the organizational field, although not fully consolidated.

Key-words: *Institutional work; tourist roadmap; organizational field.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Importância do turismo na economia mundial	49
Figura 2	Copa do Mundo em números	80
Figura 3	Logotipo do Roteiro Turístico Sentidos do Campo	90
Figura 4	Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2015 (frente)	93
Figura 5	Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2015 (verso)	94
Figura 6	Rede de relacionamentos do campo organizacional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo em sua formalização (2014)	101
Figura 7	Rede de relacionamentos do campo organizacional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo em sua formalização (2014)	103
Figura 8	Trabalho Institucional realizado no Roteiro Turístico Sentidos do Campo	108
Figura 9	Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2017 (frente)	129
Figura 10	Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2017 (verso)	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pilares institucionais e suas ênfases	29
Quadro 2	<i>Carriers</i> e os pilares institucionais	30
Quadro 3	Pilares, Tipologia e Definição: Trabalho Institucional de Criação	43
Quadro 4	Pilares, Tipologia e Definição: Trabalho Institucional de Manutenção	45
Quadro 5	Antecedentes de desinstitucionalização	46
Quadro 6	Pilares, tipologia e definição: Trabalho Institucional de Ruptura	47
Quadro 7	Reuniões destinadas à formalização do Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2011 – 2014)	66
Quadro 8	Reuniões realizadas para manutenção do Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2014 – 2018)	67
Quadro 9	Perfil do Entrevistado	71
Quadro 10	Roteiros Turísticos classificados no projeto Talentos do Brasil Rural	88
Quadro 11	Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados (Pilar Regulativo)	110
Quadro 12	Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados (Pilar Normativo)	113
Quadro 13	Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados (Pilar Cognitivo)	115
Quadro 14	Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificados (Pilar Regulativo)	118
Quadro 15	Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificados (Pilar Normativo)	120
Quadro 16	Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificados (Pilar Cognitivo)	121
Quadro 17	Trabalho Institucional de Ruptura Identificados (Pilar Regulativo)	123
Quadro 18	Trabalho Institucional de Ruptura Identificado (Pilar Normativo)	124
Quadro 19	Trabalho Institucional de Ruptura Identificado (Pilar Cognitivo)	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
APL	Arranjo Produtivo Local
BA	Bahia
CE	Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DF	Distrito Federal
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
MT	Mato Grosso
MTUR	Ministério do Turismo
NET	Núcleo de Empreendedores de Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PMQB	Prefeitura Municipal de Quatro Barras
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QBCAMP	Associação Industrial e Comercial de Quatro Barras e Campina Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo

SEET	Secretaria de Estado de Esporte e Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA	20
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2	QUADRO TEÓRICO-EMPÍRICO DE REFERÊNCIA	24
2.1	FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL	24
2.1.1	Organizações, Instituições e Institucionalismo	25
2.1.2	Contexto Institucional	26
2.1.2.1	Ambiente institucional	27
2.1.2.1.1	Pilares e condutores institucionais	28
2.1.2.2	Ambiente técnico	31
2.1.3	Campos Organizacionais	31
2.1.3.1	Campo como a totalidade dos atores relevantes	32
2.1.3.2	Campo como arena funcionalmente específica	33
2.1.3.3	Campo como centro de diálogo e de discussão	34
2.1.3.4	Campo como arena de poder e de conflito	34
2.1.3.5	Campo como esfera institucional de interesses em disputa	35
2.1.3.6	Campo como rede estruturada de relacionamentos	36
2.1.4	Legitimidade e Isomorfismo Institucional	37
2.1.4.1	Isomorfismo coercitivo	38
2.1.4.2	Isomorfismo normativo	39
2.1.4.3	Isomorfismo mimético	39
2.1.5	Agência e Trabalho Institucional	39
2.1.5.1.1	Trabalho institucional de criação	41
2.1.5.1.2	Trabalho institucional de manutenção	44
2.1.5.1.3	Trabalho institucional de ruptura	45
2.2	CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TURISMO	47
2.2.1	Turismo Rural	51
2.2.2	Aglomerados Empresariais	51
2.2.2.1	Aglomerados turísticos	52
3	METODOLOGIA	54
3.1	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	54
3.1.1	Apresentação das Perguntas de Pesquisa	54
3.1.2	Definição das Categorias Analíticas	55
3.1.3	Definição de Outros Termos Relevantes	58
3.2	DELIMITAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	59
3.2.1	Delineamento da Pesquisa	59
3.2.2	Participantes	63

3.2.3	Procedimentos de Coleta de Dados.....	65
3.2.4	Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados	72
3.2.5	Facilidades e Dificuldades na Coleta e Tratamento dos Dados	75
3.2.6	Limitações da Pesquisa	76
3.3	ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	77
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	79
4.1	PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO SENTIDOS DO CAMPO.....	79
4.2	ATORES INTEGRANTES DO CAMPO ORGANIZACIONAL.....	100
4.2.1	Funções desempenhadas pelos atores envolvidos na implementação do Roteiro Turístico.....	104
4.3	TRABALHO INSTITUCIONAL REALIZADO PELO AGLOMERADO DE TURISMO.....	107
4.3.1	Trabalho Institucional de Criação no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.....	109
4.3.1.1	Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Regulativo	109
4.3.1.2	Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Normativo.....	112
4.3.1.3	Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Cognitivo	115
4.3.2	Trabalho Institucional de Manutenção no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.....	116
4.3.2.1	Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Regulativo.....	117
4.3.2.2	Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Normativo	120
4.3.2.3	Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Cognitivo.....	121
4.3.3	Trabalho Institucional de Ruptura no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.....	122
4.3.3.1	Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Regulativo.....	123
4.3.3.2	Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Normativo	124
4.3.3.3	Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Cognitivo.....	125
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	127
5.1	CONTRIBUIÇÕES DOS RESULTADOS	135
5.2	SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS	136
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICE 1	157

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela agricultura familiar e pelo turismo rural tem sido crescente no Brasil, uma vez que representam um importante mecanismo de fomento local e regional para as comunidades rurais (MDA, 2007; SEBRAE, 2014). A formulação de políticas públicas voltadas à promoção de tais atividades tem se mostrado uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável regional, possibilitando um aumento na geração de emprego e renda para as famílias localizadas em áreas rurais.

A fim de promover o desenvolvimento dos interesses coletivos dos empreendimentos turísticos brasileiros, o Governo Federal desenvolveu, no ano de 2009, um projeto denominado “Talentos do Brasil Rural”, cuja política pública pautava-se na implementação de ações conjuntas para identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística, de forma a fomentar a inserção e qualificação de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico brasileiro (MTUR, 2015).

Como resultado, formalizaram-se vinte e três roteiros turísticos em todo o Brasil com o objetivo de atrair turistas para os arredores das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (SEBRAE, 2014).

Assim, o Roteiro Turístico Sentidos do Campo foi formalizado em 2014, na Região Metropolitana de Curitiba, cidade-sede dos jogos do mundial e está localizado nos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Paraná, compreendendo os empreendimentos turísticos voltados ao agronegócio e turismo ecológico da região e contando atualmente com a participação de oito empresas.

Um Roteiro Turístico pode ser compreendido como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que conferem identidade às localidades que o integram, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística (MTUR, 2007).

De acordo com Sohn *et al.* (2017), o turismo promove o desenvolvimento regional e pode ser impulsionado pela formação de redes interorganizacionais, como

os aglomerados empresariais (*clusters*) e têm como aspecto principal, a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (CUNHA, 2007; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; VALE; CASTRO, 2010). *Clusters* também podem ser definidos como redes de cooperação (TOMAZZONI; COSTA, 2015; MARTINS; FIATES; PINTO, 2016) visando a aumentar a competitividade (SOHN *et al.*, 2017).

Em decorrência das inúmeras vantagens desencadeadas pelos aglomerados, cada vez mais os entes públicos, a Academia e órgãos como a Organização Mundial do Turismo (OMT) têm dado maior atenção às políticas de criação e competitividade (SOHN *et al.*, 2017), às economias regionais (RODRIGUES *et al.*, 2012) e ao desenvolvimento local e industrial (JACOMETTI, 2013) dos aglomerados.

Assim, devido à importância que um aglomerado representa para o desenvolvimento e fomento econômico local, faz-se necessário compreender com maior profundidade o processo de implementação desse roteiro turístico, a fim de levantar dados que auxiliem na implantação de novos roteiros e aglomerados de turismo no Brasil.

De acordo com Martins, Fiates e Pinto (2016), um aglomerado turístico é composto por companhias e instituições ligadas ao turismo, localizadas numa mesma região geográfica que buscam mediante a ação conjunta obter ganhos coletivos. Neste contexto, o conceito de campo organizacional entra em cena, pois segundo DiMaggio e Powell (2005) [1983], campo organizacional são as organizações que constituem conjuntamente uma área reconhecida da vida institucional, a saber: os fornecedores-chaves, os consumidores de recursos e produtos, as agências reguladoras e demais organizações que produzem serviços ou produtos similares, de forma a representar todos os atores relevantes no processo (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Desta forma, o conceito de campo organizacional será adotado neste trabalho por ser crucial para a análise institucional e considerado o nível de maior relevância para a teoria institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1991; SCOTT, 2008), abordagem teórica utilizada na presente pesquisa.

Considerando-se a relevância e atualidade dos temas explanados, um estudo aprofundado deste caso, sob a perspectiva institucional é relevante para a compreensão de como o trabalho institucional influenciou o processo de implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, desde a sua formalização.

O trabalho institucional é um conceito que altera o foco da pesquisa institucional (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014), buscando esclarecer qual é o papel da agência na dinâmica industrial, tendo como foco analisar a maneira pela qual a ação influencia as estruturas sociais e institucionais (CORAIOLA *et al.*, 2015).

Neste sentido, Lawrence, Leca e Zilber (2013) ensinam que o estudo do trabalho institucional pode ser separado em pesquisas que evidenciam como ele ocorre, quem o realiza e o que constitui tal trabalho. Assim, a compreensão de como agem os atores, quem são esses atores sociais envolvidos e o que compõe, torna-se fundamental para o estudo do trabalho institucional e para uma melhor compreensão do campo organizacional.

A presente pesquisa visa a descrever o processo de criação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, identificar os atores integrantes do campo organizacional, descrever as funções desempenhadas por cada ator envolvido na implementação do roteiro, especificar o trabalho institucional realizado pelo aglomerado e apontar os tipos de trabalho institucional presentes no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Levando-se em conta a discussão sobre o comportamento dos atores no contexto institucional, aponta-se o seguinte problema de pesquisa:

Como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo desde a sua formalização?

Para responder a esta questão, foram estabelecidos os seguintes objetivos de pesquisa:

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo desde a sua formalização.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o processo de criação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo;
- Identificar os atores integrantes do campo organizacional no qual o Roteiro Turístico está inserido;
- Descrever as funções desempenhadas por cada ator envolvido na implementação do Roteiro Turístico;
- Especificar o trabalho institucional coletivo realizado pelo aglomerado de turismo;
- Apontar os tipos de trabalho institucional presentes no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

1.3 JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA

A justificativa teórica desta pesquisa consiste no fato de que os estudos sobre aglomerados empresariais são cada vez mais recorrentes na literatura (RODRIGUES *et al.*, 2012) dada a sua importância para o desenvolvimento local e, principalmente, a sustentabilidade das micro, pequenas e médias empresas (MPEs).

O setor público vem desenvolvendo políticas voltadas à criação e manutenção de roteiros turísticos no Brasil, pois representam um importante mecanismo para o fomento local e regional das comunidades brasileiras. Assim, os resultados teóricos desta pesquisa poderão servir de base para auxiliar os órgãos públicos e entidades correlatas na deliberação de ações e políticas públicas voltadas ao fomento de atividades econômicas das comunidades rurais.

Outra importante justificativa teórica destaca-se em virtude do delineamento longitudinal adotado no presente trabalho, tendo em vista que a coleta de dados teve início no mês de agosto de 2015 analisando-se o processo de formalização do roteiro turístico que ocorreu no ano de 2011, finalizando-se em maio de 2018, ocasião em que ocorreu o término da coleta de dados.

Estudos de caráter longitudinal são raros no Brasil (BASTOS, 1999) pelo fato de demandarem maior tempo de pesquisa (AMBIEL *et al.*, 2017). Desta forma, a presente dissertação possui uma importante contribuição acadêmica, de modo que os dados coletados ao longo do tempo tornam a pesquisa mais robusta.

Outro aspecto teórico relevante refere-se ao fato de que a presente dissertação integra o projeto de pesquisa científica aprovado no Edital Universal 01/2016 do CNPq, intitulado: “Análise da Sustentabilidade e da Governança em Arranjos Produtivos Locais: a Institucionalização do APL de Turismo de Quatro Barras e Campina Grande do Sul/PR”, sob a coordenação do Professor Doutor Márcio Jacometti e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de forma que os resultados e contribuições obtidos nesta dissertação servem de subsídio ao desenvolvimento de pesquisas científicas de maior amplitude.

A justificativa prática desta pesquisa reside no fato de que os aglomerados industriais têm se mostrado fenômenos eficazes para a promoção do desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas entre os empreendimentos de uma determinada região geográfica.

As organizações que compõe um aglomerado empresarial apresentam vantagens competitivas de relacionamento provenientes da comunicação entre empresas da mesma localidade e compartilhamento do processo decisório, de forma a obterem uma atuação sinérgica e estratégica, além de cooperarem mutuamente buscando alcançar as metas conjuntas. A competitividade existente num aglomerado promove o aumento da produtividade, estimulando a implementação de inovações nas cadeias produtivas, processos e/ou prestação de serviços.

Assim, o estudo acerca da implementação de um roteiro turístico tem grande relevância prática por possibilitar a compreensão das principais dificuldades enfrentadas pelo grupo analisado, identificar os atores envolvidos e a função desempenhada por cada um, cujos resultados poderão servir de base para auxiliar na formalização e manutenção de roteiros turísticos. A análise em nível do campo organizacional possibilitará uma maior amplitude na compreensão do fenômeno, uma vez que permitirá vislumbrar todos os atores envolvidos no processo.

Outra justificativa prática deste estudo consiste no fato de que, conforme já explanado, os aglomerados são relevantes mecanismos que possibilitam o fomento do desenvolvimento econômico e social de uma região. Neste sentido, o acompanhamento de como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo poderá auxiliar na identificação de problemas que possam ocasionar possíveis falhas na implantação de outros roteiros, assim como promover o incentivo para a criação de novos aglomerados.

Por fim, a principal justificativa prática pauta-se nas conclusões sobre como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do roteiro, possibilitando o seu desenvolvimento, pois a percepção de que o sucesso do empreendimento demanda esforços individuais e coletivos pode fortalecer o aglomerado turístico existente, transformando-o progressivamente num aglomerado de maior abrangência e complexidade, tal qual um arranjo produtivo local (APL).

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo compreende a introdução ao tema em questão, apresentação do problema de pesquisa, objetivos geral e específicos e justificativas teóricas e práticas do estudo.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórico-empírica da dissertação e o terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos que nortearam e delinearão a investigação empírica do estudo. Nesse capítulo, são apresentadas as perguntas de pesquisa, a definição das categorias analíticas,

também são apontados os critérios para delimitação da pesquisa, a população, amostra, procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados, as facilidades e as limitações da pesquisa, bem como os aspectos éticos envolvidos na condução do presente trabalho.

No capítulo quatro constam as observações concernentes à análise dos dados primários e secundários coletados no estudo.

Por fim, no capítulo cinco, apresentam-se as conclusões relativas ao desenvolvimento do estudo, as implicações inerentes ao desenvolvimento científico relacionado ao tema, bem como sugestões e contribuições para futuras pesquisas no tema estudado.

2 QUADRO TEÓRICO-EMPÍRICO DE REFERÊNCIA

Segundo Kumar (2005), uma das tarefas iniciais ao se empreender uma pesquisa é percorrer a literatura existente, a fim de familiarizar-se com o corpo de conhecimento disponível referente à área de interesse a que se pretende pesquisar. Deste modo, o presente capítulo contém os fundamentos básicos sobre os quais o presente estudo está baseado e que nortearam a elaboração do problema de pesquisa.

2.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL

A teoria institucional é uma das abordagens com maior capacidade de explicação dos fenômenos organizacionais (EISENHARDT, 1988; DUARTE; TAVARES, 2012), possibilitando a análise das formas pelas quais o ambiente institucional molda as crenças, os valores e as ações do indivíduo, auxiliando na compreensão de como processos e representações sociais tornam-se regras em determinadas organizações (VIEIRA; CARVALHO, 2003), além de oferecer a possibilidade de identificar interessantes *insights* para compreender diversos aspectos do pensamento estratégico (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES AZEVEDO, 2004).

Segundo Selznick (1996)¹, os institucionalistas estudam o surgimento das formas, processos, estratégias, perspectivas e competências à medida que estes emergem de padrões de interação e adaptação da organização.

Vasconcelos e Machado-da-Silva (2005) discorrem acerca do alto poder de explicação que a teoria institucional possui, permitindo a análise de sistemas educacionais, estruturas legais, tribunais, burocracias públicas, profissões, prêmios, concursos, entidades de certificação, organizações culturais, entre outros. Assim, no que se refere à variedade de abordagens temáticas contempladas pela teoria institucional, os autores afirmam que:

¹ De acordo com Scott (2008), os trabalhos de Selznick são pioneiros da teoria institucional.

A teoria institucional vem desenvolvendo um corpo teórico diverso e complexo, abordando temas como valores, poder, cooptação, inovação, isomorfismo, racionalização, modernização, uniformização, formalismo, conformidade, resistência, contestação, adaptação ambiental, intersubjetividade, linguagem, formação de coalizões políticas e mecanismos de estabelecimento da ordem e da mudança social (VASCONCELOS; MACHADO-DA-SILVA, 2005, p. 2).

A compreensão acerca do trabalho institucional coletivo na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo requer uma sucinta explanação sobre os pressupostos da teoria institucional, cujo embasamento teórico possibilitará um entendimento de maior abrangência no que se refere ao fenômeno organizacional estudado nesta pesquisa.

2.1.1 Organizações, Instituições e Institucionalismo

A relação existente entre as organizações e o ambiente é central na teoria institucional, sendo tal ambiente concebido não apenas como recursos humanos e materiais, mas também pela presença de elementos simbólicos como mitos, crenças e programas profissionais (DIMAGGIO; POWELL, 1991; GONÇALVES, 2007; DUARTE; TAVARES, 2012).

Neste aspecto, as organizações podem ser compreendidas como “um instrumento técnico para a mobilização das energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida”, enquanto que as instituições referem-se ao “produto natural das pressões e necessidades sociais – um organismo adaptável e receptivo” (SELZNICK, 1972, p. 5).

Instituições são as regras culturais que fornecem significado coletivo e valor a entidades de forma a integrá-las a sistemas mais amplos (MEYER; BOLI; THOMAS, 1994), cujo estudo requer o resgate da sua construção histórica e influências existentes no meio social (SELZNICK, 1972).

As instituições podem ser compreendidas como uma prática perene (BARATTER, 2010; JACOMETTI *et al.*, 2017) e são representadas por estruturas sociais e expressas por objetivações linguísticas, objetos físicos, naturais e artificiais (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Uma instituição refere-se à ideia de estado, enquanto que institucionalização diz respeito aos processos e mecanismos que resultam em regras culturais, representando “um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas” (MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 2003, p. 180).

De acordo com Selznick (1972), a institucionalização pode ser definida como um processo que ocorre em uma organização refletindo cada uma de suas particularidades históricas e é socialmente construída pelos grupos existentes e pelo modo em que se relaciona com o ambiente.

Assim, a institucionalização compreende os mecanismos pelos quais sistemas sociais, obrigações ou realidades assumem uma condição de regra no pensamento social e na ação (MEYER; ROWAN, 1977; PECI, 2006), de modo que sua ocorrência é percebida menos como competição e mais decorrente de processos miméticos (DUARTE; TAVARES, 2012), tal qual uma adequação às normas socialmente aceitas (GUARIDO FILHO, 2008).

2.1.2 Contexto Institucional

As organizações precisam estar conectadas ao ambiente mais amplo para que continuem existindo (SEIFERT, 2004). Segundo Hall (2004), o contexto é considerado um conjunto dos fenômenos que causam alguma influência sobre as organizações.

A análise do contexto institucional é fundamental para a verificação dos pontos críticos de pressão ambiental e identificação das possíveis tendências à mudança que possam ocorrer nas organizações.

Na visão de Scott (2002), o contexto institucional é constituído pelos ambientes técnico e institucional, sendo que o primeiro envolve questões referentes a recursos e resultados operacionais (competitividade), enquanto que o segundo está relacionado a fatores culturais e simbólicos que afetam as organizações.

Segundo Machado-da-Silva e Fonseca (1996), é fundamental a compreensão de que a natureza da atividade de cada organização determina maior ou menor

importância do ambiente técnico ou institucional na elaboração das estratégias organizacionais. Assim, os dirigentes devem definir as ações de acordo com sua interpretação do contexto institucional vigente.

2.1.2.1 Ambiente institucional

O ambiente institucional é considerado unitário e consistente (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]) e está relacionado aos elementos cognitivo-culturais, normativos e regulativos que, associados às atividades e aos recursos, dão significado à vida social (SCOTT, 2002). Tal ambiente caracteriza-se pela elaboração de normas e exigências obrigatórias adotadas pelas organizações a fim de que obtenham a legitimidade e apoio no ambiente em que estão inseridas (GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA, 2001; SCOTT, 2002; 2008; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010).

Os ambientes institucionais caracterizam-se por instituições heterogêneas que mostram diferentes racionalidades das práticas compartilhadas (ZILBER, 2002) e diversas demandas e expectativas devido à discordância institucional (ZUCKER, 1987) presente nos campos organizacionais.

Os elementos que compõe o ambiente institucional estão relacionados ao modo pelo qual como o comportamento social é regulado, às normas reconhecidas pelo grupo, às bases de legitimação de papéis sociais e atividades, às leis e sanções aplicadas, entre outros elementos (SCOTT, 2002), podendo ser compreendidos como um guia para direcionar a ação (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014).

Conforme ensina Scott (1987), os primeiros trabalhos acerca do novo institucionalismo analisavam a relação existente entre as organizações e o ambiente institucional, a partir de três dimensões: (1) que elementos institucionais são escolhidos para serem considerados; (2) quais influências ou mecanismos causais são identificados; (3) e quais aspectos da estrutura organizacional são afetados.

Essas pesquisas baseavam-se numa visão determinística do impacto do ambiente institucional nas organizações (SCOTT, 1994), tratando o ambiente

institucional como dado, ou seja, as organizações deveriam seguir inconscientemente os roteiros do ambiente predominante.

A partir desta perspectiva, o papel dos indivíduos e das organizações passou a ser minimizado quanto a possibilidades de respostas ao ambiente institucional (DIMAGGIO, 1988; POWELL, 1991; TOLBERT; ZUCKER, 1999), deixando pouco espaço para a explicação de como as organizações poderiam de fato afetar o ambiente institucional.

De acordo com Jacometti, Gonçalves e Castro (2014), as instituições regulativas, normativas e cognitivas e a cultura organizacional existentes no ambiente que se propõe a mudança devem ser compreendidas, uma vez que as organizações norteiam e modelam as práticas sociais.

2.1.2.1.1 Pilares e condutores institucionais

A partir de suas pesquisas, Scott (2008) elaborou uma estrutura analítica para esquematizar o estudo das instituições em âmbito organizacional, contendo os três pilares institucionais fundamentais que sustentam as organizações e fornecem uma melhor explicação entre as organizações e o ambiente, a saber: (1) regulativo, (2) normativo e (3) cultural-cognitivo.

De acordo com Scott (2008), o pilar institucional regulativo é o mais convencional e refere-se à obediência de regras formais e informais de conduta como forma de legitimação. Este pilar está relacionado à perspectiva realista social, cujos atores apresentam interesses racionais, utilizando-se da lógica instrumental do cálculo utilitário de consequência para atingir seus objetivos. O não cumprimento das normas estabelecidas implica na aplicação de sanções e penalidades, estando este pilar associado ao isomorfismo coercitivo (SCOTT, 2008).

O pilar institucional normativo, segundo Scott (2008), tem relação ao controle comportamental por meio das normas sociais e valores morais como mecanismos institucionais. Neste pilar, tais regras e valores enraizados podem dificultar ou facilitar a implementação de determinadas ações, portanto, tende a seguir a lógica de conformidade orientada por uma moral baseada no contexto social. Os sistemas

normativos frequentemente são tidos como restritivos comportamentais, no entanto, possibilitam a capacitação da ação social, uma vez que conferem direitos, responsabilidades, funções, mandatos, entre outros. Este pilar está diretamente relacionado ao isomorfismo normativo (SCOTT, 2008).

O pilar cultural-cognitivo representa a lógica da realidade socialmente construída por meio da interação entre os atores, mediante os conhecimentos culturalmente sustentados e aceitos como certos (SCOTT, 2008). A ação, neste caso, ocorre pela convicção de que as rotinas estabelecidas são seguidas por serem consideradas corretas, e a compreensão ou a explicação das ações exigem condições objetivas e interpretação subjetiva do ator (SCOTT, 2008).

Segundo Gonçalves (2007), este pilar também auxilia a compreender o que torna as organizações únicas, ainda que inseridas no mesmo campo organizacional institucionalizado ou sofrendo pressões que as direcionem ao isomorfismo. Explica o autor que a interpretação das instituições e a forma como elas serão adotadas nas práticas organizacionais vão diferir de acordo com o esquema interpretativo específico a cada organização (GONÇALVES, 2007). Assim, embora haja até certo ponto determinismo ambiental, as organizações ainda serão únicas no ambiente institucional, podendo, inclusive, agir para mudar as instituições que as regem.

Quadro 1 – Pilares institucionais e suas ênfases

	Regulativo	Normativo	Cognitivo
Base de submissão	Obediência	Obrigação social	Admitido como certo
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumental	Conformidade	Ortod�xica
Indicadores	Regras, leis e sanções	Certifica�o e credibilidade	Predomínio e Isomorfismo
Base de legitimidade	Legalmente sancionado	Moralmente governado	Culturalmente sustentado e conceitualmente correto

Fonte: Adaptado de Scott (2008, p. 51).

Com o objetivo de auxiliar na compreensão dos pilares institucionais propostos por Scott (2008), o Quadro 1 apresenta de forma resumida os pilares relacionados às ênfases, conforme propostos pelo autor.

Os pilares institucionais frequentemente encontram-se interligados (SCOTT, 2008), no entanto, o pilar cultural-cognitivo é o que possui os fundamentos de maior profundidade no que se refere às formas institucionais, onde não apenas as crenças, como também as normas e regras apoiam-se mutuamente (JACOMETTI, 2013).

No que se refere à difusão entre as organizações que compõe o campo organizacional, Scott (2008) destaca que ela ocorre pela existência de condutores institucionais (*carriers*), seja para a manutenção, institucionalização ou ruptura de padrões existentes no campo organizacional ou internalizados nas organizações.

Segundo Jacometti (2013) baseado em Scott (2008), o uso de *carriers* como novas tecnologias ou conhecimentos pode iniciar um processo de institucionalização ou desinstitucionalização de práticas vigentes. Deste modo, para uma visualização mais abrangente acerca da relação existente entre os *carriers* e os pilares institucionais, o Quadro 2 demonstra de forma pragmática tal relação.

Quadro 2 – *Carriers* e os pilares institucionais

<i>Carriers</i>	Pilares		
	Regulativo	Normativo	Cultural-Cognitivo
Sistemas Simbólicos	Leis e regras	Valores e expectativas	Categorias, tipificações e esquemas
Sistemas Relacionais	Sistemas de governança e sistemas de poder	Regimes, sistemas de autoridade	Isomorfismo estrutural, identidades
Rotinas	Protocolos, padrões operacionais e de procedimentos	Trabalho, papéis e dever de obediência	Roteiros
Artefatos	Objetos que cumprem especificações	Objetos que reforçam padrões e convenções	Objetos revestidos de valor simbólico

Fonte: Adaptado de Scott (2008, p. 79).

A importância dos *carriers* reside no fato de que uma classificação analítica possibilita a compreensão de diversos mecanismos por onde e como as ideias transitam (JACOMETTI, 2013). Segundo Scott (2008), *carriers* não podem ser considerados modelos neutros de transmissão, uma vez que são construídos socialmente e seus conteúdos são afetados pela interpretação e recepção da mensagem.

2.1.2.2 Ambiente técnico

O ambiente técnico diz respeito à esfera competitiva e econômica, envolvendo questões relacionadas a recursos e resultados operacionais e referindo-se a aspectos relevantes para um determinado conjunto de objetivos organizacionais, ligados a questões como recursos, informações, competitividade, mercados, serviços e produtos (SCOTT; MEYER, 1983; DIMAGGIO; POWELL 2005 [1983]; SCOTT, 2002; 2008).

No ambiente técnico, as organizações se adaptam para alcançar a eficácia, a produtividade e a competitividade, e ao visar à sobrevivência, consideram mais os valores e os costumes compartilhados do que os elementos presentes no contexto estritamente técnico (HOLANDA, 2003). Em tal ambiente, as organizações são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho (MACHADO-DASILVA; FONSECA, 2010).

O ambiente técnico, conforme explana Scott (2002), implica em certo grau de dependência das organizações ao ambiente, principalmente no que tange a busca por recursos essenciais e a incerteza referente ao acesso a informações sobre o ambiente. As situações de dependência e incerteza são elementos considerados críticos às organizações, ocasionando a busca por ferramentas mais eficientes de análise ambiental, bem como o desenvolvimento de mecanismos organizacionais adequados para enfrentar o ambiente (SCOTT, 2002).

2.1.3 Campos Organizacionais

Um das maiores contribuições da teoria institucional foi o desmembramento do conceito de ambiente institucional por meio do campo organizacional, que pode ser definido como um conjunto de organizações que compõe um aspecto da vida institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1991), sejam elas fornecedoras, produtoras, agências reguladoras ou outras organizações com objetivos comuns (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]).

Para Scott (2004), campo organizacional é um conjunto de organizações que atuam em um ambiente funcionalmente específico, associados aos seus parceiros

de troca, financiadores e reguladores, de forma que a interação existente entre os atores ocorre de modo mais significativo e frequente do que com aqueles que estão fora do campo.

Neste sentido, o campo organizacional está inserido num ambiente social de maior amplitude que permite à organização vislumbrar quais são os atores, as organizações e as instituições presentes no campo, bem como identificar quais são seus objetivos, interesses e de que forma são capazes de exercer alguma influência (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]; DUARTE; TAVARES, 2012) sobre as demais organizações e sobre o próprio campo.

De acordo com Medeiros, Alves e Farah (2015), as organizações são capazes de moldar seu campo organizacional ao favorecer o ingresso de outras que possuam visões distintas do padrão vigente, do mesmo modo que podem excluir do campo aquelas organizações que não se enquadram aos interesses do modelo em vigor.

Tendo em vista a grande possibilidade de abordagens que os campos organizacionais possibilitam, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) os classificaram a partir de seis perspectivas teóricas, a saber: (1) Campo como a totalidade dos atores relevantes (2) Campo como arena funcionalmente específica; (3) Campo como centro de diálogo e de discussão; (4) Campo como arena de poder e de conflito; (5) Campo como esfera institucional de interesses em disputa; e (6) Campo como rede estruturada de relacionamentos.

2.1.3.1 Campo como a totalidade dos atores relevantes

A primeira perspectiva de campo organizacional, segundo Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), baseia-se na visão dos autores DiMaggio e Powell (2005) [1983] e refere-se a todos os atores que são importantes para a vida institucional, tais como os principais fornecedores, os consumidores, as agências reguladoras e organizações que produzem serviços ou produtos semelhantes (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]), quais interagem entre si de forma mais intensa do que com os demais atores alheios ao campo (SCOTT, 1994).

De acordo com Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), nesta perspectiva há fortes laços relacionais entre os atores, assim como estruturas institucionais comuns, desencadeando uma tendência ao isomorfismo estrutural em decorrência do aumento das interações entre organizações, das informações que as permeiam, do desenvolvimento de estruturas de dominação, padrões de coalização e a conscientização de que as organizações estão envolvidas num mesmo empreendimento (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]).

2.1.3.2 Campo como arena funcionalmente específica

Segundo DiMaggio e Powell (1991), os campos organizacionais devem ser compreendidos como constructos significativos, cujas fronteiras são definidas pela percepção dos atores. No entanto, tal entendimento ocasiona uma difícil questão a ser resolvida, no sentido de definir os limites existentes no campo (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Diante disso, autores como Scott e Meyer (1983) passaram a analisar as organizações de uma mesma função, demarcando assim os limítrofes no campo, o que pode tanto auxiliar na viabilização da pesquisa quanto prejudicá-la no sentido de atribuir a condição de campo organizacional a qualquer campo pesquisado (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Nesse sentido, na segunda perspectiva teórica analisada, Scott (1991, p. 117) sugere o conceito de setor societário como o “conjunto de organizações operando num mesmo domínio, identificadas pela similaridade de seus serviços, produtos ou funções, junto com aquelas organizações que influenciam criticamente o desempenho das organizações focais”.

Para Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), tal visão não define os limites do campo de forma geográfica e sim de maneira funcional, definindo as características do setor com base em elementos presentes nos ambientes técnico e institucional, as relações existentes entre essas características e as propriedades das organizações que podem ser funcionalmente diferenciadas.

As vantagens dessa perspectiva consistem na possibilidade de delimitar o ambiente de uma organização sob a ótica institucional, facilitando a análise do campo, enquanto que definir o grau de relacionamento de ator no campo, especificar critérios para avaliar a similaridade de funções, e identificar os limites e os campos que uma mesma organização pode participar, são algumas das possíveis limitações de pesquisa no campo (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Importante destacar que este trabalho foi conduzido utilizando-se a concepção de Campo Organizacional como Arena Funcionalmente Específica, por ser a perspectiva que forneceu melhores *insights* para a elucidação do problema de pesquisa proposto.

2.1.3.3 Campo como centro de diálogo e de discussão

A terceira concepção teórica de campo organizacional, de acordo com Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), é baseada nos estudos de Hoffman (1999) e Zietsma e Winn (2005) e refere-se à noção de temática, assunto ou evento, no sentido de se colocar em debate diferentes agentes, organizados coletivamente e que possuam interesses divergentes, visando a alcançar propósitos específicos.

Assim, nesta perspectiva o campo deve ser compreendido como centro de canais comuns de diálogo e discussão entre integrantes com objetivos distintos (HOFFMAN, 1999), cuja estrutura é organizada à medida que aumentam as interações entre as organizações (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Zietsma e Winn (2005) argumentam que a definição de campo tem de levar em conta não somente as organizações que se envolvem profundamente no debate como também aquelas que buscam produzir e reproduzir as práticas institucionais interligadas à temática constante da agenda.

2.1.3.4 Campo como arena de poder e de conflito

Outro modelo teórico identificado por Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) é o campo como arena de poder e conflito e fundamenta-se nos

trabalhos de Vieira, Carvalho (2003) e Misoczky (2003). Nessa perspectiva, o campo organizacional é fruto de uma disputa pelo poder entre as organizações, bem como o domínio que exercem sobre as demais (VIEIRA; CARVALHO, 2003).

De acordo com Leão Junior (2001), as organizações atuam num ambiente de lutas e relação de dependência de forma que os interesses, os recursos e as regras socialmente aceitas determinam o jogo por controle dentro do campo.

2.1.3.5 Campo como esfera institucional de interesses em disputa

A quinta perspectiva teórica apresentada por Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) refere-se ao campo como esfera institucional de interesses em disputa e baseia-se em estudos de Jepperson (1991), Fligstein (1991, 1999, 2001) e Swedberg (2004a, 2004b), cujos trabalhos amenizam o determinismo da estrutura de poder ao passo que enfatizam os aspectos políticos do processo de institucionalização.

De acordo com Fligstein (1991, 2001) o campo organizacional diz respeito à forma pela qual os padrões de interação são estabelecidos, mantidos ou transformados, cuja construção diz respeito a um fenômeno de aspecto cultural que compreende as práticas sociais existentes, as regras implícitas nas relações de poder e as estruturas cognitivas. Na concepção do autor, os campos exercem certa influência sobre a capacidade de interpretação dos atores tendo em vista suas posições e habilidades de influenciar as regras existentes no campo, tal qual um quadro cognitivo para os atores e as organizações (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Assim, Fligstein (2001) traz o conceito de habilidades sociais (*social skills*), que é a capacidade de desenvolver a cooperação entre os atores sociais a fim de criar, contestar e reproduzir as regras de interação em prol dos seus objetivos. De forma similar, Lawrence e Suddaby (2006) introduzem a concepção de trabalho institucional (*institutional work*), no sentido de demonstrar as ações intencionais dos atores visando à criação, manutenção ou ruptura institucional, sendo que no campo organizacional este conceito se apresenta na forma de uma competição pelas suas fronteiras (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

2.1.3.6 Campo como rede estruturada de relacionamentos

A sexta perspectiva analisada, considera campo como rede estruturada de relacionamentos, tem como expoentes autores como Powell, White, Koput e Owen-Smith (2005), que a partir da definição de campo organizacional apresentada por DiMaggio e Powell (2005) [1983], DiMaggio e Powell (1991) e Scott (1991), passaram a investigar o conceito de campo organizacional sob o prisma de rede social (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Powell *et al.*, (2005) vislumbraram uma relação existente entre a dinâmica das redes e o desenvolvimento estrutural do campo, a fim de auxiliar na explicação de como o comportamento dos atores pode influenciar as ações das organizações, e de acordo com Mohr (2000), a representatividade do campo pode ser realizada mediante a análise de redes.

Esclarecem Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) que a compreensão do campo organizacional como uma rede relacional retoma o debate do papel dos atores e a capacidade de agência que possuem no processo de estruturação no campo, no entanto, o foco no aspecto relacional não pode acarretar no abandono da dimensão simbólica, dada a importância que esta representa para a análise institucional.

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006, p. 136) destacam que a ideia de campo organizacional está em constante desenvolvimento e apesar de existir abordagens distintas, elas não são excludentes, mas “definem seu caráter provisório e contingente”, demonstrando que o tema ainda permite muitas pesquisas e debates.

Tendo em vista que os estudos realizados por DiMaggio e Powell (2005) [1983] demonstraram que um campo organizacional bem estabelecido apresenta estruturas que tornam-se homogêneas entre si, a seguir serão descritos os processos de legitimidade e isomorfismo institucional, que também servirão de base teórica nesta pesquisa.

2.1.4 Legitimidade e Isomorfismo Institucional

Segundo DiMaggio e Powell (1991) a finalidade das organizações não é unicamente estruturar-se para alcançar a eficiência em suas atividades, mas sim fazê-la em virtude de seus efeitos simbólicos, que resultam no fato de que as organizações respondem a influências tangíveis e intangíveis do ambiente.

Nessa lógica, o processo de criação, permanência ou mudança de instituições é o resultado de uma busca constante por legitimidade (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015), que é um fator fundamental para a perenidade das organizações, que tentam adequar suas estruturas e práticas aos valores ambientais vigentes (MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 2003).

A legitimidade refere-se às ações de uma entidade tidas como oportunas em um sistema socialmente aceito (SUCHMAN, 1995), e é consequência da interpretação das atitudes baseadas em sua comparação com valores socialmente legítimos (ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2013).

De acordo com Alves e Koga (2006), a legitimidade de um campo organizacional pode ocorrer por meio de operações realizadas com outras organizações, o recrutamento de profissionais, o reconhecimento como legítimo, a existência de organizações respeitáveis e o alinhamento competitivo entre as organizações.

A busca por legitimidade e conformidade às normas faz com que as organizações adotem linhas de ações dadas como certas e racionalizadas na sociedade, quais se relacionam para a manutenção ou para a mudança de valores e práticas culturais existentes (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]; 1991). Isso significa que as instituições são capazes de abrir mão da competitividade e da eficiência para atingir o reconhecimento e a legitimidade no contexto institucional em que estão estabelecidas.

Inspirados na noção weberiana de racionalidade burocrática, DiMaggio e Powell (2005) [1983] passaram a analisar a forma pela qual as organizações tornam-se mais homogêneas pela adoção de práticas institucionalizadas, observando que

este processo, denominado isomorfismo, geralmente ocorre em resposta a um ambiente de incertezas, podendo ser considerado um tipo de autodefesa e tentativa de sobrevivência das organizações imersas no campo organizacional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1991; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1993; SELZNICK, 1996; GONÇALVES, 2007; DUARTE; TAVARES, 2012).

Desta forma, DiMaggio e Powell (2005) [1983] apresentaram três tipos de pressões institucionais que podem ocasionar os processos isomórficos nas organizações integrantes do campo organizacional, a saber: (1) isomorfismo coercitivo, (2) isomorfismo normativo e (3) isomorfismo mimético.

2.1.4.1 Isomorfismo coercitivo

O isomorfismo coercitivo se dá por pressões formais ou informais que são exercidas sobre as organizações por outras das quais elas se encontrem em situação de dependência. As transformações ocorrem por imposição e por força de autoridade, e como resultado as organizações de um determinado domínio serão cada vez mais homogêneas (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]; 1991).

O Estado é um dos atores pertencentes ao campo organizacional que mais exerce pressões sobre as organizações de forma a incentivar a existência de isomorfismo coercitivo, por meio da elaboração de programas e políticas públicas (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010).

Por outro lado, as organizações sentem-se pressionadas a aderir às normas impostas pela necessidade de obter recursos e incentivos provenientes da aceitação dos referidos programas e políticas (DUARTE; TAVARES, 2012).

O isomorfismo coercitivo pode ocorrer de forma sutil e não tão explícita, quando há necessidade de interação formal com organizações hierárquicas, ocasionando um obstáculo à manutenção de formas organizacionais igualitárias e coletivistas (KANTER, 1972; ROTHSCHILD-WHITT, 1979) e também proceder de escolhas inconscientes com o intuito de manter a legitimidade de uma organização (GONÇALVES, 2007).

2.1.4.2 Isomorfismo normativo

O isomorfismo normativo, por sua vez, deriva da profissionalização (GONÇALVES, 2007; DUARTE; TAVARES, 2012), no sentido de definir condições e métodos de trabalho para legitimar a autonomia da profissão (LARSON, 1977; COLLINS, 1979; DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]).

Este tipo de isomorfismo pode ser percebido em indivíduos pertencentes a um campo organizacional que moldam seus comportamentos, vestimentas e vocabulário ao padrão vigente (CICOUREL, 1970; WILLIAMSON, 1975), pois, por mais que haja uma diferenciação dos profissionais na mesma organização, eles se assemelham aos demais existentes em outras organizações (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]).

2.1.4.3 Isomorfismo mimético

Já o isomorfismo mimético está presente num ambiente de incertezas que exerce uma força de imitação, onde organizações tendem a copiar a organização que é vista como a mais bem sucedida ou legítima (GONÇALVES, 2007). Muitas vezes, o mimetismo ocorre sem que a empresa tomada como modelo tenha conhecimento do fato ou sequer deseje ser imitada pelas concorrentes (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]).

No isomorfismo mimético as empresas inovadoras também podem ser tomadas como modelo, pois a adoção de inovações pode aumentar a legitimidade de uma organização e melhorar suas condições de trabalho (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]). Tal fato pode ocasionar benefícios não apenas para a empresa que imita as inovações utilizadas, mas também para a organização imitada, uma vez que a obriga a desenvolver novas tecnologias a fim de se manter competitiva em seu mercado de atuação.

2.1.5 Agência e Trabalho Institucional

O novo institucionalismo compreende uma perspectiva cognitiva e cultural que visa a explicar os fundamentos da ação social (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]) Nessa perspectiva, estudos acerca da abordagem do empreendedorismo

institucional, tais como os apresentados por DiMaggio (1988), passaram a ter cada vez mais destaque na teoria institucional, demonstrando que os atores sociais desempenham um papel voluntarista nas instituições, contrariando os pressupostos iniciais deterministas da teoria institucional.

Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005, p. 22) ensinam que “toda a instituição é condição para as estruturas sociais e para a agência”, que possibilita e limita a constituição e a manifestação da estrutura e da capacidade de agir.

Nesse sentido, a agência humana é caracterizada pela intencionalidade, sem a qual não se tem a ação, mas apenas uma reação a um determinado estímulo. Tal ação, segundo Weber (2000), envolve consciência, reflexão, propósito e significado, de forma que as ações humanas devem envolver conhecimento e finalidade para alcançar os objetivos estratégicos das organizações.

De acordo com Amorim e Godri (2015, p. 146) a ideia de intencionalidade não deve ser compreendida na abordagem institucional como um estado “perfeito de consciência”, uma vez que muitas vezes as ações de indivíduos ocorrem de forma inconsciente. Tal concepção coaduna com a percepção de Giddens (2009) acerca da não intencionalidade de ação dos atores.

Relevante destacar que a perspectiva adotada neste trabalho é a tipologia weberiana de intencionalidade, que compreende a ação dos indivíduos como sendo racional (WEBER, 2000), de modo que a agência ocorre intencionalmente a fim de afetar as instituições vigentes (ZIETSMA; LAWRENCE, 2010).

Assim, a agência não diz respeito apenas às intenções de agir, mas refere-se à capacidade de ação das pessoas, segundo Giddens (2009), de forma a fazer a diferença e ser significativo na ocorrência dos fatos (COHEN, 1999; MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Nesse sentido, a ação social é “aquilo que se torna concreto num arranjo organizacional e que configura e produz a instituição que vigora”, de forma que a ação racional dos atores imersos nas organizações pode proporcionar consideráveis alterações na configuração institucional vigente, levando em conta a intencionalidade dos atores (JACOMETTI, 2013, p. 24).

Nesse contexto, sugerem Moisander, Hirsto e Fahy (2016) que a atividade intencional orientada a alcançar potenciais efeitos institucionais é conhecida como trabalho institucional (*institutional work*). O conceito, criado por Lawrence e Suddaby (2006, p. 217) refere-se a “uma ampla categoria de ação intencional a fim de criar, manter e interromper as instituições”.

O foco do trabalho institucional está concentrado na dimensão da agência e no envolvimento dos atores em processos de mudança institucional (JACOMETTI, 2013), por meio de esforços físicos e mentais, a fim de ocasionar certos efeitos nas instituições (BARATTER; FERREIRA; COSTA, 2010).

Deste modo, os indivíduos e as organizações que estão envolvidos na criação, interpretação, manutenção e alteração das regras e normas institucionais podem proporcionar respostas coletivas ao ambiente (SCOTT, 1994; HASSELBLADH; KALLINIKOS, 2000; LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CORAIOLA *et al.*, 2015), uma vez que conforme o papel realizado na sociedade, o indivíduo é responsável pela construção social desses conhecimentos (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Assim, o trabalho institucional é uma entre várias outras vertentes que buscam clarificar o papel da agência na dinâmica institucional (CORAIOLA *et al.*, 2015), cujo foco principal consiste em compreender o modo pelo qual a ação influencia as estruturas sociais e institucionais existentes, no que tange ao trabalho realizado por indivíduos, grupos e organizações para promover a criação, manutenção e a ruptura das instituições (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; MOISANDER; HIRSTO; FAHY, 2016). Na sequência, são apresentados os três tipos fundamentais de trabalho institucional.

2.1.5.1.1 Trabalho institucional de criação

O trabalho institucional voltado à criação de instituições é a categoria que mais recebeu atenção dos estudiosos organizacionais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CORAIOLA *et al.*, 2015), e o foco principal reside na compreensão das características e condições necessárias ao surgimento de novas instituições.

Essa categoria envolve o estabelecimento de regras e construção de recompensas e sanções integrantes dessas regras (CANNING; O'DWYER, 2016) e diz respeito à noção de empreendedorismo institucional apresentado por DiMaggio (1988), referindo-se aos atores que possuem capacidade para realizar mudanças institucionais e colaborar com a criação de novas instituições (FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012).

O trabalho institucional de criação é considerado um trabalho político onde os atores reconstruem regras, direitos de propriedade e fronteiras que definem o acesso a recursos materiais, desenvolvem ações pelas quais os sistemas de crença dos atores são reconfigurados, destinadas a alterar as categorizações abstratas em que as fronteiras dos sistemas de significado são alteradas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

Os estudos de Lawrence e Suddaby (2006) resultaram na identificação de diversos tipos de trabalho institucional de criação existentes nas organizações, a saber: (1) aquisição; (2) definição; (3) defesa; (4) construção de identidades; (5) mudança de normas; (6) construção de redes; (7) mimetismo; (8) teorização; e (9) educação.

Tendo em vista a categorização proposta por Lawrence e Suddaby (2006) acerca dos diversos tipos de trabalho institucional de criação existentes, Jacometti (2013) os reclassificou em conformidade aos pilares institucionais apresentados por Scott (2008), a saber: regulativo, normativo e cognitivo. Nessa perspectiva, a ação social de criação regulativa compreende a utilização de atividades que tenham o objetivo de reconstruir regras, direitos de propriedade e acesso a recursos materiais (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014), englobando-se nesse pilar os tipos de trabalho institucional de aquisição, definição e defesa (JACOMETTI, 2013).

O pilar de ação social normativa analisa a construção de identidades profissionais, bem como o desenvolvimento de normas, práticas e tecnologias que são complementares às instituições vigentes ou podem existir concomitantemente (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014). De acordo com Jacometti (2013), neste pilar estão inclusos os tipos de ação social destinados à construção de

identidades, mudança de normas e construção de redes, focando na estrutura normativa organizacional e enfatizando em ações que reconfigurem os sistemas de normas dos atores.

Quadro 3 – Pilares, Tipologia e Definição: Trabalho Institucional de Criação

Pilar Institucional (Scott, 2008)	Tipo de Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Definição do Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Síntese Teórica (Jacometti; Gonçalves; Castro, 2014)
Regulativo	Aquisição	Criar regras que conferem direitos de propriedade	Reconstrução de regras, direitos de propriedade e acesso a recursos
	Definição	Construir regras que conferem <i>status</i> ou identidade, definem limites de associação ou criam hierarquias de <i>status</i> dentro de um campo.	
	Defesa	Mobilizar apoio político e regulador por meio de técnicas diretas e deliberadas de persuasão social	
Normativo	Construção de identidades	Definir relacionamento entre um ator e o campo onde opera	Construção de identidades profissionais, desenvolvimento de normas, práticas e tecnologias complementares às instituições vigentes
	Mudanças de normas	Reconectar conjuntos de práticas e fundamentos morais e culturais	
	Construção de redes	Construir conexões interorganizacionais onde as práticas se tornam sancionadas e formam o grupo de pares relevantes no que diz respeito à conformidade, monitoramento e avaliação	
Cognitivo	Mimetismo	Associar novas práticas com o conjunto já existente de tecnologias e regras, para facilitar a adoção	Alteração de sistemas de significados pela adoção de novas práticas dadas como certas além do uso da educação de atores para apoiar novas instituições
	Teorização	Desenvolver e especificar categorias abstratas e elaborar cadeias de causa e efeito	
	Educação	Educar atores em habilidades e conhecimentos necessários para apoiar a nova instituição	

Fonte: Adaptado de Jacometti (2013) e Canning e O'dwyer (2016)

E a ação social cognitiva, segundo Jacometti, Gonçalves e Castro (2014) diz respeito à alteração dos sistemas de significado por meio de adoção de novas práticas dadas como certas, além da educação de indivíduos envolvidos no processo que utilizem suas habilidades e conhecimentos em prol do apoio às novas instituições. Este pilar abrange os tipos de trabalho institucional de criação inerentes ao mimetismo, teorização e educação, que são capazes de revelar o lado cognitivo das instituições mediante a alteração dos seus sistemas de significados (JACOMETTI, 2013).

O Quadro 3 representa, de modo sucinto, a classificação dos tipos de trabalho institucional de criação propostos por Lawrence e Suddaby (2006), categorizados por Jacometti (2013), tendo por base os pilares institucionais apresentados por Scott (2008).

2.1.5.1.2 Trabalho institucional de manutenção

Para Lawrence e Suddaby (2006), o trabalho institucional de manutenção das instituições obteve menor atenção com relação àquela dada ao trabalho institucional de criação, no entanto, as mais poderosas instituições necessitam dele para continuarem a ser relevantes e eficazes (JACOMETTI, 2013) e seu entendimento é fundamental para a compreensão da conduta social dos atores inseridos nas instituições (CORAIOLA *et al.*, 2015).

Segundo Fragoso e Guarido Filho (2012), o trabalho de manutenção das instituições refere-se aos esforços do agente em apoiar, suportar, reparar e recriar mecanismos sociais que possibilitem a sustentação das instituições existentes (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016).

Assim, o trabalho institucional de manutenção é normalmente desencadeado pela ameaça de uma possível mudança nos arranjos institucionais vigentes e está relacionado a ações de resistência destinadas a neutralizar ameaças de forma a impedir que tais mudanças sejam capazes de alterar o *status quo* (MICELOTTA; WASHINGTON, 2013) das organizações.

De acordo com Lawrence e Suddaby (2006), os tipos de trabalho institucional de manutenção existentes nas organizações são: (1) permissão; (2) policiamento; (3) dissuasão; (4) mitologização; (5) incorporação e rotinização; e (6) valorização; que podem ser classificados, conforme descritos por Jacometti (2013), nos modelos de pilares institucionais difundidos por Scott (2008).

Segundo Jacometti (2013), a ação social de manutenção regulativa compreende a permissão, o policiamento e a dissuasão; o trabalho institucional de manutenção normativo abarca a mitologização e a incorporação e rotinização; enquanto que o trabalho institucional de manutenção cognitivo engloba aspectos

inerentes à valorização. De acordo com Jacometti, Gonçalves e Castro (2014), baseados nos pilares institucionais, a ação social de manutenção envolve a preservação e o reforço das instituições vigentes com o intuito de cumprir os padrões estabelecidos concernentes a regras, normas e crenças.

O Quadro 4 a seguir ilustra os tipos de trabalho institucional de manutenção apresentados por Lawrence e Suddaby (2006), os quais foram reclassificados por Jacometti (2013), com base nos pilares institucionais de Scott (2008).

Quadro 4 – Pilares, Tipologia e Definição: Trabalho Institucional de Manutenção

Pilar Institucional (Scott, 2008)	Tipo de Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Definição do Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Síntese Teórica (Jacometti; Gonçalves; Castro, 2014)
Regulativo	Permissão	Criar regras que facilitem, complementem e apoiem instituições	Preservação das instituições vigentes pelo cumprimento dos padrões mediante a submissão a regras, normas e padrões
	Policimento	Garantir a conformidade por meio de fiscalização, auditoria e monitoramento	
	Dissuasão	Estabelecer barreiras coercivas à mudança institucional	
Normativo	Mitologização	Preservar os fundamentos normativos de uma instituição, criando e sustentando mitos sobre sua história	
	Incorporação e rotinização	Infundir os fundamentos normativos de uma instituição no cotidiano dos participantes e nas práticas organizacionais	
Cognitivo	Valorização	Fornecer exemplos positivos e negativos que ilustrem os fundamentos normativos de uma instituição	

Fonte: Adaptado de Jacometti (2013) e Canning e O'Dwyer (2016)

2.1.5.1.3 Trabalho institucional de ruptura

O trabalho institucional realizado pelos atores a fim de provocar a ruptura de instituições é a categoria menos explorada na literatura (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012; JACOMETTI, 2013), apesar de possuir uma grande importância para a compreensão acerca do papel desempenhado pelos atores no processo de disrupção institucional.

O trabalho institucional de ruptura envolve a ação de indivíduos a fim de atacar ou minar as instituições em vigor (CANNING; O'DWYER, 2016). No entanto,

essa ruptura pode ocorrer com o objetivo de preservar ou fortalecer determinada “constelação institucional” vigente (CORAIOLA *et al.*, 2015, p. 706).

Os atores envolvidos neste processo buscam desassociar práticas, regras e tecnologias dos fundamentos morais das instituições e minar as premissas e crenças fundamentais que estabilizam as instituições (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

Segundo Oliver (1992), a desinstitucionalização é um processo pelo qual as instituições se enfraquecem e desaparecem, causando a descontinuidade de uma prática ou atividade organizacional vigente.

A desinstitucionalização pode ser motivada pela compreensão de que certas práticas realizadas pelas organizações não atendem mais às necessidades e expectativas de determinada organização, fazendo com que perca o desejo de manter ou recriar a atividade organizacional institucionalizada (OLIVER, 1992).

Quadro 5 – Antecedentes de desinstitucionalização

Análise	Pressões Políticas	Pressões Instrumentais	Pressões Sociais
Ambiental	Mudanças nas dependências externas	Dados ou eventos emergentes	Aumento na desagregação estrutural
Organizacional	Aumento nas crises de desempenho	Mudança em utilidades econômicas	Aumento da fragmentação social
	Interesses internos conflitantes	Aumento de especificação técnica	Rompimento na continuidade histórica
	Aumento nas pressões por inovação	Aumento da competitividade por recursos	Mudança nos valores ou regras institucionalizados

Fonte: Oliver (1992).

De acordo com Oliver (1992), os fatores que antecedem a desinstitucionalização são as pressões políticas, instrumentais e sociais, conforme pode ser observado pelo Quadro 5.

Para Lawrence e Suddaby (2006), muitas vezes os atores responsáveis por proceder ao trabalho de interromper as instituições são aqueles que não têm os interesses atendidos pelos arranjos institucionais, e concentram suas forças no processo de ruptura institucional.

Os tipos de trabalho institucional de ruptura existentes, conforme descritos por Lawrence e Suddaby (2006) são: (1) desconexão de sanções; (2) desvinculação das

fundações morais; e (3) problematização; e estão diretamente relacionados aos pilares institucionais estabelecidos por Scott (2008), conforme ensina Jacometti (2013). Desta forma, o primeiro tipo refere-se ao pilar institucional regulativo, o segundo diz respeito ao pilar normativo e o terceiro tipo de trabalho institucional mencionado está ligado ao pilar cognitivo (JACOMETTI, 2013).

Quadro 6 – Pilares, tipologia e definição: Trabalho Institucional de Ruptura

Pilar Institucional (Scott, 2008)	Tipo de Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Definição do Trabalho Institucional (Lawrence; Suddaby, 2006)	Síntese Teórica (Jacometti; Gonçalves; Castro, 2014)
Regulativo	Desconexão de sanções	Trabalhar para desconectar recompensas e sanções de algum conjunto de práticas, tecnologias ou regras	Ações voltadas a romper instituições vigentes e iniciar desinstitucionalizações pela desconexão de sanções das regras, desvinculação de fundações morais das normas e desestabilização de crenças e valores
Normativo	Desvinculação das fundações morais	Desassociar a prática, regra ou tecnologia de sua base moral, conforme apropriado, dentro de um contexto cultural específico	
Cognitivo	Problematização	Diminuir os riscos percebidos de inovação e diferenciação, minando as principais suposições e crenças	

Fonte: Adaptado de Jacometti (2013) e Canning e O'dwyer (2016)

O Quadro 6 demonstra a classificação dos tipos de trabalho institucional de ruptura existentes de acordo com Lawrence e Suddaby (2006), categorizados por Jacometti (2013), baseado nos pilares institucionais apresentados por Scott (2008).

Após a apresentação dos princípios da Teoria Institucional que serviram de base para este estudo, na sequência são apresentados os fundamentos do contexto institucional do turismo adotados neste trabalho.

2.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL DO TURISMO

De acordo com Lage e Milone (2000), o turismo iniciou-se na segunda metade do século XIX e a partir da década de 1950 teve uma evolução significativa, de forma que nos últimos anos apresentou grande expansão e diversificação, a ponto de se tornar um dos maiores setores econômicos em crescimento no mundo (OMT, 2017).

A Lei Federal nº 11.771/2008, em seu artigo 2º, traz a definição de turismo como sendo “as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”, sendo que tais viagens e estadas devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas (BRASIL, 2008, art. 2).

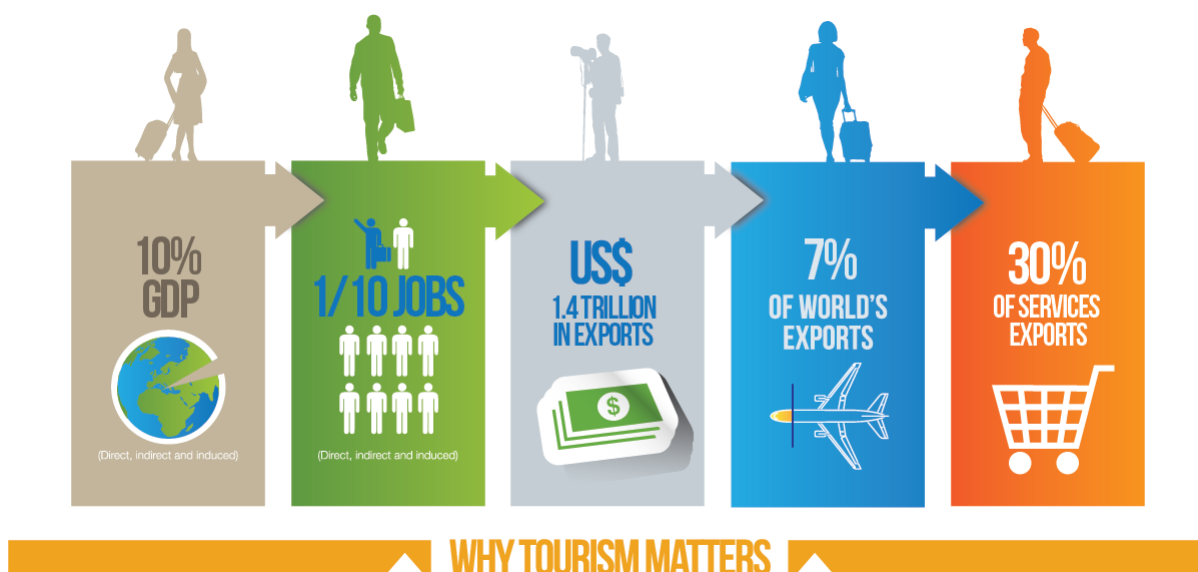
O turismo é um importante setor da economia global (RUHANEN; COOPER, 2004; ALEKSANDROVA, 2016; SOHN *et al.*, 2017) que abrange diversos atores e constitui uma relevante fonte de vantagem competitiva para os países (SOHN *et al.*, 2017).

A importância do turismo foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao declarar que o ano de 2017 seria o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (ONU, 2016), de forma a promover o turismo nas seguintes áreas: crescimento econômico inclusivo e sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; eficiência de recursos, proteção do ambiente e alterações climáticas; valores culturais, diversidade e patrimônio; compreensão mútua, paz e segurança (MDA, 2017).

Diante desses fatores, cada vez mais os países estão compreendendo a relevância do turismo (EMBRATUR, 2018a), recorrendo a ele como estratégia de desenvolvimento, a fim de diminuir as desigualdades econômicas e sociais mediante a geração de emprego e renda (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Uma síntese da significância que o turismo representa para a economia mundial pode ser observada pela Figura 1, evidenciando que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial é resultado de atividades turísticas desenvolvidas de forma direta ou indireta. Outro dado relevante levantado pela Organização Mundial do Turismo (2017) é o fato de que a cada dez vagas de emprego, uma é ocupada por pessoas que exercem suas funções laborativas em atividades ligadas ao turismo, sejam de forma direta ou indiretamente, o que representa 10% de todas as vagas de trabalho mundiais.

Figura 1 – Importância do turismo na economia mundial



Fonte: OMT, 2017.

Importante ressaltar que o segmento turístico em todo o mundo movimenta cerca de 1,4 trilhões de dólares em exportações, o que corresponde a 7% das exportações mundiais e 30% das exportações de serviços, números realmente significantes e que merecem atenção por parte de governantes, empresários e pela sociedade como um todo.

Os dados demonstram que o turismo movimenta a economia mundial de forma expressiva, e por tal motivo vem crescendo progressivamente o interesse e investimentos nesse importante setor da economia.

No Brasil, assim como em diversos países, o turismo contribui consideravelmente para o desenvolvimento da atividade econômica, e os benefícios são nítidos no que se refere à geração de emprego, distribuição de renda, transferência de recursos das áreas mais ricas para as mais pobres, promoção de investimentos e inovações, desenvolvimento de infraestruturas, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e cultural, desenvolvimento regional e satisfação das necessidades dos turistas e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2008), de forma que o turismo envolve os aspectos cultural, ecológico, econômico, político e social (PIMENTEL; CARVALHO; OLIVEIRA, 2018) de uma região.

Em decorrência das inúmeras vantagens possibilitadas pelo turismo, tais como a geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico, a atividade turística brasileira está atraindo cada vez mais a atenção dos governantes e autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas (LIMA; IRVING; ABREU, 2017) com o intuito de explorar todo o potencial proporcionado pelo segmento.

Pesquisas realizadas pela Organização Mundial do Turismo revelam que o turismo internacional nas Américas teve um crescimento de 3% em 2016, equivalente a 16% do total mundial. O crescimento da América do Sul foi de aproximadamente 7%, impulsionados pelo Chile, que, mediante um aumento de 26%, registrou seu terceiro ano consecutivo de crescimento contendo dois dígitos. A Colômbia registrou um aumento de 11%, seguido pelo Uruguai que registrou 10%, enquanto que o Peru cresceu 8% e o Brasil, o maior destino sub-região, teve um crescimento de 4% no número de chegadas, depois de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (OMT, 2017).

Esses números demonstram que, embora o Brasil possua um grande potencial turístico a ser explorado, ainda está muito aquém de sua capacidade, sendo necessária a adoção de políticas públicas e investimentos para que haja um desenvolvimento efetivo e de forma expressiva da atividade turística brasileira.

O Fórum Econômico Mundial considera o Brasil como sendo o país mais rico em ecossistemas do Planeta e o que possui maior variedade de flora e fauna, apontando-o como o de maior potencial natural para desenvolver o turismo entre 140 nações mundiais (EMBRATUR, 2018b).

Ensinam Pimentel, Carvalho e Oliveira (2018, p. 328) que “o turismo está sempre à procura de desenvolvimento” e tal busca não deve de forma alguma prejudicar a população local, pois as características e peculiaridades de cada região devem ser preservadas.

2.2.1 Turismo Rural

O turismo rural refere-se ao deslocamento de pessoas para os espaços rurais com o objetivo de usufruir dos cenários e instalações rurícolas voltados a turistas que buscam lazer e recreações em atividades agrícolas (BENI, 1999).

O interesse pelas demandas das comunidades rurais tem sido cada vez mais crescente no Estado brasileiro, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar (MDA, 2007), que representa aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e 70% dos alimentos produzidos no Brasil, desempenhando um importante papel na economia e no desenvolvimento do País (SEBRAE, 2014).

O turismo rural é caracterizado quando a principal atividade produtiva das propriedades rurais passa a ser o turismo (BENI, 1999) e possui uma relevância econômica cada vez maior por ser uma alternativa de renda para o campo, auxiliando na estabilização da economia local, criando negócios, empregos diretos e indiretos, além de proporcionar benefícios ambientais como o manejo, conservação e recuperação da flora e fauna nativas (SEBRAE, 2014).

Beni (1999) esclarece que as origens do turismo rural podem ser observadas pelas experiências que lograram êxito em outros países no que tange ao desenvolvimento da oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais e também pelas propriedades não produtivas que absorvem uma demanda diferenciada de turistas, tais como hotéis-fazenda, acampamentos de férias, entre outros.

Explana, ainda, o autor que o turismo rural é uma alternativa de substituição às áreas turísticas em processo de saturação de longa tradição receptiva, tais como os destinos turísticos localizados na Europa (BENI, 1999).

2.2.2 Aglomerados Empresariais

Os aglomerados empresariais são definidos como redes de cooperação (TOMAZZONI; COSTA, 2015; MARTINS; FIATES; PINTO, 2016) que têm como aspecto principal a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais

(LASTRES; CASSIOLATO, 2003; CUNHA, 2007; VALE; CASTRO, 2010). Surgem como uma possibilidade de aumentar as chances de sobrevivência e crescimento das organizações, sendo vital para a continuidade das micro e pequenas empresas (MPEs) (MARSHALL, 1982; LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Yildiz e Aykanat (2015) defendem que as empresas localizadas em aglomerados tendem a trabalhar de forma colaborativa a fim de evoluírem conjuntamente para aumentar a competitividade e obterem melhores respostas em relação à adaptação a mudanças.

Clusters estão associados à formação de economias de aglomerações, que são as vantagens obtidas em decorrência da proximidade geográfica, tais como o fácil acesso a matérias-primas, aos equipamentos, à mão-de-obra, entre outros (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Nesse sentido, Góis Sobrinho e Azzoni (2015) entendem que as aglomerações empresariais favorecem o aumento da produtividade das empresas de forma a superar os efeitos negativos das deseconomias de aglomeração – que são as desvantagens provenientes da aproximação territorial, a saber: altos custos de imóveis, poluição excessiva, problemas de logística decorrentes de grande fluxo de veículos, etc.

Tendo em vista que o estudo de aglomerações produtivas tem sido recorrente e vem ganhando bastante espaço na literatura acerca das economias regionais (RODRIGUES *et al.*, 2012), além de ser constante alvo de políticas públicas que visam o desenvolvimento local e industrial (JACOMETTI, 2013), a compreensão desse fenômeno tem fundamental importância para a elaboração de ações e políticas públicas que visem à geração de emprego e renda local, principalmente no que tange ao fomento do turismo em áreas cujos empreendimentos turísticos encontram-se reunidos numa localidade.

2.2.2.1 Aglomerados turísticos

Cunha e Cunha (2005) afirmam que a abordagem utilizada tradicionalmente para a compreensão de *clusters* pode ser aplicada às atividades turísticas por

contemplar a análise de aglomerações, complementaridades funcionais, cooperação e competição existente entre atores.

De acordo com Silva (2014), o interesse por aglomerados turísticos é bastante recente. No entanto, estão cada vez mais evidentes nas entidades públicas, organizações voltadas ao desenvolvimento do turismo e na Academia, em virtude das inúmeras vantagens que proporcionam (SOHN *et al.*, 2017).

Um aglomerado turístico gera vantagens estratégicas comparativas e competitivas (BENI, 2003), diminui as desigualdades sociais (MARTINS; FIATES; PINTO, 2016) e deve proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local mediante um trabalho cooperado e articulado entre os atores (SILVA, 2014).

As aglomerações entre as empresas turísticas possibilitam a junção de esforços que estimulam uma articulação com outras instituições (FUNDEANU, 2015), de forma que a performance de um integrante auxilia diretamente no desempenho dos demais (PORTER, 1998).

Na concepção de Lins (2007), aglomerado turístico pode ser definido como:

uma constelação de empresas atuando em hospedagem, alimentação, lazer e organização de viagens, entremeadas com instituições públicas e privadas e com diversas atividades subsidiárias, tudo em situação de proximidade e ostentando as respectivas atuações “cimentadas” pela existência localizada de atrativo(s) turístico(s) capaz(es) de magnetizar fluxos de visitantes (LINS, 2007, p. 109).

Nesse sentido, o conceito de aglomerado turístico apresentado se assemelha a ideia de aglomerados empresariais, uma vez que compreende todos os elementos constituintes de um aglomerado de empresas, com a diferença de que naquele modelo estão inseridas organizações ligadas a atividades turísticas e correlatas.

A compreensão dos diversos aspectos turísticos abordados nesta seção tem por objetivo demonstrar a importância que o turismo representa para o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional.

Assim, dada à relevância do tema, o contexto institucional do turismo será analisado nesta pesquisa a partir da descrição da implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

3 METODOLOGIA

A metodologia refere-se ao estudo dos caminhos e instrumentos utilizados para se fazer ciência (DEMO, 1995). Desta forma, o presente capítulo dedica-se à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho científico, com o intuito de elucidar o problema de pesquisa ora proposto.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com Kerlinger (1980), o problema de pesquisa consiste em uma questão que demonstra uma situação que necessita de discussão, investigação, decisão ou solução. Assim, o problema de pesquisa apresentado pretendeu esclarecer, com base na história de formalização do roteiro turístico e o comportamento dos atores, a seguinte questão:

Como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo desde a sua formalização?

3.1.1 Apresentação das Perguntas de Pesquisa

Para responder o problema exposto e orientar a pesquisadora na condução deste estudo foram definidas perguntas específicas relativas aos objetivos envolvidos nesta pesquisa na tentativa de compreender o fenômeno proposto:

- Como ocorreu o processo de criação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo?
- Quais são os atores integrantes do campo organizacional no qual o Roteiro Turístico está inserido?
- Quais foram as funções desempenhadas por cada ator envolvido na implementação do Roteiro Turístico?
- Qual é o trabalho institucional coletivo realizado pelo aglomerado de turismo?

- Quais são os tipos de trabalho institucional presentes no Roteiro Turístico Sentidos do Campo?

3.1.2 Definição das Categorias Analíticas

Segundo Martins e Pelissaro (2005), uma definição adequada é aquela que proporciona as características essenciais e específicas suficientes para relacionar o termo pretendido com a referência correspondente, tornando o conceito definido inconfundível.

Neste sentido, Selltiz (1974) argumenta que, para diminuir a possibilidade dos conceitos serem mal interpretados, é necessário que as definições ocorram em termos abstratos e operacionais. Assim, a definição constitutiva é necessária para ligar o estudo ao conjunto de conhecimentos que empregam conceitos semelhantes, enquanto que a definição operacional é fundamental para a realização de qualquer pesquisa, uma vez que permite a ligação de dados por meio de fatos observados (SELLTIZ, 1974).

As categorias analíticas identificadas neste estudo foram: trabalho institucional, trabalho institucional de criação, trabalho institucional de manutenção, trabalho institucional de ruptura, campo organizacional, atores sociais relevantes e roteiro turístico.

Diante do exposto, as definições constitutivas e operacionais das categorias analíticas foram assim estabelecidas:

Trabalho institucional

DC: Conjunto de atividades intencionais realizadas pelos atores para promover a criação, manutenção ou a ruptura das instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; MOISANDER; HIRSTO; FAHY, 2016).

DO: Foi operacionalizado mediante a análise documental por meio de atas, folders, *websites* e matérias jornalísticas relacionadas ao roteiro turístico em questão, bem como pelas observações efetuadas durante as reuniões ordinárias das

empresas componentes do roteiro turístico. A partir da análise documental, foi elaborado o roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, cuja análise de conteúdo permitiu identificar os tipos de trabalho institucional presentes na implementação e evolução do aglomerado turístico.

Trabalho institucional de criação

DC: Diz respeito ao trabalho realizado pelos atores direcionados à criação de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CORAIOLA *et al.*, 2015).

DO: Foi operacionalizado mediante a análise documental por meio de atas, folders, *websites* e matérias jornalísticas relacionadas ao roteiro turístico em questão, bem como pelas observações efetuadas durante as reuniões ordinárias das empresas componentes do roteiro turístico. A partir da análise documental, foi elaborado o roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, cuja análise de conteúdo permitiu identificar o trabalho realizado pelos atores voltados à criação de instituições no roteiro turístico.

Trabalho institucional de manutenção

DC: Refere-se aos esforços dos atores destinados a suportar, reparar e recriar mecanismos sociais que possibilitem a sustentação e manutenção das instituições vigentes (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012).

DO: Foi operacionalizado mediante a análise documental por meio de atas, folders, *websites* e matérias jornalísticas relacionadas ao roteiro turístico em questão, bem como pelas observações efetuadas durante as reuniões ordinárias das empresas componentes do roteiro turístico. A partir da análise documental, foi elaborado o roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, cuja análise de conteúdo permitiu identificar o trabalho realizado pelos atores voltados à manutenção de instituições no roteiro turístico.

Trabalho institucional de ruptura

DC: É o conjunto de ações realizadas pelos atores a fim de provocar a ruptura de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

DO: Foi operacionalizado mediante a análise documental por meio de atas, folders, *websites* e matérias jornalísticas relacionadas ao roteiro turístico em questão, bem como pelas observações efetuadas durante as reuniões ordinárias das empresas componentes do roteiro turístico. A partir da análise documental, foi elaborado o roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, cuja análise de conteúdo permitiu identificar o trabalho realizado pelos atores voltados à ruptura de instituições no roteiro turístico.

Campo organizacional

DC: Diz respeito ao conjunto das organizações que integram algum aspecto da vida institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1991) e atuam em um ambiente funcionalmente específico, associados aos seus parceiros de troca, financiadores e reguladores, de forma que a interação existente entre os atores ocorre de modo mais significativo e frequente do que com aqueles que estão fora do campo (SCOTT, 2004).

DO: Operacionalmente o campo organizacional foi identificado por meio da análise dos documentos, pelas observações e mediante a realização entrevistas. As análises de atas das reuniões e de matérias jornalísticas possibilitaram identificar as organizações integrantes do campo pela frequência com que eram citadas e constavam nesses documentos. As observações proporcionaram a caracterização dos atores integrantes do campo organizacional em virtude da presença em reuniões ou conforme eram mencionados pelos participantes. As entrevistas confirmaram quem eram os integrantes do campo organizacional.

Atores sociais relevantes

DC: São os indivíduos ou organizações que compartilham de sistemas de significados comuns e cujos participantes interagem mais frequentemente e

decisivamente entre eles do que com atores de fora do campo organizacional (SCOTT, 1994).

DO: Foram operacionalizados mediante o desempenho de atividades voltadas à formalização, fortalecimento, integração, promoção e desenvolvimento do roteiro turístico. As observações, entrevistas e análise documental possibilitaram a identificação dos atores sociais que foram relevantes ao objeto da pesquisa.

Roteiro turístico

DC: Refere-se a um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que conferem identidade às localidades que o integram, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística (MTUR, 2007).

DO: Foi operacionalizado por meio da análise dos documentos que permitiu identificar o roteiro turístico, em virtude das características apresentadas e dos elementos que o compõe.

3.1.3 Definição de Outros Termos Relevantes

Agência: Diz respeito à capacidade de ação intencional e racional dos indivíduos a fim de afetar as instituições vigentes (WEBER, 2000; ZIETSMA; LAWRENCE, 2010).

Aglomerado turístico: Refere-se a um conjunto de empresas cujas atividades são voltadas ao ramo de turismo, tendo como aspecto principal a proximidade territorial dos agentes econômicos, políticos e sociais (LASTRES; CASSIOLATO, 2003; CUNHA, 2007; LINS, 2007; VALE; CASTRO, 2010; TOMAZZONI; COSTA, 2015; MARTINS; FIATES; PINTO, 2016).

Ambiente institucional: É aquele onde as regras seguidas pelas organizações são elaboradas, a fim de obterem a legitimidade. É composto por crenças, normas e regulamentos que dão sentido e estabilidade ao ambiente de atuação da empresa (SCOTT; MEYER, 1991; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999).

Ambiente técnico: É aquele em que um produto ou serviço é produzido mediante o uso da tecnologia e trocado no mercado, e as organizações são recompensadas pelo controle do seu sistema produtivo (SCOTT; MEYER, 1991; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999).

Contexto institucional: Significa o conjunto dos fenômenos que exercem alguma influência sobre as organizações (HALL, 2004), sendo constituído pelos ambientes técnico e institucional (SCOTT, 2002).

Formalização: Refere-se à elaboração de regras e normas, de modo a dar a condição formal (AULETE, 2009) a algo.

Implementação: Diz respeito à execução de determinado plano ou projeto (AULETE, 2009).

Instituições: São padrões de comportamento sociais entendidos como verdadeiros, constituídos por elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos que conferem significado e estabilidade à vida social e se estendem através do tempo e do espaço (GREENWOOD *et al.*, 2008; SCOTT, 2008; GIDDENS, 2009).

3.2 DELIMITAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente seção apresenta os aspectos da pesquisa referentes aos participantes, delineamento e etapas, aos procedimentos para coleta e tratamento de dados, às facilidades e dificuldades encontradas na coleta e no tratamento dos dados, bem como às limitações da presente pesquisa.

3.2.1 Delineamento da Pesquisa

Segundo Creswell (2007), a utilização de métodos qualitativos de pesquisa tem sido muito defendida na literatura, uma vez que permite ao pesquisador capturar as particularidades dos fenômenos sociais analisados, o que dificilmente seria obtido mediante a utilização de métodos mais tradicionais (CHARMAZ, 2006).

De acordo com Vilelas (2009), os estudos qualitativos consideram uma relação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo, tal qual uma ligação entre a objetividade e subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzida por números.

Fortin, Grenier e Nadeau (2003) destacam que o pesquisador que utiliza os métodos qualitativos é capaz de observar, descrever, interpretar e apreciar o meio e o fenômeno de estudo na forma em que são apresentadas, sem tentar de alguma forma exercer algum controle sobre eles.

Tendo em vista que o problema de pesquisa envolveu questões relacionadas à interação entre atores sociais, a abordagem qualitativa se justificou por ser a mais adequada para compreender a complexidade do fenômeno objeto deste estudo, em seu cenário natural, sendo interpretado conforme os mais diversos significados que são conferidos pelos atores envolvidos, pois a abordagem interpretativista admite a compreensão de múltiplas realidades, que são socialmente construídas e modificadas por meio de interações pessoais (DENZIN; LINCOLN, 2006).

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada: (1) pelo compromisso em ver o mundo social a partir da perspectiva dos atores (BRYMAN, 1984), (2) pelo fato da confiabilidade da pesquisa recair sobre a competência, habilidade e o rigor do pesquisador (PATTON, 2002) e (3) por ser basicamente interpretativa (CRESWELL, 2007). O paradigma interpretativista deve enfatizar a compreensão do fenômeno por meio de racionalidade, que é obtida pelo pesquisador mediante o compartilhamento de experiências.

O estudo de caso é uma das diversas possibilidades em se realizar uma pesquisa nas ciências sociais, pois é um método de pesquisa abrangente e muito utilizado quando o foco da pesquisa está concentrado em fenômenos contemporâneos (YIN, 2010), possibilitando uma investigação profunda do desenvolvimento e características de indivíduos, núcleos familiares, grupos sociais, organizações, entre outros (GOODE; HATT, 1975).

De acordo com Stake (2000), o estudo de caso é uma escolha do que vai ser estudado pelo pesquisador, cuja definição baseia-se em seu interesse em determinado tema a ser explorado, qual deve envolver um detalhamento

aprofundado de informações, bem como uma coleta de dados que abranja diversas fontes, a fim de que proporcionar a melhor descrição do caso analisado.

O estudo de caso possibilita estudar a particularidade e complexidade de um único caso e permite a compreensão da sua atividade em circunstâncias consideradas importantes, devendo ser estudado quando possuir um interesse muito especial, sendo necessário que o pesquisador mantenha atenção aos detalhes inerentes ao caso e a relação com seus contextos (STAKE, 2009).

Segundo Stake (2009), o estudo de caso é caracterizado por ser holístico (considera a inter-relação entre o fenômeno e seus contextos); empírico (baseia o estudo nas observações de campo); interpretativo (sustenta-se sobre a intuição, sendo a pesquisa percebida, basicamente, como uma interação pesquisador-sujeito); e enfático (reflete experiências indiretas dos sujeitos numa perspectiva cultural).

Neste sentido, destaca-se que o estudo de caso foi selecionado para proceder a uma análise profunda acerca do fenômeno organizacional estudado (VILELAS, 2009), cujo objetivo, segundo Stake (2009), é fazer com que o caso torne-se compreensível mediante a sua particularização.

Tendo em vista o direcionamento epistemológico adotado nesta dissertação, a metodologia utilizada para condução do estudo de caso está mais próxima à linha proposta por Stake (2009), em virtude da sua compreensão acerca da construção cognitiva, ao afirmar que o conhecimento se constrói e não é descoberto pelo pesquisador qualitativo.

O posicionamento deste autor, segundo Yazan (2016), caracteriza o pesquisador de estudo de caso qualitativo como sendo intérprete e coletor de interpretações no ambiente, de forma a demonstrar a sua anuência, a realidade por ele construída e o conhecimento reunido por meio de suas investigações. Assim, o principal interesse do pesquisador qualitativo consiste em buscar compreender o conhecimento socialmente construído e como ele se relaciona com o ambiente.

O caso escolhido para ser estudado foi o roteiro turístico Sentidos do Campo, em virtude do grande potencial turístico que possui e pela relevância que representa para a região em que está inserido. A sua recente formalização, que ocorreu no ano de 2014, possibilitou a realização do estudo acerca de como o trabalho institucional influenciou na implementação do roteiro, de forma retrospectiva, contribuindo para a elucidação do problema proposto nesta dissertação.

A escolha também se deu por conveniência, tendo em vista o fácil acesso da pesquisadora aos pesquisados, aos documentos analisados, por ter um conhecimento prévio do processo de implantação do roteiro e pela proximidade territorial.

De acordo com Yin (2010), um estudo de caso pode ser conduzido levando-se em consideração qualquer um desses propósitos básicos de pesquisa: exploratório, descritivo ou explicativo, devendo o pesquisador ser capaz de identificar corretamente as situações em que tais propósitos serão adotados.

A presente pesquisa pode ser classificada como descritiva, em razão da necessidade de descrever ou avaliar diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno estudado (TRIVIÑOS, 2008; FREIXO, 2009; VILELAS, 2009), observar e descrever os comportamentos (FREIXO, 2009) dos atores, a frequência com que o fenômeno ocorre e a relação existente entre as categorias analíticas (SELLTIZ, 1974).

A pesquisa descritiva foi utilizada nesse estudo com o objetivo de narrar os acontecimentos analisados e por ser considerado o propósito de pesquisa mais adequado para investigar o problema proposto, a fim de possibilitar novos *insights* a presente dissertação.

Para Van de Ven e Poole (1995), a pesquisa longitudinal refere-se a uma análise de eventos e definições de padrões que ocorrem por meio de uma perspectiva temporal. Assim, a perspectiva longitudinal foi adotada nesta pesquisa com o intuito de se analisar como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, desde a sua formalização.

Para tanto, o aspecto longitudinal descritivo em retrospectiva da pesquisa compreendeu a análise dos dados do ano de 2009 (lançamento da política pública de criação do roteiro turístico) até julho de 2015, e o estudo descritivo observatório se deu a partir de agosto de 2015 (quando iniciou o contato da pesquisadora com o fenômeno) até junho de 2018 (período em que ocorreu a conclusão da coleta de dados).

Tendo em vista o amplo espaço temporal que a pesquisa longitudinal abrange, é necessária a adoção de alguns elementos que auxiliem na reconstrução da trajetória do fenômeno em estudo, tais como relatórios, atas, documentos, matérias jornalísticas, etc., devendo-se evitar confiar apenas nas lembranças dos entrevistados (BECKER; DUTRA; RUAS, 2008).

Assim, as fontes de evidências exploradas na presente pesquisa consistiram na realização de entrevistas, análise documental e observação, conforme mencionados por Stake (2009) como as ferramentas adequadas para a coleta de dados em estudos de caso.

O nível de análise é o campo organizacional, a unidade de análise é composta pelos atores sociais e a unidade de coleta são os indivíduos que acompanharam o processo de formalização do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

3.2.2 Participantes

A organização estudada foi o Roteiro Turístico Sentidos do Campo, formalizado em 2014 por meio de um projeto desenvolvido pelo Governo Federal denominado “Talentos do Brasil Rural”, com o objetivo de implementar ações conjuntas para fomentar a inserção e qualificação de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico brasileiro (MTUR, 2016).

Localizado nos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Paraná, o roteiro turístico compreende os empreendimentos turísticos voltados ao agronegócio e turismo ecológico da região e conta atualmente com a participação de oito empresas.

Segundo Richardson (2017), o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não consiste na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo, mas sim no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio da realização de entrevistas e análises qualitativas da consciência dos atores envolvidos no fenômeno. Por tal razão, a amostragem na pesquisa qualitativa apresenta uma menor preocupação com a generalização dos resultados (MINAYO, 2008).

Portanto, o fator fundamental neste tipo de pesquisa é a composição de uma amostra que proporcione o entendimento aprofundado do objeto de análise, de forma que o volume amostral não é o elemento mais importante no estudo.

Para Triviños (2008), alguns recursos aleatórios podem ser utilizados na pesquisa qualitativa a fim de se definir a amostra, sendo permitido ao pesquisador decidir intencionalmente seu tamanho, levando-se em conta diversas condições, tais como os indivíduos essenciais para a elucidação do assunto em foco, facilidade para se encontrar com as pessoas, disponibilidade dos pesquisados para as entrevistas, entre outros.

Assim, a definição da amostra para fins de entrevista levou em consideração os fatores elencados por Triviños (2008), sendo selecionados para compor a amostra os diversos atores integrantes do campo organizacional que desempenharam funções importantes na formalização do roteiro, a saber: um representante da PMQB, que participou ativamente do processo de seleção e implantação do roteiro turístico e quatro representantes dos empreendimentos turísticos, que integram ou integraram o aglomerado turístico desde a sua formalização e acompanharam o seu desenvolvimento.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os atores envolvidos diretamente no processo de implementação do Roteiro Sentidos do Campo até que se obtivesse a saturação de dados (MINAYO, 2008), uma vez que a continuidade das entrevistas poderia se apresentar pouco produtiva, além de demandar um tempo imprescindível nas análises e interpretação de dados.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 5 e 12 de junho de 2018, com o intuito de elucidar algumas lacunas que não puderam ser totalmente esclarecidas pela análise documental e pela realização de observações e também para triangular com os dados previamente coletados.

3.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

O processo de coleta de dados incluiu a utilização de fontes de dados primárias e secundárias, com a finalidade de responder ao problema de pesquisa apresentado nesta dissertação.

O início da coleta de dados ocorreu no mês de agosto de 2015, ocasião em que a pesquisadora passou a participar das reuniões mensais do núcleo de turismo da QBCAMP, com o intuito de coletar dados para o então Projeto de Pesquisa Científica coordenado pelo Prof. Dr. Sandro Aparecido Gonçalves, vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), cuja proposta pautava-se na “Implementação de Arranjo Produtivo Local: uma análise institucional das redes de relacionamento para a formação e desenvolvimento do APL de Turismo de Quatro Barras/PR”.

A atuação da pesquisadora na pesquisa ocorreu sem que houvesse, naquele período, a sua vinculação ao programa de pós-graduação em Administração da UTFPR (que se efetivou no final do ano de 2015), uma vez que seu objetivo era integrar um projeto de pesquisa de cunho científico para compreender a dinâmica dos estudos e pesquisas de grande vulto de forma mais prática.

O término da coleta dos dados ocorreu no mês de junho de 2018, quando foram finalizadas as entrevistas junto aos atores sociais pertencentes ao campo organizacional, com a finalidade de triangular os dados coletados previamente pela pesquisadora. Os dados primários envolveram a realização de observação não-participante e entrevistas semiestruturadas.

Para fins de compreensão do processo de coleta de dados, são apresentados na sequência, os quadros que demonstram o cronograma das reuniões realizadas no campo organizacional que culminaram na criação do referido roteiro:

Quadro 7 – Reuniões destinadas à formalização do Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2011 – 2014)

Data	Local	Presentes	Poder Executivo	Governo Federal	Súmula da reunião
05/04/11	PMQB	10	X	-	Comunicar a seleção no projeto. Desenvolvimento de ações.
16/04/11	Palmitalzinho	15	X	-	Integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural
16/04/11	Campininha	8	X	-	Integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural
16/04/11	Rio do Meio	8	X	-	Integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural
16/04/11	Ribeirão do Tigre	13	X	-	Integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural
30/04/11	Campininha	24	X	-	Integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural
15/05/12	Câmara Municipal	25	X	X	Reunião técnica para validação do roteiro
14/04/14	Quatro Barras	20	X	X	Apresentação de resultados do programa, necessidade em formalizar uma associação, estatuto e itens necessários à consolidação do roteiro
02/07/14	QBCAMP	23	X	-	Ata não localizada.

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa.

O objetivo dessa classificação, que culminou na coleta de dados em retrospectiva, consistiu em identificar os envolvidos no processo de criação do roteiro, mediante a verificação dos atores sociais presentes nas reuniões de formalização do roteiro e analisar se eles desempenharam alguma função relevante, a ponto de ser considerado um ator envolvido no processo (Quadro 7).

A classificação para identificar as funções dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento e manutenção do roteiro ocorreu de forma similar às análises desempenhadas pela pesquisadora no Quadro 7. No entanto, a partir a formalização do roteiro houve também a criação do NET, e a partir desse período ocorreram as observações junto ao roteiro (Quadro 8):

Quadro 8 – Reuniões realizadas para manutenção do Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2014 – 2018)

Data	Local	Presentes	Poder Executivo	Governo Federal	Núcleo de Turismo	Súmula da reunião
06/08/14	QBCAMP	14	-	-	X	Ata não localizada.
25/08/14	QBCAMP	15	X	X	X	Orientações finais para implementação do roteiro (perfis de público, estratégias e comunicação).
03/09/14	QBCAMP	10	-	-	X	Ata não localizada.
01/10/14	Pousada do Anhangava	18	-	-	X	Definição de modelo e valor do Mapa Turístico
05/11/14	Pousada do Anhangava	10	X	-	X	Definição de estratégias a serem adotadas pelo grupo no que tange a divulgação, identificação, delegação de tarefas, apoio dos municípios na sinalização.
03/12/14	Pousada do Anhangava	12	-	-	X	Decisões acerca da elaboração do mapa turístico, tais como prazos e pagamentos.
14/01/15	Pousada do Anhangava	11	-	-	X	Detalhes finais referente a elaboração do mapa turístico
04/02/15	QBCAMP	17	-	-	X	Decisão sobre impressão do mapa, ingresso de novos participantes, visitas aos empreendimentos, criação de um portal na Internet.
04/03/15	Recanto Fonte do Sossego	11	-	-	X	Divisão de tarefas, atualização de membros, criação de grupo no whatsapp, criação de adesivos, critérios de divisão do mapa, troca de informações com associações já formalizadas.
01/04/15	QBCAMP	15	-	-	X	Definição de estratégia para distribuição dos mapas, verificação da possibilidade de montar pacotes de turismo.
06/05/15	QBCAMP	5	-	-	X	Sugestão para organizar um festival de inverno, definição de um evento conjunto em setembro, aceitação do mapa.
17/06/15	QBCAMP	11	-	-	X	Visita de representantes da Curitiba Honesta e Viação Castelo Branco. Relatos da visita ao Sebrae Curitiba.
01/07/15	QBCAMP	11	-	-	X	Estudos para criação do <i>site</i> Roteiro Rural para divulgação das empresas. Envio de solicitações e sugestões às prefeituras municipais.
05/08/15	QBCAMP	25	X	-	X	Decisões e valores sobre a elaboração do <i>site</i> . Necessidade de convidar novos integrantes.
25/08/15	QBCAMP	15	X	-	X	Apresentação dos trabalhos realizados pelo grupo aos empreendedores convidados

02/09/15	QBCAMP	19	X	-	X	Reivindicações do grupo acerca de investimentos na área de turismo entregues aos representantes das Secretarias de Turismo presentes
07/10/15	QBCAMP	18	X	-	X	Apresentação do projeto de implementação de um APL por parte de professores da UTFPR
21/10/15	QBCAMP	10	-	-	X	Questões de segurança pública, aceitação em formalizar um APL.
04/11/15	QBCAMP	9	X	-	X	Questões de segurança pública, criação do Festival de Inverno e definição de prioridades.
18/11/15	QBCAMP	7	-	-	X	Explicação acerca do projeto APL
27/01/16	QBCAMP	5	-	-	X	Estabelecimento de metas para o ano de 2016
24/02/16	QBCAMP	10	X	-	X	Assuntos relativos à segurança pública, participação no Conselho Municipal de Turismo dos municípios, desligamento de empresas inadimplentes.
23/03/16	QBCAMP	8	-	-	X	Resultado da reunião com prefeito de Quatro Barras sobre sinalização, elaboração de estudos para definir o perfil do turista, elaboração de um novo mapa turístico.
24/04/16	QBCAMP	4	-	-	X	Exposição do projeto de sinalização apresentado por Quatro Barras, definição dos empreendimentos que continuam integrando o roteiro.
11/05/16	QBCAMP	7	-	-	X	Estratégias para agregar novos integrantes ao roteiro, avaliação das estratégias adotadas no ano anterior, confecção de novo mapa turístico.
21/08/16	QBCAMP	7	-	-	X	Confecção de novo mapa turístico
14/09/16	QBCAMP	9	-	-	X	Definições acerca da confecção do novo mapa turístico
11/01/17	QBCAMP	10	X	-	X	Ata não localizada.
03/02/17	QBCAMP	4	-	-	X	Ata não localizada.
01/03/18	QBCAMP	8	X	-	X	Reorganização do Núcleo de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, sinalização turística, capacitação, divulgação.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

A observação pode ser definida como “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 190) e tem se mostrado muito útil para a investigação em organizações (TURETA; ALCADIPANI, 2011), uma vez que uma atenta observação pode inserir o pesquisador no cenário

de estudos de forma a possibilitar uma compreensão psicossocial do ambiente analisado (ZANELLI, 2002).

A observação participante exige um envolvimento direto e significativo do pesquisador com os pesquisados (CLIFFORD, 2008), porque, inserido ao grupo de pesquisa, o observador passa a participar ou trabalhar naquele ambiente (STACEY, 1977). Por outro lado, na observação não-participante, o pesquisador está presente no mesmo local dos pesquisados com a finalidade de observá-los, mas não interfere ou desempenha as mesmas atividades que eles, embora a própria presença do pesquisador já pode ser suficiente para alterar o comportamento dos observados (STACEY, 1977).

As observações não-participante ocorreram no período compreendido entre agosto de 2015 e setembro de 2016, nas reuniões mensais realizadas pela QBCAMP com os gestores dos empreendimentos de turismo que integram o Roteiro Turístico Sentidos do Campo. Ao todo, a pesquisadora participou de sete reuniões ordinárias com duração de aproximadamente 90 minutos cada encontro. Este longo período de observações possibilitou à investigadora conhecer os integrantes do roteiro e familiarizar-se com o ambiente de estudos (SHAH, 2006).

A cada reunião, a pesquisadora observou atentamente as discussões realizadas pelo grupo, tomando notas em caderno de campo próprio. Como resultado das observações, foram geradas vinte e quatro páginas de anotações que serviram de base para compreender o comportamento dos atores e entender a dinâmica existente nas reuniões, no que se refere a regras e normas institucionalizadas no roteiro, aos interesses individuais e coletivos, a busca pela legitimação do roteiro, os processos isomórficos existentes e à capacidade de agência dos atores.

Destaca-se que em decorrência do grupo observado estar habituado com a presença da pesquisadora (embora não interferisse nas discussões ou decisões), e dada a sua condição de registrar tudo o que ocorria durante os encontros, a pesquisadora foi convidada pelo vice-presidente da QBCAMP a elaborar a ata mensal das duas últimas reuniões em que participou, já que disponibilizava das

informações necessárias para tal, como os nomes dos participantes, assuntos abordados e decisões tomadas pelo grupo. A investigadora prontamente atendeu a solicitação, encaminhando posteriormente via *e-mail* todas as informações necessárias à elaboração da referida ata.

Apesar da realização das observações terem fornecido dados essenciais para a pesquisa, a elucidação do problema proposto requereu a utilização de outro instrumento de coleta de dados, a saber, a realização de entrevistas semiestruturadas, a fim de se compreender como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

A entrevista é um método comumente utilizado para a coleta de dados na abordagem interpretativa (BRYMAN; BELL, 2011) e segundo Yin (2010), é uma das mais importantes fontes de dados para o estudo de caso. As pesquisas qualitativas contemplam três tipos de entrevistas, a saber: (1) estruturadas, (2) semiestruturadas e (3) não estruturadas (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

Segundo Laville e Dionne (1999), a entrevista semiestruturada é o tipo mais usual da realização de entrevistas e caracteriza-se pela utilização de um roteiro de entrevista contendo temas e perguntas, sendo permitido alterar as perguntas que o entrevistador julgar necessárias (BRYMAN; BELL, 2011). A pesquisadora realizou as entrevistas utilizando-se do roteiro previamente elaborado, cujos modelos se encontram disponíveis no Apêndice A.

Cabe ressaltar que, por se tratar de um roteiro semiestruturado, a medida que as entrevistas eram realizadas, novas perguntas surgiam, o que levou a alteração do roteiro inicial de entrevistas. Também é importante destacar que foram desenvolvidos dois modelos de roteiro: o primeiro, que foi aplicado à entrevistada da Secretaria Municipal de Turismo de Quatro Barras e o segundo, que foi utilizado junto aos empreendedores de turismo.

A entrevistada pertencente à QBCAMP não participou de uma entrevista completa como os demais participantes, no entanto, as suas falas foram registradas em conversas informais mantidas com a pesquisadora, durante as visitas à Associação Comercial. Outra fonte de dados relevante para a pesquisa foi a

assessoria de imprensa do Ministério do Turismo (MTUR), que prontamente respondeu as perguntas realizadas pela pesquisadora quanto ao processo de formalização do roteiro turístico.

As entrevistas tinham por objetivo elucidar alguma lacuna inerente à análise dos dados secundários, ou ainda confirmar os achados de pesquisa, como forma de triangular os dados previamente coletados.

As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização prévia dos entrevistados e, posteriormente, transcritas, para a realização de análise de conteúdo temática, conforme os pressupostos indicados por Bardin (2009). Foram realizadas cinco entrevistas, no período de 5 a 12 de junho de 2018, com duração de aproximadamente vinte e cinco minutos cada, resultando em 20 páginas de transcrições. O Quadro 9 apresenta o perfil dos entrevistados nesta pesquisa:

Quadro 9 – Perfil do entrevistado

Entrevistado	Sexo	Qualificação	Especificação
E1	F	Turismóloga	Servidora pública da Secretaria Municipal de Turismo de Quatro Barras no período de implementação e desenvolvimento do roteiro Sentidos do Campo.
E2	M	Empreendedor	Chefe de cozinha e proprietário de um restaurante peruano que existe há 7 anos em Campina Grande do Sul, que integra o roteiro Sentidos do Campo (de acordo com a QBCAMP não é mais integrante).
E3	M	Empreendedor	Sócio-gerente e proprietário de 3 instâncias turísticas voltadas à gastronomia e passeios turísticos pela Serra. O empreendimento principal existe há 25 anos em Quatro Barras. Atualmente não integra o roteiro Sentidos do Campo.
E4	M	Empreendedor	Proprietário de um restaurante rural que existe há 5 anos em Quatro Barras. Atualmente não integra o roteiro Sentidos do Campo.
E5	M	Empreendedor	Proprietário de uma pousada que existe há 22 anos em Campina Grande do Sul. Atualmente integra o roteiro Sentidos do Campo.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

A análise documental, segundo Bardin (2009), consiste em uma operação para representar o conteúdo de um documento diverso ao seu conteúdo original, de forma que facilite a realização de consultas e referências futuras.

Com o intuito de realizar uma leitura correta da realidade apresentada pelos dados coletados, a pesquisadora buscou triangular ao máximo as informações a fim

de construir um trabalho com o devido rigor científico. Segundo Stake (2009) a triangulação de dados pode ocorrer triangulando-se (1) fontes de evidência; (2) investigadores; (3) teorias; e (4) métodos. Assim, a triangulação se deu pela análise dos depoimentos, resultados das observações, atas, matérias jornalísticas e demais documentos que demonstraram a relação dos fatos verbalizados pelos entrevistados.

Os dados secundários foram captados mediante a análise documental de atas, matérias jornalísticas, folders, *websites*, relacionados a seguir: (1) *website* da QBCAMP; (2) Edital de Chamada Pública Talentos Brasil Rural – Eixo Serviços; (3) Ofício encaminhado pelo Ministério do Turismo (MTUR) ao Município de Quatro Barras; (4) Convite elaborado pela PMQB convidando os empreendimentos turísticos a integrar o roteiro; (5) Folders do Roteiro Turístico Sentidos do Campo; (6) Atas de reuniões; (7) Catálogo de Produtos e Serviços elaborado pelo SEBRAE; (8) Matérias jornalísticas desenvolvidas em nível municipal e estadual; (9) *website* do MTUR; (10) *website* do SEBRAE; (11) *website* do MDA; entre outros.

3.2.4 Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados

A análise de conteúdo consiste numa técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com maior frequência em pesquisas qualitativas no campo da administração (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011) e refere-se a um conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser aplicado a diversos tipos de discurso (BARDIN, 2009).

A análise de conteúdo tem por objetivo compreender o sentido das comunicações, seja ele explícito ou oculto (CHIZZOTTI, 2018), permitindo ao pesquisador separar a estrutura do conteúdo das informações para evidenciar as suas características e os seus significados (LAVILLE; DIONE, 1999).

Este tipo de análise se aplica a discursos e conteúdos extremamente diversificados (BARDIN, 2009), sendo adequados ao presente trabalho, que se utilizou de fontes de dados distintas para elucidar o problema de pesquisa proposto.

De acordo com Bardin (2009), a realização da análise de conteúdo deve seguir os seguintes passos: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

A pré-análise consiste na fase de organização do material a ser analisado, visando à estruturação das ideias iniciais em quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o contato inicial do pesquisador com os documentos da coleta de dados; (b) escolha dos documentos a serem analisados; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; e (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, por meio de recortes de texto nos documentos analisados (BARDIN, 2009).

A segunda fase diz respeito à exploração do material a ser analisado, contemplando a definição de categorias, a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos (BARDIN, 2009). De acordo com a autora, são essenciais nesta etapa a codificação, a classificação e a categorização dos dados, visto que possibilitam a riqueza das interpretações e inferências, pois a descrição analítica submete o material coletado a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (BARDIN, 2009).

A terceira etapa é destinada ao tratamento dos resultados, inferências e interpretações, mediante a condensação das informações e o uso da intuição, da análise reflexiva e crítica do pesquisador (BARDIN, 2009).

Assim, os dados obtidos nesta pesquisa foram tratados mediante análise de conteúdo temática das notas de campo, entrevistas e documentos, visando a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores para inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 2009).

Seguindo os estágios descritos por Bardin (2009) para a realização da análise de conteúdo, inicialmente todos os documentos foram previamente analisados e organizados, viabilizando a seleção das informações essenciais à resolução do problema de pesquisa. Nesse sentido, os documentos coletados que não apresentavam relação direta com os objetivos deste trabalho foram descartados,

sendo integrados ao conjunto de dados de análise apenas as informações pertinentes ao estudo.

Na sequência os dados foram classificados por ordem cronológica, a fim de que possibilitassem a construção histórica do caso analisado. Ao passo em que novos dados acrescentavam-se à pesquisa, conseqüentemente eram incluídos no período de tempo a que pertenciam.

Respeitando o segundo passo apresentado por Bardin (2009), que se refere à exploração do material, foram criadas planilhas em Excel para categorização dos dados: a primeira, denominada “reuniões”, contendo um quadro com as informações pertinentes às reuniões realizadas pelo grupo, desde as tratativas iniciais de formalização do roteiro, até os últimos encontros realizados pelo grupo já organizado; e a segunda, denominada “análises”, trazendo informações acerca das ações sociais identificadas pelas observações, atas de reuniões e entrevistas.

Na planilha “reuniões”, os encontros foram classificados por data de realização, local de encontro, número de participantes presentes, se havia representantes dos poderes executivos municipais, se estavam presentes técnicos do Governo Federal, se na ocasião foi realizada observação da pesquisadora, se na reunião o Núcleo de Turismo já havia sido constituído e por fim, a pauta do encontro. Foram catalogadas 39 reuniões, sendo que em 4 delas não foram encontradas as atas, dificultando a compreensão do teor desses encontros.

A planilha seguinte denominada “análises” contemplou a classificação de cada tipo de trabalho institucional, separado de acordo com a data de ocorrência, a descrição da ação social realizada, e a fonte de dados utilizada.

Em cumprimento à terceira fase descrita por Bardin (2009) para a realização da análise de conteúdo, houve o tratamento de resultados, inferências e interpretações das informações.

Os dados previamente classificados foram tratados, sendo divididos por categoria de Trabalho Institucional, a saber, trabalho institucional de criação, de manutenção e de ruptura (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), sendo subdivididos de

acordo com os Pilares Institucionais regulativos, normativos e cognitivos (SCOTT, 2008) relacionados na base teórica adotada nesta pesquisa.

As inferências e as interpretações foram possíveis mediante a sintetização e aglomeração das informações, que facilitaram a adoção das análises reflexivas e críticas da pesquisadora, com o intuito de encontrar os resultados da pesquisa.

Para a realização da análise de conteúdo temática, utilizou-se a própria classificação apresentada na base teórica para a categorização dos dados empíricos. A identificação empírica das categorias de análise seguiu o quadro teórico de referência, a fim de identificar as palavras codificadas para categorização dos dados.

Destaca-se que a análise de conteúdo é uma técnica que exige do pesquisador dedicação, paciência, tempo, intuição, imaginação e criatividade para a definição das categorias de análise (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011), e esta tarefa demandou muito esforço por parte da pesquisadora, tendo em vista a juntada de 342 páginas de documentos para seleção, tratamento e análise dos dados.

3.2.5 Facilidades e Dificuldades na Coleta e Tratamento dos Dados

Os dados utilizados para a elaboração desta pesquisa foram coletados: (1) junto a PMQB, que forneceu a documentação necessária para consulta e permitiu o acesso a informações dos setores municipais relacionados ao fomento do turismo local; (2) na QBCAMP, que prontamente autorizou o acesso da pesquisadora nas reuniões ordinárias junto aos empreendimentos pertencentes ao núcleo de turismo, possibilitando a efetivação das observações não-participante, entrevistas semiestruturadas realizadas com os atores sociais integrantes do roteiro e mediante a consulta aos documentos oficiais da QBCAMP, tais como atas, relatórios, ofícios e folders; (3) os demais dados secundários foram obtidos junto a *websites*, edital de Chamada Pública, ofício, convite, catálogo e matérias jornalísticas.

O fato de a pesquisadora residir em Quatro Barras e exercer suas atividades profissionais naquele município, facilitou o acesso e a coleta dos dados primários, devido à proximidade territorial da pesquisadora ao objeto do estudo.

Uma das dificuldades refere-se ao fato de que em algumas das reuniões de formalização do roteiro não foram elaboradas atas, senão apenas geradas listas de presenças, dificultando a identificação de temas abordados nos encontros.

Segundo relatos da secretária da QBCAMP, num determinado período (meados de 2017 e começo de 2018) as atas das reuniões foram confeccionadas por um dos integrantes do roteiro, que não as repassou para arquivo naquela Associação. Apesar de ter sido solicitado diversas vezes ao empreendedor que fornecesse uma cópia para embasar esta pesquisa, alegando falta de tempo para localizá-las, as mesmas não foram fornecidas, razão pela qual há uma lacuna nesse período, acerca das ações realizadas pelo grupo.

Entre os atores escolhidos a participar da pesquisa, apenas um não pode colaborar com o fornecimento de dados, pois a cada agendamento para a interlocução, o mesmo cancelava sob a justificativa de que havia surgido um compromisso inesperado, o que impossibilitou a realização da entrevista.

Ademais, não foram encontradas maiores dificuldades na coleta de dados que pudessem interferir significativamente ou inviabilizar a presente pesquisa.

3.2.6 Limitações da Pesquisa

Por se tratar da utilização de procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa de cunho construtivista, destaca-se que uma das possíveis limitações residiu no fato de que as análises e conclusões estiveram sujeitas a interpretações e vieses da pesquisadora. No entanto, esta buscou orientar-se pela base teórico-empírica, pela percepção dos entrevistados e pela triangulação das informações, com o intuito de minimizar as possíveis interferências em sua análise, pois, segundo Stake (2009), a triangulação constitui a base para a validação da pesquisa qualitativa.

Outra possível limitação refere-se à utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa (YIN, 2010), uma vez que este método (YIN, 2011) fornece pouca base para generalização científica. Entretanto, é importante ressaltar que os estudos de caso são generalizáveis no que se refere a proposições teóricas, e não a

populações ou universos (YIN, 2010; 2011), importando no presente estudo tornar o caso compreensível mediante a sua particularização (STAKE, 2009).

As limitações decorrentes da utilização da observação como técnica de coleta de dados referem-se à presença do pesquisador no ambiente de pesquisa, podendo provocar alterações comportamentais dos observados, a simultaneidade de acontecimentos, dificultando a coleta dos dados, imprevistos que poderiam interferir na tarefa do pesquisador, bem como a falta de acesso a todas as informações necessárias ao bom andamento da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003). Para minimizar a ocorrência destas limitações, foram realizadas triangulações dos dados e informações a fim de aumentar a validação da presente pesquisa.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA

Para a elaboração desta dissertação de mestrado acadêmico realizado junto ao Roteiro de Turismo de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Paraná, a pesquisadora adotou os princípios necessários para que o trabalho fosse conduzido de maneira ética e responsável.

Tal fato é evidenciado pela exposição formal efetuada a todos os atores integrantes do aglomerado turístico, no primeiro contato mantido entre a observadora e os empreendedores envolvidos, acerca da sua condição de pesquisadora, com a finalidade única e exclusiva de coletar dados para a elaboração de um trabalho de cunho científico.

Além disso, os participantes do roteiro foram cientificados e assegurados de que, embora a pesquisadora fosse servidora pública municipal de Quatro Barras exercendo suas funções na Secretaria Municipal de Governo, junto ao gabinete do chefe do poder executivo, toda a informação absorvida naquele ambiente seria mantida em sigilo, uma vez que durante as reuniões, a sua presença estaria representando a instituição de ensino superior na qual a pesquisadora encontrava-se vinculada, a saber, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Curitiba e não o município de Quatro Barras.

Por fim, a pesquisadora manteve o compromisso de respeitar as questões éticas inerentes a este trabalho no que tange ao compartilhamento das informações de forma segura, legítima e sigilosa, além de tornar públicos os resultados desta pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo contém a descrição e análise das categorias analíticas em estudo na presente dissertação, a saber: trabalho institucional, trabalho institucional de criação, trabalho institucional de manutenção, trabalho institucional de ruptura, campo organizacional, atores sociais relevantes e roteiro turístico.

Desta forma, são apresentadas as etapas do processo de criação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, contendo as informações inerentes ao processo de criação, aos atores que compõe o campo organizacional, funções desempenhadas pelos atores desde a sua fundação, o trabalho institucional realizado pelo roteiro e os tipos de trabalho institucional presentes no aglomerado turístico analisado.

4.1 PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO SENTIDOS DO CAMPO

O Governo Federal desenvolveu, em outubro de 2009, um projeto denominado “Talentos do Brasil Rural”, resultado do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Turismo (MTUR), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MTUR, 2015) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) (SEBRAE, 2014; MTUR, 2018).

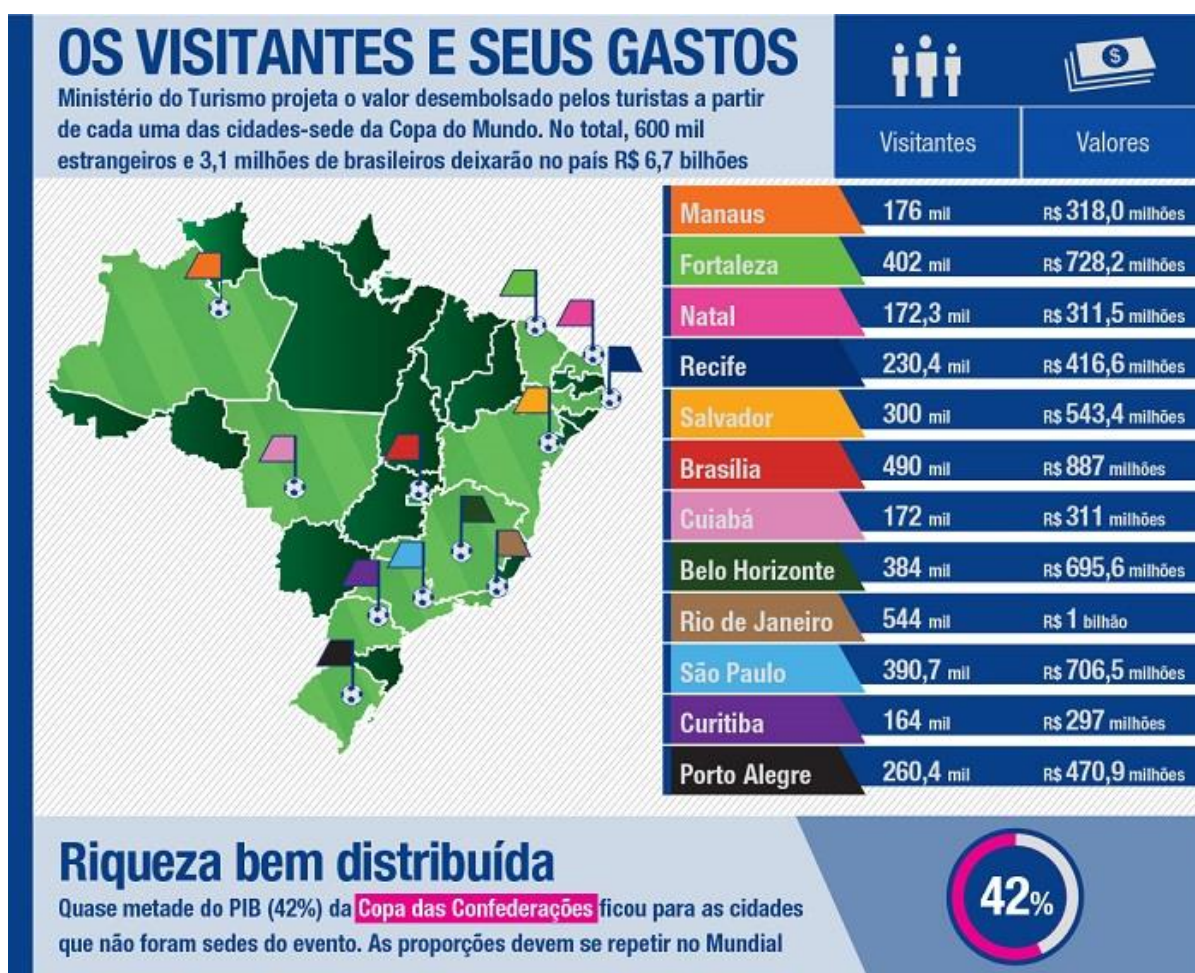
O projeto consistia em implementar ações conjuntas para identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre agricultura familiar e atividade turística, agregando valor a esses produtos e serviços e qualificando, apoiando e estruturando roteiros turísticos compostos por, no mínimo, 10% de empreendimentos da agricultura familiar brasileira (MTUR, 2015).

Um roteiro turístico pode ser compreendido como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, sendo definido e estruturado para o planejamento, a gestão, a promoção e a comercialização turística das localidades que formam o roteiro, e a sua importância consiste no potencial que

possui para desencadear o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (MTUR, 2007).

Tendo em vista tais conveniências, o objetivo do Governo Federal ao fomentar a criação de roteiros consistia em atrair turistas, que estariam prestigiando os jogos da Copa do Mundo no Brasil, para as cidades turísticas nos arredores das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (QUATRO BARRAS, 2018), de forma a fomentar o turismo local e desenvolver as atividades turísticas já realizadas em cada região.

Figura 2 – Copa do Mundo em números



Fonte: MTUR (2014).

Segundo estimativas do Governo, 600 mil turistas estrangeiros e três milhões de brasileiros deveriam circular pelo país durante o evento, conforme se observa pela Figura 2 (BRASIL, 2011; MTUR, 2014).

De acordo com a assessoria de comunicação do MTUR (2018), o Talentos do Brasil Rural teve como órgão financiador o MDA, que investiu cerca de 3 milhões de reais no projeto e também trabalhou em sua elaboração. O SEBRAE/RS foi o órgão executor, tendo, também, aportado recursos (MTUR, 2018).

Os investimentos destinavam-se à: (1) realização de diagnóstico por roteiro selecionado visando a trabalhar a agricultura familiar como um diferencial competitivo; (2) elaboração de um plano de ação para superar os gargalos identificados pelo diagnóstico; (3) orientação técnica e qualificação dos empreendimentos da agricultura familiar para aperfeiçoamento dos serviços oferecidos e das instalações; (4) apoio ao fortalecimento, à promoção e comercialização do roteiro tendo a agricultura familiar como um diferencial; e (5) apoio à inserção dos produtos da agricultura familiar nos bares, restaurantes, meios de hospedagem e lojas de artesanato que faziam parte do roteiro (SEBRAE, 2010).

Em contrapartida, os roteiros selecionados deveriam disponibilizar pessoal para acompanhar o técnico e fornecer as informações necessárias à realização do diagnóstico; propor melhorias, se necessário; assinar um termo de compromisso e responsabilidade; apresentar a DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), comprovando a condição de agricultores familiares dos beneficiários do projeto; participar e envolver os colaboradores do roteiro nas atividades de assistência técnica e capacitações; arcar com eventuais despesas pessoais de deslocamento entre o empreendimento e local do curso; disponibilizar dados e valores sobre produtos e serviços comercializados; e prezar pelo bom atendimento dos clientes e qualidade dos produtos e serviços, garantindo a regularidade na oferta (SEBRAE, 2010).

Assim, a divulgação do projeto Talentos do Brasil Rural se deu com o lançamento dos editais de Chamada Pública nos eixos “Produtos” e “Serviços”, publicados pelo SEBRAE/RS, em 29 de novembro de 2010 (MTUR, 2018).

O objetivo do eixo denominado “produtos” estava relacionado à inserção de produtos da agricultura familiar (tais como produtos artesanais decorativos, utilitários, alimentos e bebidas) em meios de hospedagem, restaurantes, bares, lojas de

artesanato e suvenires, enquanto que o intuito do eixo “serviços” consistia em preparar as propriedades rurais familiares para receber turistas (SETUR-ES, 2012) e organizar os roteiros turísticos interessados em aprimorar e ofertar seus produtos e serviços. As ações do eixo produtos foram capitaneadas pelo SEBRAE e MDA (MTUR, 2018).

As entidades representativas de roteiros turísticos interessadas em participar da seleção para o eixo “serviços”, que contemplaria a venda de produtos, visitas à produção, hospedagem, possibilidades de vivências e lazer nos empreendimentos e serviços com alimentação (MTUR, 2015), deveriam encaminhar suas propostas e documentos comprobatórios ao SEBRAE/RS no prazo previsto em edital (SEBRAE, 2010).

No eixo “serviços” foram disponibilizadas 24 vagas, sendo 2 vagas para cada entorno de cidades-sede da Copa do Mundo, situadas em até 3 horas acessíveis por meio terrestre ou aquaviário das capitais: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP) (SEBRAE, 2010).

De acordo com a entrevistada *E1*, o município tomou ciência do projeto por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo (SEET), que enviou um *e-mail* às Secretarias Municipais de Turismo com o intuito de divulgar o projeto entre as cidades paranaenses.

No ano de 2008, o município de Quatro Barras já possuía uma proposta de roteiro turístico denominado “Caminhos Históricos da Serra”, voltado a resgatar os percursos utilizados por indígenas e colonizadores entre o Curitiba e o litoral do Paraná, a fim de contribuir com o aumento da oferta turística na região (BEM PARANÁ, 2008).

Deste modo, buscando legitimar-se no cenário turístico paranaense, prontamente houve interesse por parte do município em participar da seleção na Chamada Pública, que se deu pela inscrição do roteiro já existente, conforme relatos da entrevistada *E1*:

O roteiro ele já existia, em Quatro Barras, o roteiro turístico né, com alguns empreendimentos envolvidos, que era o Caminhos Históricos da Serra, só que não era só da agricultura familiar, mas como tinha a quantidade mínima lá da porcentagem de agricultura familiar, deu pra incluir ele nessa Chamada Pública.

De acordo com o Governo Federal (BRASIL, 2011; MTUR 2018), entre os meses de novembro de 2010 e janeiro de 2011 foram entregues 119 propostas das mais diversas localidades brasileiras, sendo que apenas 24 entidades representativas foram selecionadas para a fase de diagnóstico.

Finalizado o período de inscrições, no dia 4 de março de 2011 o MTUR divulgou o resultado parcial de classificação, de modo que no Estado do Paraná foram selecionados para a fase de diagnóstico os roteiros: Caminhos do Vinho, da cidade de São José dos Pinhais e Circuito Turístico Caminhos Históricos da Serra (SEBRAE, 2014), inscrito pelo município de Quatro Barras.

Logo após a confirmação da seleção do roteiro inscrito pelo Município de Quatro Barras, a Secretaria de Turismo realizou uma reunião, no dia 5 de abril de 2011, na PMQB com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, departamento de Comunicação e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a fim de planejar as ações que deveriam ser adotadas pelo Município de Quatro Barras com o intuito de institucionalizar novas práticas visando à qualificação efetiva no projeto.

Assim, ficou definido que seriam realizadas reuniões junto aos empreendimentos rurais para explanar o projeto, demonstrar os benefícios e também propor as adequações cabíveis a cada ator, visando moldar o ambiente institucional das organizações envolvidas para atendimento ao projeto.

Utilizando-se da lógica instrumental do cálculo utilitário de consequências, característica do pilar institucional regulativo proposto por Scott (2008), a Secretaria Municipal de Turismo emitiu um informativo que foi amplamente distribuído nas comunidades rurais do município sob o título “Participe do Programa Talentos do Brasil Rural”, que esclarecia o que era o projeto, quem estava desenvolvendo, quem foram os selecionados, quais foram os requisitos para seleção, quais eram os

objetivos do programa, quais seriam os benefícios do programa, o que deveria ser feito e os roteiros que deveriam ser implantados.

A Secretaria também organizou reuniões, juntamente com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), nos dias 16 e 30 de abril de 2011, com aproximadamente 67 produtores rurais das comunidades dos bairros Palmitalzinho, Campininha, Rio do Meio e Ribeirão do Tigre, a fim de expor o projeto, ouvir os empreendedores rurais e organizar os empreendimentos para que se adequassem para participar do roteiro.

A entrevistada *E1* relata como foram operacionalizadas as reuniões nas comunidades rurais da cidade de Quatro Barras:

Campininha, Rio do Meio, Palmitalzinho, foram feitas reuniões pra explicar pra comunidade que o roteiro tinha sido selecionado, entendeu? O que que era isso, se eles tinham interesse em participar do turismo... Foi feito visitas em todas as propriedades rurais, fazia eu e a (Fulana), a gente saiu de casa em casa, de chácara em chácara, a gente fez uma carta do prefeito né, entregava em mãos pros moradores e nas chácaras, assim, perguntando se eles não queriam aderir ao turismo, como, tipo, pôr suas propriedades rurais envolvendo eles com o turismo, porque, tipo, era o Talentos do Brasil Rural, era voltado mais pra agricultura familiar, né, então a gente queria ver se quem já tinha propriedade, já tinha plantação, já tinha não sei o que, se não queria envolver eles no turismo também, agregar mais essa atividade na sua propriedade.

Conforme previsto nos pressupostos do pilar institucional normativo (SCOTT, 2008), no qual as normas e valores devem ser seguidos visando facilitar a implementação de ações, em 10 de maio de 2011, o MTUR encaminhou um ofício ao município de Quatro Barras comunicando a seleção para a fase de diagnóstico do roteiro turístico inscrito no projeto, informando quais seriam as próximas medidas adotadas pelo Ministério e pelo roteiro, conforme normativas explicitadas em edital.

A partir daí, foram realizadas inúmeras reuniões com os técnicos do Projeto Talentos do Brasil Rural, representantes do município e interessados em integrar o roteiro, para a realização de: (1) diagnóstico dos participantes do roteiro contemplando a visita *in loco* e realização de workshop com os participantes para apresentar os pontos fortes e fracos da região; (2) elaboração de plano de ação; (3) qualificação dos empreendimentos e roteiro no que tange a consultoria para a formação de redes, roteirização turística, gestão de negócios, aperfeiçoamento de

produtos e geração de inovações; (4) elaboração de planos de posicionamento no mercado; e (5) promoção e apoio à comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar para o mercado turístico (MTUR, 2015).

Nessa fase, a ação dos atores sociais caracterizou-se pela certeza de que as rotinas estipuladas seriam as mais adequadas, característica do pilar institucional cultural-cognitivo de Scott (2008), com a finalidade de modificar as instituições vigentes e alcançar objetivos comuns.

A entrevistada *E1* menciona que, nesse período, o MTUR realizou diversas visitas surpresas aos empreendimentos, evidenciando a presença do pilar institucional regulativo (SCOTT, 2008), para verificar como era realizado o atendimento ao turista em cada estabelecimento integrante do roteiro:

Quando tinha a visita nos empreendimentos, quando não era as, as que não eram agendadas, a gente acompanhava. Tinha algumas que era tipo uma, como que eles chamam...(pausa). Tinha um nome que eles chamavam, como se fosse uma surpresa, eles iam nos empreendimentos e não se identificavam como do Ministério do Turismo, e se faziam de turista, entendeu? Chegavam lá como um turista pra ver como eles eram atendidos nos empreendimentos e tal, essas a gente não participava né, e a gente também não sabia o dia que eles viriam, nessas visitas-teste eu acho, se não me engano, que eles chamavam.

Essas visitas, denominadas “turista oculto”², exemplificam a adoção de medidas voltadas a legitimação e conformidade às normas, tal qual descritas por DiMaggio e Powell (2005) [1983]; (1991), com o intuito de verificar se as organizações analisadas seguiam as linhas de ações dadas como certas e racionalizadas na sociedade, no que tange a prestação dos serviços turísticos.

Segundo a entrevistada *E1*, após a realização das visitas, os técnicos sugeriram algumas alterações nos empreendimentos visitados, que foram acatadas por alguns empreendimentos:

A diferença que eu percebi, alguns empreendimentos se desenvolveram, alguns fizeram algumas adaptações, nos, nos empreendimentos, como acessibilidade. Não todos, sabe, pra falar a verdade ... (pausa) bem pouca

² De acordo com a entrevistada *E1*, esse procedimento não foi comunicado à Secretaria Municipal de Turismo, nem mesmo aos empreendimentos, de forma que tomaram conhecimento após concluído o processo de visitas.

gente, mas, mas, teve sim, alguns empreendimentos fizeram algumas modificações que foram até sugeridas pelo próprio Ministério do Turismo.

O entrevistado *E4* recebeu visita dos técnicos do MTUR em seu empreendimento turístico e registrou quais foram algumas das mudanças propostas, bem como os resultados desse trabalho:

Teve uma assessoria, um apoio direto, e certas dicas de como trabalhar né, certos detalhes que podiam ser mudados no seu empreendimento... Eles não pediram, eles deram opções pra você mudar, vamos supor: 'olha, se você colocar um bule de café esmaltado, você vai chamar mais atenção'. Então eles deram opções, não pediram pra gente mudar, ficou a critério de cada um seguir o que eles estavam dando de opção, né. Detalhes.

A gente realizou bastante ações, um exemplo: a maneira de atender, deixa eu ver o que mais: uniforme, ter uma placa do Roteiro Sentidos do Campo, não perder aquele ar rústico que a gente... o ambiente rústico, caseiro, né. O que mais... enfim, não perder a essência do negócio nosso... No meu caso (a consultoria) ajudou 100%.

A adequação a essas normas demonstram a presença do isomorfismo normativo, em decorrência da necessidade de adequar os comportamentos e vestimentas ao padrão vigente (CICOUREL, 1970; WILLIAMSON, 1975), que são derivativos da profissionalização.

O entrevistado *E2*, que integra o grupo de empreendedores de turismo, relata as mudanças percebidas nas empresas, após a visita dos técnicos:

Eu percebi, percebi que alguns empreendimentos começaram a se engajar um pouco mais na questão, de, de marketing, em questão de decoração, em questão de melhorar o produto deles e tal, e tudo mais.

A visita dos técnicos do MTUR também caracteriza o trabalho institucional de manutenção de policiamento, cujo objetivo é garantir a conformidade por meio da fiscalização, auditoria e monitoramento (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Entretanto, o que se demonstrou pela fala da entrevistada é que a adequação dos empreendimentos referente às melhorias nas condições de acessibilidade não foi acatada pela totalidade das empresas visitadas.

Após a realização de reuniões oficiais e diligências junto aos empreendimentos turísticos, no dia 15 de maio de 2012, foi realizada a última reunião técnica de validação e legitimação do roteiro, onde foram evidenciados os atrativos naturais e históricos da cidade, na presença de representantes do MTUR,

SEBRAE, EMATER, Secretaria Municipal de Turismo, Cooperativa Agropecuária e empreendedores locais (AGORA PARANÁ, 2012).

Entre os principais atrativos turísticos da região de Quatro Barras e Campina Grande do Sul que somaram para a seleção do projeto, destacam-se: Arena de Eventos de Campina Grande do Sul; Igreja de São Sebastião; Estrada da Graciosa; Obelisco de Dom Pedro II; Caminho do Itupava; Morro Pão-de-Ló; Morro do Anhangava; Igreja Bom Jesus; Ponte do Arco; Oratório Anjo da Guarda; Capela de São Pedro; Ponte do Rio Taquari; Estrada da Graciosa; Casa de Pedra; Picos Camapuã e Tucum; Pico Paraná; Represa do Capivari; Parque Ari Coutinho Bandeira (Parque Capivari); Pico Capivari Grande; entre outros (CAMPINA GRANDE DO SUL, 2018; QUATRO BARRAS, 2018).

Com o intuito de fortalecer o ambiente técnico vigente e proporcionar maior visibilidade ao roteiro, nessa época o município de Quatro Barras criou um portal de turismo sob o domínio: “www.turismoquatrobarras.com.br”, para concentrar as principais informações turísticas da cidade, divulgando, por meio do portal eletrônico, a cultura, a história e as características peculiares do município (BEM PARANÁ, 2012).

A partir da divulgação do resultado final da Chamada Pública Talentos do Brasil Rural – eixo serviços, que ocorreu no mês de maio de 2012, passaram a integrar o projeto Talentos do Brasil Rural, 24 roteiros turísticos, compostos por 54 municípios e cerca de 400 empreendimentos, localizados no entorno das doze cidades que sediaram os jogos da Copa do Mundo de futebol de 2014, constituídos por pelo menos 10% de empreendimentos da agricultura familiar (MTUR, 2016). Os roteiros turísticos selecionados pelo MTUR estão listados no Quadro 10.

Quadro 10 – Roteiros Turísticos classificados no projeto Talentos do Brasil Rural

Cidade-Sede	Estado	Roteiro	Entidade Representativa
Belo Horizonte	MG	Circuito na Vivência da Agricultura Familiar do Serras de Minas	Associação dos Municípios de Circuito Turístico Serras de Minas
		Caminhos Rurais da Mata Atlântica de Minas	Agência de Desenvolvimento Turístico do Circuito Mata Atlântica de Minas
Brasília	DF	Circuito Caminhada na Natureza de Sobradinho ³ – conheça as delícias de sua região!	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
	GO	Trekking Travessia	Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Cuiabá	MT	Natureco Pantanal Remoto	INSTAR
Curitiba	PR	Circuito Turístico Caminhos Históricos da Serra	Prefeitura Municipal de Quatro Barras
		Caminho do Vinho	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Fortaleza	CE	Cultura e Ecologia em Busca do Futuro ⁴	Associação Cooperativista do P. de Assentamento Coqueirinho
Manaus	AM	Tucorin: Turismo Comunitário no Baixo Rio Negro	Associação Organização não Governamental Nymuedaju
Natal	RN	Roteiro do Seridó	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
	PB	Caminhos dos Engenhos	Associação dos Amigos de Areia
		Uma Viagem à Civilização dos Potiguara	Associação Comunitária dos Artesãos de Mamanguape – ASCOARTEM
Porto Alegre	RS	Caminhos Rurais de Porto Alegre	Associação Porto Alegre Rural
		Vale dos Vinhedos	
		Agroturismo – Gramado	Prefeitura Municipal de Gramado
		Caminhos da Colônia	
		Roteiro Caminhos de Pedra	Associação Caminhos de Pedra
Recife	AL	Trilha do Visgueiro	Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados
	PB	Roteiro: Em Terras Quilombolas	Associação de Turismo Costa de Conde
Rio de Janeiro	RJ	Circuito Eco-Rural Caminhos do Brejal	Associação Sócio Educativa e de Turismo Eco-Rural do Circuito Caminhos do Brejal
	MG	Circuito Rural e Ecológico do Vale do Rio Preto	Circuito Turístico Serras de Ibitipoca
Salvador	BA	Roteiro Ecoétnico	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Baixo Sul
São Paulo	MG	Roteiro Serras Rurais	Cambui Adventure
	SP	Roteiro Rural “Caminhos da Roça”	Prefeitura Municipal de Socorro

Fonte: MTUR (2012).

³ O roteiro não integrou o Catálogo de Produtos e Serviços do projeto Talentos do Brasil Rural (SEBRAE, 2014), sendo que no material foram divulgados os 23 roteiros turísticos provenientes do projeto.

⁴ O roteiro foi substituído pelo Roteiro “Cultura e Ecologia em busca dos Potiguara”, localizado no Ceará (SEBRAE, 2014).

Conforme o MTUR (2016), a adesão ao projeto proporcionou diversos benefícios aos participantes dos roteiros turísticos, no que tange ao desenvolvimento do ambiente técnico das organizações (DIMAGGIO; POWELL 2005 [1983]; SCOTT; MEYER, 1983; SCOTT, 2002; 2008), que foram operacionalizados mediante a disponibilização de recursos financeiros para instrumentalizar o projeto, o compartilhamento de informações, o aumento da capacidade competitiva, o acesso a novos mercados e o desenvolvimento de produtos e serviços.

De acordo com os entrevistados, a participação no projeto proporcionou benefícios aos empreendedores, conforme se observam por seus relatos:

Trouxe, trouxe alguns benefícios, com certeza, me trouxe alguns clientes, né, pessoas que foram em outros empreendimentos e pegaram o roteiro, ficaram sabendo do roteiro né, pessoas que buscaram na Internet isso e acabaram descobrindo, né enfim... negócios que chamariam atenção pra eles e que acabou trazendo mais clientes, novos, diferentes, enfim, que a gente não teria como alcançar, então, é isso aí! Eu acho que trouxe benefícios, sim, mas poderia ter trazido muito mais, na verdade. (E2).

Bastante coisa mudou, né. O pensamento do pessoal mudou. (E4).

Sim, trouxe melhor visibilidade do negócio junto à nova gestão da prefeitura local. (E5).

Porém, de acordo com o entrevistado E3, o roteiro nada agregou ao seu negócio, conforme se verifica por meio do seu relato:

O roteiro não trouxe nenhum tipo de benefício pro meu empreendimento. Eu esperava que o roteiro proporcionasse diversas ações coletivas e que o poder público pudesse dar o suporte pra que elas ocorressem, e também pudesse ser um fomentador das atividades turísticas, das capacitações, mas nada disso aconteceu.

Em 14 de abril de 2014, os consultores do Projeto Talentos do Brasil Rural estiveram novamente na cidade de Quatro Barras para apresentação da proposta do nome e logomarca do roteiro aos empreendedores locais. Por votação unânime dos integrantes do roteiro, foi aprovado o nome “Roteiro Turístico Sentidos do Campo”, bem como a logomarca (Figura 3), uma vez que tal designação conseguia agregar conceitos do turismo rural, da gastronomia local e do potencial ambiental da cidade de Quatro Barras, que possui uma das maiores áreas de preservação ambiental da RMC (AGORA PARANÁ, 2014a).

Ainda na reunião, os representantes do MTUR discutiram acerca da importância em se formalizar uma associação, que contivesse um estatuto, planejamento, padronização visual, identidade do grupo e ferramentas essenciais à consolidação do roteiro, tais como sinalização, comunicação, estruturação de um *website* e elaboração de mapas turísticos (AGORA PARANÁ, 2014a).

Figura 3 – Logotipo do Roteiro Turístico Sentidos do Campo



Fonte: Pousada Sítio da Alegria (2018).

A proposição da logomarca, da formalização da associação e dos mapas turísticos, ocorreram por sugestão de técnicos do MTUR, caracterizando a presença do isomorfismo coercitivo, pois os empreendedores se encontravam em situação de dependência em relação ao Governo Federal (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]; 1991), e prontamente acataram as normas propostas, pela necessidade de obter recursos e incentivos provenientes da aceitação das sugestões (DUARTE; TAVARES, 2012).

Nesse sentido, a fim de suprir a necessidade evidenciada pelos técnicos do MTUR, foi criado um Núcleo de Turismo, em parceria com os empreendimentos turísticos do município de Quatro Barras e Campina Grande do Sul com apoio da Associação Industrial e Comercial de Quatro Barras e Campina Grande do Sul (QBCAMP), com o objetivo de organizar e fortalecer os membros do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

A ampliação dos limites do roteiro expandiu o seu campo organizacional, que até então estava restrito aos empreendimentos turísticos do município de Quatro Barras, passando a ser composto por estabelecimentos da cidade de Campina Grande do Sul, com o apoio da QBCAMP, que passaram a integrar um aspecto da vida institucional do roteiro (DIMAGGIO; POWELL, 1991) e podem ser facilmente identificados pela similaridade de seus produtos e serviços.

A QBCAMP é uma entidade sem fins lucrativos, formalizada em 1988 por empresários locais, com o intuito de estabelecer uma entidade que reunisse os interesses da classe e que auxiliasse no desenvolvimento econômico e social dos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul (QBCAMP, 2018), localizados na região metropolitana de Curitiba (RMC), Capital do Paraná.

Atualmente, a Associação conta com mais de 210 associados do ramo de comércio, indústria e prestadores de serviço, além de um Núcleo de Turismo, formado em 2014, composto pelos empreendimentos integrantes do Roteiro Turístico Sentidos do Campo e um Núcleo de Reparação Automotiva, formalizado em 2016, cujos componentes são os profissionais ligados à área de ramo automotivo (QBCAMP, 2018).

O entrevistado *E3* comenta sobre os motivos que levaram os empreendedores do roteiro turístico a desenvolver suas atividades junto a QBCAMP:

Era mais fácil, e mais barato e com mais estrutura se a gente fizesse parte da Associação Comercial, tinha endereço próprio, mais de 20 anos de estrada, secretária, telefone, e por aí... então, já entrava num outro patamar.

De acordo com o entrevistado *E3*, no entanto, esta estratégia não surtiu o efeito esperado, conforme se evidencia pelas suas falas:

Eu sempre estimei pra que realmente ele fosse um roteiro e que acontecessem as ações, é... proativas, pra que isso ocorresse, e na verdade quando a gente entrou dentro da Associação Comercial de Quatro Barras e Campina Grande o negócio meio que desabou numa forma totalmente inoperante, e daí a gente acabou não conseguindo e não se estimulando a fazer as coisas durante dois anos. Houveram alguns embates, de ponto de vista e tal, mas não teve nenhum resultado, não surtiu efeito, né.

O grupo se associou à Associação Comercial e ali se desarticulou tudo. Não existe nada sendo feito. Nem reuniões existem há muito tempo já.

A última reunião entre os técnicos do MTUR e os empreendedores ocorreu no dia 25 de agosto de 2014, onde foram repassadas orientações finais acerca da efetiva implementação do roteiro, que englobavam a criação de vivências e atividades temáticas, a consolidação de negócios, a personalização de produtos, a necessidade de confecção de mapas e a instalação de placas de sinalização turística (AGORA PARANÁ, 2014b).

Os relatos da entrevistada *E1* demonstram o teor da última reunião entre técnicos do MTUR e os empreendedores:

O Ministério do Turismo falou pra eles (empreendedores), que eles tavam muito dependentes da prefeitura. Que tudo eles dependiam da prefeitura, fazer um cartaz, fazer um folder, como se a prefeitura tivesse que fazer toda a divulgação pra eles, entendeu? Eles tinham que criar com suas próprias pernas, isso que foi falado bem diretamente num dia de reunião com todos eles, no dia que eles foram apresentar o diagnóstico, isso ficou bem claro pros empreendedores, que eles tinham que andar com suas próprias pernas, que a prefeitura não tinha a obrigação de fazer a divulgação pra eles. A prefeitura tinha que divulgar a cidade, os pontos turísticos, não os empreendimentos em individual, entendeu?.

Os técnicos destacaram que a partir daquele momento o grupo estava apto a dar segmento ao desenvolvimento do roteiro sem o suporte de outras entidades (AGORA PARANÁ, 2014b), uma vez que já disponibilizavam de todos os elementos necessários para seguir em frente como roteiro turístico.

O entrevistado *E4* concordou com esse posicionamento do MTUR, declarando que as organizações não deveriam ser dependentes de outros órgãos, tais como as prefeituras municipais:

Olha, particularmente eu acho que isso aí não tem que nem partir da prefeitura, a prefeitura tem que entrar como um mero ajudante, né, que dê algum suporte, mas é... o principal tem que partir dos empresários, do pessoal que participa do roteiro, né, eles que tem que fazer a maior parte, 99,99%.

Meu empreendimento não depende de outras entidades pra sobreviver, nem o meu e nem ninguém. Cada empreendimento tem que sobreviver com as próprias pernas.

Conforme disposto em atas de reuniões, as tratativas acerca da confecção do mapa de turismo que possibilitasse a identificação das empresas que integravam o roteiro e dos pontos turísticos das cidades, conforme sugerido pelo MTUR, iniciaram em outubro de 2014.

Os integrantes do Núcleo de Turismo desenvolveram, juntamente com um profissional da área, um mapa ilustrado contendo o circuito histórico do Roteiro, além de guias para hospedagem, gastronomia, aventura e esportes, bem como trilhas e caminhos da região, para divulgação dos aspectos turísticos dos municípios.

Inicialmente, o grupo definiu que o mapa não contemplaria propaganda de outras empresas, alheias ao roteiro. Entretanto, após a realização de orçamentos e divisão de valores entre os membros do roteiro, foram convidados a participar do mapa outros empreendimentos, que deveriam arcar com valores mais elevados do que a parte correspondente aos integrantes do roteiro turístico. As empresas que participaram da divulgação do mapa podem ser visualizadas na Figura 5.

Figura 4 – Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2015 (frente)



Fonte: Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2015).

Também foram captados recursos dos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, que financiaram uma parte desse material. A entrega do produto final ocorreu em março de 2015, e o material de divulgação foi

disponibilizado aos empreendimentos e aos municípios, para distribuição aos clientes e turistas da região. O resultado pode ser conferido nas Figuras 4 e 5.

Figura 5 – Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2015 (verso)

Fonte: Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2015).

Os entrevistados discordam acerca do trabalho desenvolvido pelo grupo com relação à criação e desenvolvimento do mapa de turismo:

A gente trabalhou bem, digamos assim, até desenvolver o mapa, entendeu? E depois do mapa não foi desenvolvido mais nada, não foi acertado mais nada, não foi né. (E2).

O máximo que se conseguiu foi um roteiro inicial, que foi transformado em folder, e mesmo assim nunca chegou a integrar um circuito ou ter ações conjuntas pra basicamente nada. (E3).

Creio de houve resultado positivo sim, para os empreendedores e para o grupo. Maior conhecimento sobre a realidade de outros empreendimentos é um desses benefícios, e acho que houve uma melhor divulgação do grupo na região, sim. (E5).

Segundo os entrevistados, boa parte da divulgação do roteiro ocorria pela entrega dos mapas turísticos aos clientes, pois uma das estratégias adotadas pelo

grupo consistia em tentar fazer com que o turista permanecesse o maior número de dias na região. Desta forma, quando o cliente recebia o mapa turístico num determinado estabelecimento, era indicado pelo proprietário a conhecer outras propriedades turísticas e pontos turísticos, tentando assim fidelizar o cliente e fazer com que tivesse interesse em retornar à região, já que possuía inúmeros atrativos desconhecidos.

Esta estratégia, evidenciada na fala do entrevistado *E2*, demonstra o trabalho realizado pelo grupo, em se conhecerem mutuamente para que soubessem quais eram os produtos e serviços desenvolvidos pelos integrantes do roteiro. Isso foi benéfico, por proporcionar novas opções de lazer de turismo na região:

A confecção do mapa foi um trabalho coletivo, bem executado de certa maneira, e foi importante pra mim, foi importante pra todos, e esse mapa ajudou a divulgar de várias formas né, por exemplo, a (Fulana) lá, da Vinícola (...) ia em vários eventos sabe, então divulgava o mapa massivamente, eu também, em alguns eventos que eu fiz eu divulguei bastante o mapa. E creio eu que aumentou a clientela, pelo menos pra mim teve vários clientes que vieram, foram em outros locais, acabaram vendo o mapa, o roteiro, tudo mais e acabaram se interessando pelo meu restaurante. Eu acredito que da mesma maneira aconteceu com vários negócios, né. Tanto que clientes meus que disseram que foram em outros negócios, em outros empreendimentos e gostaram bastante também. Foi bom pra todos, mas principalmente na confecção do mapa e divulgação dele. Poderia ter sido bem melhor, obviamente, mas foi bom sim, não dá pra reclamar.

Deste modo, a cooperação foi percebida pelos membros entrevistados como algo presente no campo:

Sim, cooperação sempre há, sempre tem. (*E4*).

Na maior parte dos membros sim, há cooperação. (*E5*).

A cooperação existe, a cooperação existe sim, mas eu acho que dava pra cooperar muito mais, entendeu? Muito mais do que se coopera. Acho que o pessoal faz muito o básico e não pensa que quanto mais forte todos estiverem aqui, melhor vai ser pra todo mundo, entendeu? Porque mais gente vai poder vir pra cá, mais gente vai gastar dinheiro aqui, e o turismo aqui vai ser muito melhor e muito mais. (*E2*).

Após a conclusão dos trabalhos de assessoria realizados pelo MTUR, o roteiro Sentidos do Campo passou a compor o rol de roteiros turísticos oficiais do Brasil, constando no Catálogo de Produtos e Serviços do SEBRAE (2014), conforme demonstrado a seguir:

O roteiro Sentidos do Campo é uma excelente alternativa para quem busca sossego e contato com a natureza. Entre suas opções de lazer, está o Morro do Anhangava, um dos melhores campo-escola de escalada em rocha do Brasil, com 1420 metros de altitude e excelente ponto para prática de voo livre, rapel e caminhadas. Outro atrativo é a Estrada da Graciosa, a primeira via carroçável do Paraná, construída entre 1854 e 1873 para ligar Curitiba ao Litoral e que teria servido até mesmo ao Imperador Dom Pedro II. (SEBRAE, 2014, p. 72).

Os empreendimentos que integraram o Roteiro Turístico Sentidos do Campo em sua fundação foram: Pousada Sítio da Alegria, Parque Vila dos Animais, Quina do Chef, Recanto Fonte do Sossego, Churrascaria Bossardi, Hotel Pousada do Anhangava, Sushiai Cozinha Japonesa, Pizzaria Pastasciutta, Jackson Assados, Rosa Brasil Eventos, Café Colonial da Bisa, Rancho do Cavalo, Dell Usina, Portal Itupava, Marumby Montanhismo, Sonho Encantado, Vinícola Família Fardo, Terra Brasil Café, Chácara Rancho Alegre e Mata Atlântica Aventura (QBCAMP, 2018).

Atualmente, oito empreendimentos compõem o Núcleo de Empreendedores de Turismo (NET), sendo cinco pertencentes ao Município de Quatro Barras (dois hotéis, um restaurante e duas vinícolas) e três situados no Município de Campina Grande do Sul (dois hotéis fazenda e um pesque pague) (QBCAMP, 2018). Destes, quatro desenvolvem atividades rurais em suas empresas.

De acordo com a entrevistada *E1*, a baixa adesão ao roteiro pode estar relacionada à cobrança da mensalidade, pela QBCAMP. Segundo as normas instituídas pelos membros do grupo, os empreendimentos que ficassem inadimplentes por três meses junto a QBCAMP⁵ estariam automaticamente excluídos do roteiro turístico. Assim, apesar de alguns empreendedores ainda considerarem-se incluídos do roteiro, de acordo com a QBCAMP, não o são. É o caso do entrevistado *E2*, que relatou que a sua empresa integra o roteiro, no entanto, a mesma não constava na relação de empreendimentos fornecida pela Associação.

Para a entrevistada *E6*⁶, muitos dos empreendedores turísticos não participam do roteiro, pois seus negócios não são formalizados, e a QBCAMP

⁵ O Roteiro Turístico Sentidos do Campo passou a integrar o Núcleo de Turismo da Associação Industrial e Comercial de Quatro Barras e Campina Grande do Sul (QBCAMP), de forma que os empreendimentos integrantes do roteiro devem ser associados e estar adimplentes com as mensalidades, cujo valor varia conforme o porte da empresa.

⁶ Secretária da QBCAMP.

sempre incentiva que os empreendimentos saiam da informalidade. Assim, por mais que participem de algumas reuniões e se interessem pelo roteiro, a falta de vontade em constituir uma empresa dificulta a adesão dos empreendedores ao roteiro e ao NET.

Os entrevistados discorreram acerca da razão pela qual alguns empreendimentos não participam mais do roteiro:

Alguns empreendedores saíram do roteiro, pois esperavam resultados mais abrangentes para seus empreendimentos em curto prazo. (E5).

Parece também que falta amadurecimento por parte de muitos empreendimentos, gerando uma disparidade grande no setor. (E5).

Acho que alguns saíram porque acabaram fechando o negócio mesmo, outros saíram porque não ... (pausa) não botaram muita fé, entendeu, na situação do roteiro, porque querendo ou não a gente também fazia reuniões e a coisa não andava muito pra frente, discutia coisas enfim que eram importantes sim, mas poucas atitudes eram tomadas prontamente digamos assim. Então algumas pessoas acho que desacreditaram um pouco na ideia do roteiro, o roteiro poderia ser um pouco mais, é, sucinto digamos assim, e as ações mais rápidas pra, pra que as pessoas realmente vissem os resultados um pouco antes, porque, afinal de contas a gente vive disso também, né, a gente vive de resultados. (E2).

Acho que poucos aderiram e menos ainda ficaram porque não tinha foco, não era empreendedor. Os empreendedores são extremamente desunidos, né, e se enxergam uns com os outros como concorrentes, e não como parceiros, você não vê as ações serem possíveis em parcerias. (E3).

O entrevistado E2 também discorre acerca da falta de união entre os membros do roteiro:

Na minha opinião, não são, não são, não são nem um pouco unidos. Basicamente cada um briga pelo seu e cada um têm seus interesses em comum, tem seus orçamentos e enfim... e até por isso que eu acredito que o roteiro não conseguiu desenvolver tanto assim em alguns anos, digamos assim, que ele já tá vigente.

Segundo Zilber (2002), os ambientes institucionais são caracterizados por instituições heterogêneas que mostram diferentes racionalidades das práticas compartilhadas, que podem afetar o comportamento organizacional em um campo. Nesse sentido, a discordância de ideias é um fator positivo, por gerar racionalidades diversas (ZILBER, 2002) que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de um grupo.

No entanto, para que agência humana ocorra, é necessário que haja consciência, reflexão, propósito e significado nas ações, a fim de que os atores possam alcançar os objetivos estratégicos em suas organizações (WEBER, 2000). Assim, enquanto as organizações não buscarem alcançar objetivos comuns, dificilmente serão capazes de alterar as instituições vigentes por meio da ação coletiva.

O principal objetivo dos empreendedores ao formalizar o roteiro consistia na necessidade de demonstrar para os turistas de Curitiba e RMC que existiam outras possibilidades de turismo, além do circuito tradicional de Morretes, pois apesar de Quatro Barras e Campina Grande do Sul possuir inúmeras belezas naturais, a região ainda é pouco explorada pelos turistas. Os entrevistados falaram sobre o objetivo principal da formalização do roteiro:

O que levou os empreendedores a formalizar o roteiro acho que foi principalmente uma necessidade de ver que né, existem empresas muito fortes na região, próximas da região, que é ali em Morretes. Enfim, que muitas pessoas de Curitiba se deslocam pra ir até lá, que é mais longe do nosso, do que o nosso local aqui onde a gente tá, e a gente viu que poderia ter uma possibilidade grande de atrair bastante público de Curitiba pra cá, pra fazer um roteiro não simplesmente pra ir em um negócio ou outro, e sim pra ir em vários negócios, né. Fazer um dia ou um final de semana com vários, vários, empreendimentos, digamos assim diferentes né, às vezes um passeio a cavalo, almoço, café colonial, né, hotel e essas coisas todas. (E2).

Eu espero e esperava na verdade que fosse realmente uma união entre os empreendedores, os negócios que tem na região aqui pra, pra, realmente fortalecer o turismo, principalmente né. Fazer as pessoas acreditarem que Campina, Quatro Barras, enfim né, não é, nós não somos “bicho do mato”, né. A gente tem potencial também pra atender o pessoal de Curitiba. (E2).

O que levou os empreendedores a formalizar o roteiro foi o desejo de divulgar mais a região como destino turístico. (E5).

Morretes é perto, é... Caminhos do Vinho é perto, Quatro Barras é longe né... (tom de ironia). Então se todos tiverem unidos, é... Quatro Barras vai se tornar perto também... Um exemplo de Curitiba a Morretes, eles (os turistas) acham perto. De Curitiba a Caminhos do Vinho, de Curitiba a Colombo, é perto. Mas Quatro Barras se torna longe! Pra ir pra Morretes eles passam por dentro de Quatro Barras né, é incrível né! Então uma união maior pode mudar essa visão dos clientes, né. (E4).

Conforme já explanado, o intuito inicial dos empreendedores, ao participar de um roteiro oficial da Copa do Mundo de 2014, consistia em aumentar a demanda turística de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, já que as cidades estão situadas próximas a Curitiba e cidades da RMC, sendo, portanto, locais de fácil

acesso aos turistas em relação a outros roteiros mais visitados normalmente, como Morretes.

Todavia, houve um desapontamento com relação ao saldo turístico da Copa do Mundo de 2014 na região, pois tanto os empreendimentos quanto as prefeituras municipais criaram muita expectativa, se prepararam e se adequaram para receber os turistas, o que de fato não se concretizou, apesar de dados da Polícia Federal revelar que quase 700 mil turistas estrangeiros entraram no Brasil em junho de 2014, superando até mesmo as expectativas do Governo Federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Apesar das expectativas não terem sido atingidas devido ao pouco fluxo de turistas na região, os empreendedores deram seguimento ao roteiro, desenvolvendo algumas ações conjuntas, organizando subgrupos, articulando-se junto aos poderes públicos municipais, planejando reuniões e eventos visando à expansão e desenvolvimento dos próprios empreendimentos e da região em que estão inseridos (QBCAMP, 2018).

Nesse sentido, a entrevistada *E1* comenta acerca de suas expectativas referente à seleção de Quatro Barras como sendo roteiro oficial da Copa do Mundo de 2014:

Eu imaginava que ser selecionado nesse roteiro, ia gerar assim, pelo menos uma divulgação boa na Copa, e isso não aconteceu. Porque, tipo, quando eu li o cadastro lá né, dizia que ia ser 'os roteiros da Copa do Mundo de 2014'. Nossa! O roteiro oficial da Copa do Mundo! O que que eu imaginava? Que pelo menos um material de divulgação pra entregar pros turistas que estariam assistindo aos jogos, que no mínimo isso teria, que não seria um custo muito alto também pro Ministério do Turismo, mas isso não teve. Eu acredito que os turistas mesmo da Copa do Mundo, pra ser o roteiro oficial, nem souberam da existência de Quatro Barras.

Mas não que não tenha gerado nada de bom pro município. Gerou! Porque deu muita mídia na própria região metropolitana, Curitiba e isso gerou muita mídia, então isso, já ajudou o município. Mas como 'Roteiro da Copa do Mundo', né, eu não vi nada disso.

O entrevistado *E3* demonstrou insatisfação pelo fato que o roteiro Sentidos do Campo não evoluiu após o evento mundial no Brasil, enquanto que roteiros menos conhecidos à época se sobressaíram e estão ocupando um lugar de destaque no cenário turístico paranaense atualmente:

Depois da Copa a gente viu que São José dos Pinhais explodiu na questão turística e Quatro Barras ficou do mesmo tamanho, ou um pouco menor do que era, em relação a essa parte do desenvolvimento dos potenciais.

Ação coletiva tem um poder muito grande, é muito forte. Se você for olhar pra (a Colônia) Witmarsum, por exemplo, na época em que falava de roteiro da Copa, Witmarsum não tava nem aí, praticamente desconhecido. São José dos Pinhais também explodiu nesses anos pra cá, e vários outros exemplos de ações de pessoas que acreditam e não especificamente não só a liderança, mas todo mundo fazendo um pouco né. É uma questão até de cultura né, pra que as coisas aconteçam.

A ação coletiva pode ser considerada algo efetivo capaz de configurar e produzir a vigência institucional (JACOMETTI, 2013). Nesse sentido, a racionalidade e intencionalidade dos atores podem resultar em ações destinadas a criar, manter e romper instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), conforme evidenciado nas seções seguintes.

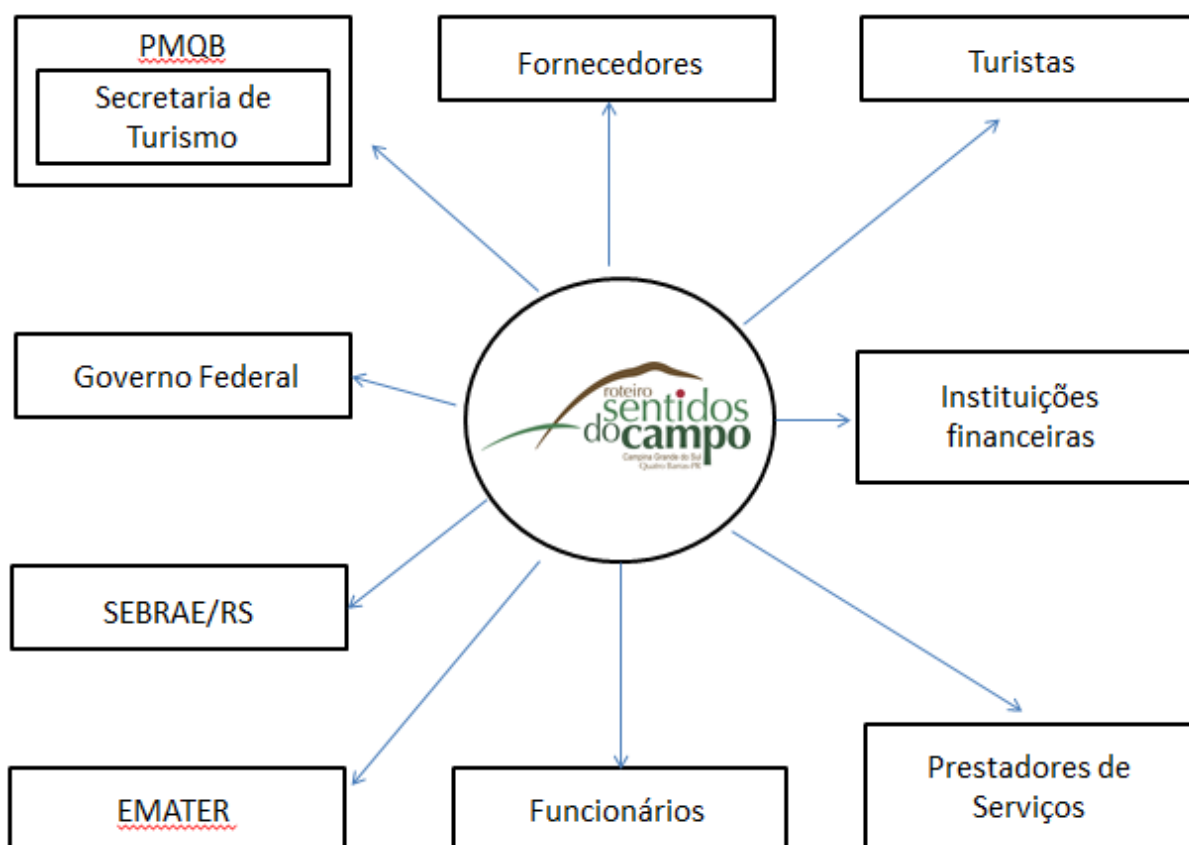
4.2 ATORES INTEGRANTES DO CAMPO ORGANIZACIONAL

Em conformidade com a base teórica adotada neste trabalho, que compreende o campo organizacional como uma arena funcionalmente específica (SCOTT, 2004), os atores integrantes do campo organizacional identificados foram divididos em duas etapas, a saber: a primeira, identificou o campo organizacional no ano de sua formalização (2014); e a segunda, que apresentou os atores integrantes do campo organizacional na atual fase do roteiro (2018).

Na concepção de Scott (2004), os integrantes do campo são associados aos seus parceiros de troca, de modo que ocorram interações mais significativas entre os componentes do campo, em relação aos que se encontram fora dele. De acordo com DiMaggio e Powell (2005) [1983], a análise dos campos organizacionais permite reconhecer quem são os atores, as organizações e as instituições inseridas, além de possibilitar a identificação dos objetivos, interesses e influências pertinentes a cada ator.

As vantagens da perspectiva de Scott (2004) acerca dos campos organizacionais consistem em possibilitar a delimitação do ambiente organizacional de forma institucional e facilitar a análise desse campo (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Figura 6 – Rede de relacionamentos do campo organizacional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo em sua formalização (2014)



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, conforme observado na Figura 6, os atores presentes na fase de formalização do roteiro foram identificados com base na análise documental e mediante a realização de entrevistas. Com relação ao grau de relacionamento, as análises permitiram identificar que nesta fase houve maior relacionamento do roteiro turístico com o Governo Federal, PMQB (por meio da Secretaria Municipal de Turismo) e SEBRAE/RS.

Destaca-se que muitos dos empreendedores demonstraram não ter conhecimento acerca do processo inicial de formalização do roteiro, principalmente os empreendimentos pertencentes ao município de Campina Grande do Sul, que alegaram desconhecer qualquer participação do MTUR ou Governo Federal no

processo. Isso se confirma pelos relatos dos entrevistados, que, embora tenham participado do roteiro desde a sua formalização, no ano de 2014, aparentemente não tiveram ciência de todo o processo, nem mesmo dos atores e entidades que participaram ou exerceram alguma influência para que o roteiro fosse constituído:

Não houve participação do governo federal, que eu saiba. (E5).

O órgão que mais apoiou a criação do roteiro foi a Associação Comercial. (E5).

Não creio que a prefeitura de Quatro Barras deu suporte. (E3).

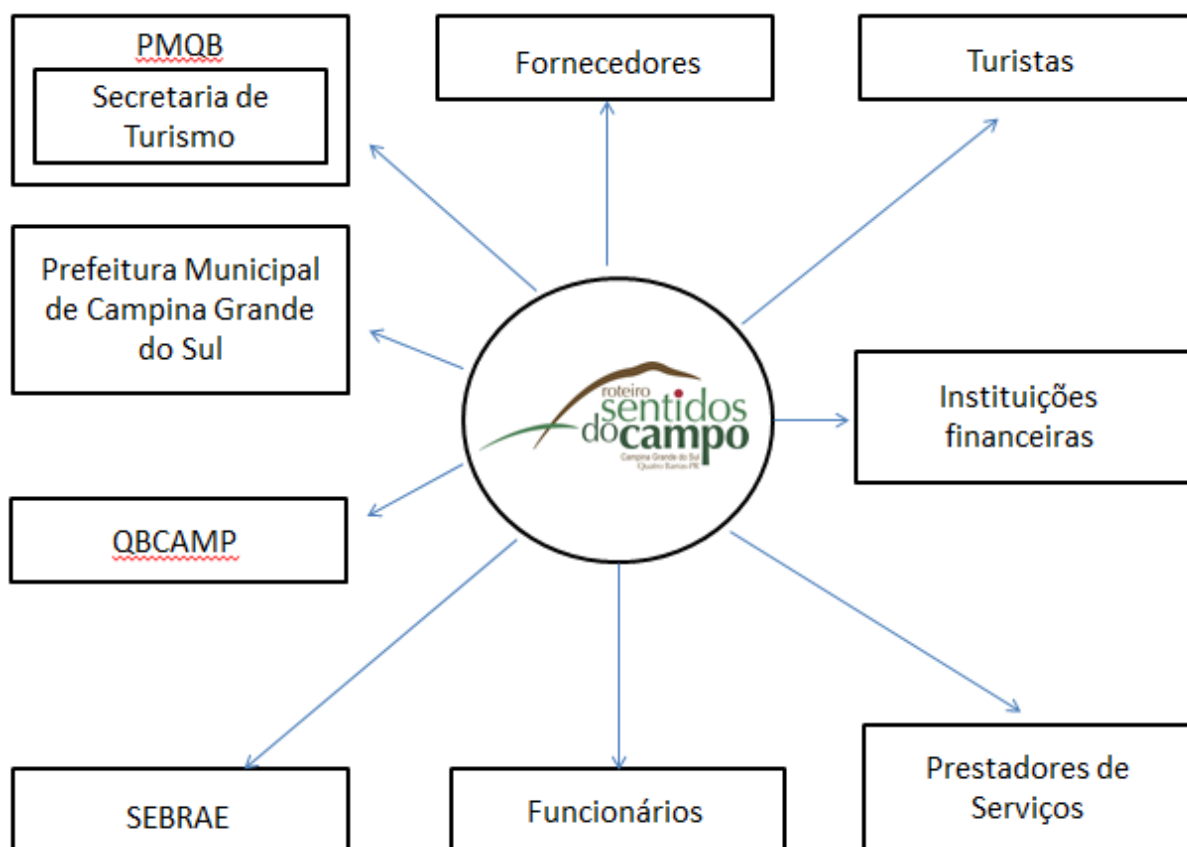
No início foi a prefeitura que ganhou um prêmio referente à Copa... uma coisa assim, de Caminho Turístico, Roteiro Turístico para a Copa. Então, foi ela. (E4).

Os dados analisados permitiram identificar que o Governo Federal, o SEBRAE/RS e o EMATER deixaram de integrar o campo organizacional após a implementação do roteiro, conforme demonstra a Figura 7. Isso se deve ao fato de que, por se tratar de uma política pública que versava sobre a criação de roteiros turísticos para a Copa do Mundo, assim que o projeto foi concretizado e os objetivos foram atingidos, não havia mais a necessidade desses órgãos continuarem compondo o campo analisado.

No entanto, com o desenvolvimento do aglomerado, as organizações foram moldando o campo organizacional, permitindo que novos atores fossem inseridos a ele (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015), formando uma nova rede de relacionamentos. Assim, com base na análise documental, entrevistas e observações, constatou-se que a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul e a QBCAMP passaram a integrar a rede de relacionamentos, bem como o SEBRAE nacional.

O entrevistado E4 ainda identificou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) como sendo um dos atores integrantes do campo. Tal análise se deu pelo fato de que, devido à estrutura, composição e potencialidades do aglomerado turístico, no ano de 2015 houve uma proposta, por parte de professores da UFPR e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em auxiliar os integrantes do roteiro na formalização de um Arranjo Produtivo Local (APL).

Figura 7 – Rede de relacionamentos do campo organizacional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo em sua manutenção (2018)



Fonte: Dados da pesquisa.

O apoio ofertado incluía suporte, treinamento e acompanhamento de professores e pesquisadores, no entanto, exigia o comprometimento dos empresários para a realização de algumas ações específicas, visando à compreensão plena do projeto, a aceitação e a adequação dos empreendimentos no que fosse necessário.

Após algumas explicações e apresentações detalhadas da proposta, o grupo se reuniu e aceitou iniciar os procedimentos necessários à implantação de um APL de turismo no local. Contudo, pouco tempo depois declinaram da proposta e rejeitaram o auxílio.

Perguntados sobre o projeto e os motivos que levaram os empreendedores a desistir da ideia de formalizar o APL, as respostas foram as seguintes:

Lembro sim (do projeto), pena que não deu certo. Era uma ótima oportunidade de termos apoio e suporte numa interface junto a (Universidade) Federal. Tínhamos muito a ganhar pensando num Arranjo Produtivo. (E3).

Teve alguma assessoria da UFPR quando o nosso grupo passou pra Associação Comercial, né, eu não cheguei a participar, eu participei de uma ou duas reuniões, mas foi muito bom, foi muito produtivo. (E4).

Creio que o que levou a grupo a desistir foi a falta de entendimento e participação dos empreendedores no processo. (E5).

Alguns queriam outros não, outros achavam que não valeria a pena, então, é muito complicado, até você acertar um grupo que todos tenham um pensamento só, é difícil. (E4).

Deste modo, como o projeto não foi concretizado, as universidades não foram incluídas na rede de relacionamentos do campo organizacional.

O contexto analisado, tal qual estabelecido por Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), permitiu definir os limites do campo organizacional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo. Assim, as fronteiras desse campo foram delimitadas pela presença de organizações que atuavam no ramo turístico da região de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, ou que desempenhavam funções correlatas a atividades turísticas, bem como aquelas organizações que mantinham alguma relação com as organizações e empreendimentos turísticos.

4.2.1 Funções desempenhadas pelos atores envolvidos na implementação do Roteiro Turístico

A análise documental e as entrevistas realizadas junto aos principais atores permitiram identificar todos os atores envolvidos na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

A partir das análises das atas de reuniões sintetizadas pelos Quadros 7 e 8, foi possível identificar os atores, bem como descrever as funções desempenhadas por cada envolvido, que implicaram na criação e desenvolvimento do roteiro:

- Governo Federal: autorizou a criação da política pública voltada à implementação do projeto denominado “Talentos do Brasil Rural”, que deu origem ao roteiro turístico Sentidos do Campo.

- Ministério do Turismo (MTUR): idealizou e desenvolveu juntamente com MDA e SEBRAE o projeto “Talentos do Brasil Rural”, em parceria com o MMA e GIZ. Ao MTUR coube a elaboração conjunta do projeto, a gestão compartilhada, a coordenação e a produção técnica acerca do eixo “serviços”, além da realização da etapa de diagnóstico nos roteiros.

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): idealizou e desenvolveu juntamente com SEBRAE e MTUR o projeto “Talentos do Brasil Rural”, em parceria com o MMA e GIZ. Investiu cerca de 3 milhões de reais no projeto e também trabalhou em sua elaboração. As ações do eixo produtos foram capitaneadas por SEBRAE/RS e MDA.

- SEBRAE/RS: em âmbito federal, idealizou e desenvolveu juntamente com MDA e MTUR o projeto “Talentos do Brasil Rural”, em parceria com o MMA e GIZ. Encarregado por intermediar a divulgação do edital de Chamamento Público e divulgação dos resultados parcial e final dos classificados, bem como elaborar o Catálogo de Produtos e Serviços “Talentos do Brasil Rural”, com apoio do MDA e MTUR, contendo as informações necessárias para divulgação dos empreendimentos selecionados em cada eixo. Foi o órgão executor do projeto, tendo, também, aportado recursos. As ações do eixo produtos foram capitaneadas por SEBRAE/RS e MDA. E, em âmbito local: Incentivou a participação das pequenas empresas no roteiro turístico. Participou das reuniões de implementação do roteiro.

- Ministério do Meio Ambiente (MMA): apoiou, juntamente com a GTZ, a iniciativa do MDA, MTUR e SEBRAE/RS, o projeto Talentos do Brasil Rural.

- Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ): apoiou o projeto Talentos do Brasil Rural.

- Prefeitura Municipal de Quatro Barras (PMQB): autorizou a participação do município no projeto. Forneceu subsídios para a inscrição no processo de

formalização do roteiro. Disponibilizou os técnicos do município para participar das reuniões e proceder às devidas adequações apontadas pela equipe especializada do Governo Federal. Autorizou a divulgação no município e disponibilizou suporte para a realização de reuniões junto aos empreendimentos turísticos da região. Apoiou a formalização do roteiro turístico, mediante a disponibilização de recursos humanos e financeiros.

- Secretaria Municipal de Turismo de Quatro Barras: realizou a inscrição do município junto ao projeto, reunindo a documentação necessária para a sua habilitação. Desenvolveu ações visando à adequação do roteiro pré-existente às normas previstas em edital. Realizou a divulgação da pré-seleção do roteiro inscrito pelo município no projeto, convidando os empreendimentos turísticos das comunidades rurais e as entidades interessadas a participar de reuniões. Promoveu os encontros com os interessados a fim de angariar integrantes ao roteiro e orientá-los quanto às medidas a serem adotadas visando à adequação ao projeto. Participou de reuniões junto aos técnicos do Governo Federal, disponibilizando suporte para conhecer os empreendimentos e locais com potencial turístico da região. Acompanhou a implementação do roteiro e disponibilizou apoio técnico para as reuniões.

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Quatro Barras: participou das reuniões e apoiou a implementação do roteiro.

- Empreendedores locais: participaram efetivamente das reuniões de implementação do roteiro. Buscaram se adequar às regras estabelecidas, condicionantes à participação do roteiro turístico. Participaram dos encontros com os técnicos do Governo Federal e promoveram ações coletivas para dar continuidade ao roteiro, como formalizar um Núcleo de Turismo junto a Associação Industrial e Comercial da cidade. Convidaram os empreendimentos turísticos da cidade vizinha Campina Grande do Sul a integrar o roteiro, a fim de fortalecer a organização. Receberam os técnicos do MTUR em seus empreendimentos.

- Associação Industrial e Comercial de Quatro Barras e Campina Grande do Sul (QBCAMP) forneceu o espaço físico para a realização de reuniões junto aos

empreendimentos turísticos, PMQB e técnicos do Governo Federal. Possibilitou a criação de um Núcleo de Turismo como extensão dos trabalhos realizados pela QBCAMP. Apoiou a implementação do roteiro e disponibilizou um local para a realização das reuniões do grupo organizado, bem como recursos humanos para acompanhamento, agendamento e suporte às reuniões.

- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER): auxiliou a articular os empreendimentos turísticos rurais a participar dos encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo voltados à integração da comunidade no projeto Talentos do Brasil Rural.

Conforme já explanado, a coleta de dados possibilitou a realização da análise dos integrantes do campo organizacional na formalização e na manutenção do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, bem como a definição das funções desempenhadas por cada um deles. Da mesma forma, os dados também evidenciaram os tipos de trabalho institucional realizados pelo grupo, demonstrados na sequência.

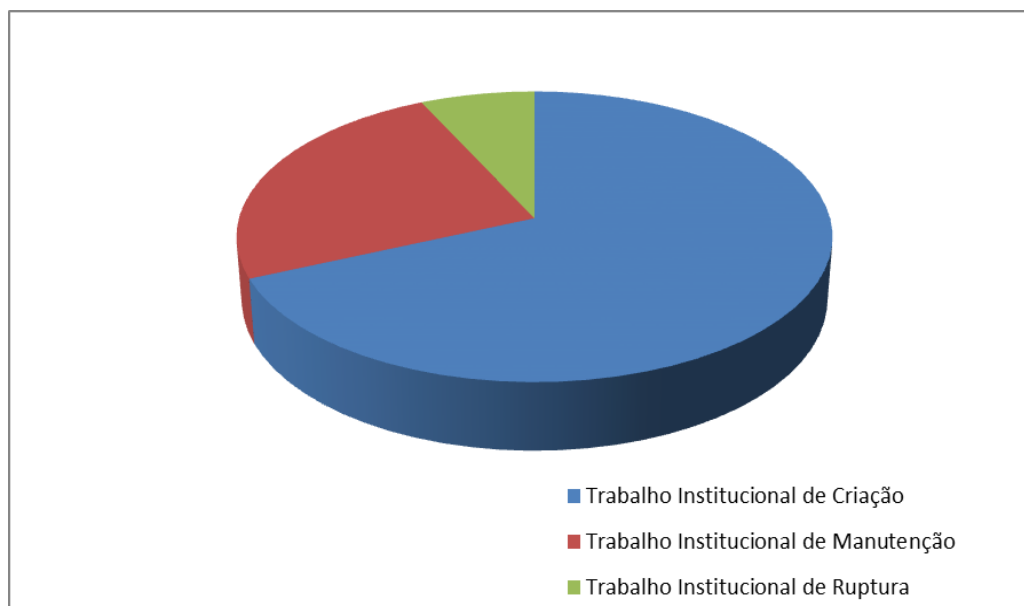
4.3 TRABALHO INSTITUCIONAL REALIZADO PELO AGLOMERADO DE TURISMO

O trabalho institucional refere-se a uma categoria abrangente de ação intencional a fim de criar, manter e romper as instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nesse sentido, a identificação do trabalho institucional realizado pelo Roteiro Turístico Sentidos do Campo torna-se fundamental para a compreensão da dimensão da agência humana e do envolvimento dos atores nos processos de mudança institucional (JACOMETTI, 2013).

A pesquisa realizada permitiu identificar que as principais ações desenvolvidas pelos integrantes do campo organizacional no qual o Roteiro Turístico Sentidos do Campo está inserido é o trabalho institucional de criação, pois, das 57 análises provenientes de documentos, entrevistas e observações, 39 corresponderam a ações voltadas a criação de instituições (68%), 14 representaram o trabalho de manutenção no roteiro (25%), e 4 ocorrências referiam-se ao trabalho institucional de ruptura (7%).

A Figura 8 evidencia que as principais ações desenvolvidas pelos integrantes do campo organizacional referem-se à criação de instituições, seguidas pelos trabalhos inerentes a manutenção institucional, e em menor vulto estão as ações voltadas ao rompimento das instituições vigentes.

Figura 8 – Trabalho Institucional realizado no Roteiro Turístico Sentidos do Campo



Fonte: dados da pesquisa.

A identificação dos tipos de trabalho institucional realizados no campo organizacional é fundamental para fornecer uma visão holística acerca dos acontecimentos que desencadearam o contexto institucional do Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

Partindo do pressuposto de que toda a agência humana é caracterizada pela intencionalidade (WEBER, 2000), a compreensão dos motivos que levaram a determinadas ações pode servir de subsídio aos próprios integrantes do Roteiro Turístico e demais componentes do campo organizacional, quanto à identificação e resolução dos problemas existentes, bem como propiciar o desenvolvimento das forças e habilidades constatadas por este estudo.

A análise do trabalho institucional desempenhado pelos atores sociais também pode contribuir para a elaboração de políticas públicas efetivas voltadas a

consolidação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, pelo fato de que os aglomerados turísticos são considerados propulsores do desenvolvimento econômico e social, capazes de fomentar as atividades turísticas de uma determinada região geográfica.

Por fim, as análises acerca das ações sociais praticadas pelos integrantes do campo organizacional demonstraram quais foram os principais anseios dos empreendedores, podendo servir de base para que outros roteiros turísticos ou arranjos semelhantes identifiquem tais ações e prontamente desenvolvam ações a fim de resolver possíveis conflitos e proporcionar o desenvolvimento da organização.

Os trabalhos institucionais realizados pelos atores sociais que compõe o Roteiro Sentidos do Campo são apresentados nas próximas subseções.

4.3.1 Trabalho Institucional de Criação no Roteiro Turístico Sentidos do Campo

O trabalho institucional de criação refere-se às ações desenvolvidas pelos atores sociais voltadas a promover mudanças institucionais e colaborar com o surgimento de novas instituições (FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012).

Para facilitar a identificação e análise das ações voltadas a criar instituições no Roteiro Turístico Sentidos do Campo, os dados foram categorizados por tipos de trabalho institucional de criação desenvolvidos no campo organizacional, de acordo com o pilar institucional no qual se enquadram, conforme o período de sua ocorrência e pela fonte de dados utilizada. Essa classificação foi necessária para que fossem obtidas as informações pertinentes à resolução do problema de pesquisa proposto neste trabalho. Os resultados dos dados compilados encontram-se nos Quadros 10, 11 e 12.

4.3.1.1 Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Regulativo

O trabalho institucional de criação regulativo refere-se à reconstrução de regras, direitos de propriedade e acesso a recursos materiais (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014), podendo ser evidenciado no Roteiro Sentidos do

Campo pela presença dos tipos de trabalho institucional de aquisição, definição e defesa, constantes no Quadro 11.

Quadro 11 – Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados⁷ (Pilar Regulativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE CRIAÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL REGULATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Aquisição	A decisão de que a metade dos mapas seria distribuída entre os integrantes do grupo e a outra metade fornecida às prefeituras de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, embora estas também tenham auxiliado no rateio de valores.	Análise documental de ata de reunião
	Memorando elaborado pelo departamento de Turismo encaminhado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Quatro Barras, apresentando o projeto de sinalização turística proposto pelo Núcleo de Turismo e critérios para inclusão dos empreendimentos, conforme normas sugeridas pelos integrantes do roteiro em reuniões anteriores.	Análise documental de memorando
	Elaboração de materiais gráficos para divulgação dos empreendimentos turísticos da região contendo valores diferenciados para os integrantes do roteiro, de forma que as empresas que não compõe o aglomerado arcaram com custos mais elevados.	Observação durante reunião
	Sugestão e definição quanto aos locais de instalação das placas de sinalização turísticas, beneficiando as empresas integrantes do roteiro e excluindo do projeto os empreendimentos que não integravam o roteiro.	Observação durante reunião
Definição	A decisão de criar um mapa turístico que possibilitasse a identificação das empresas que integram o roteiro turístico e dos pontos turísticos das cidades. Definiram que o mapa não contemplaria propaganda de outras empresas.	Análise documental de ata de reunião
	A definição de que todos os integrantes do roteiro deveriam utilizar um banner padronizado contendo as informações de seu negócio e do Roteiro Sentidos do Campo.	Análise documental de ata de reunião
	A sugestão de criar adesivos de identificação do roteiro para os empreendimentos que integram o grupo.	Análise documental de ata de reunião
	Envio de um ofício apresentando o Roteiro Sentidos do Campo às agências de turismo de Curitiba e região para divulgação das empresas.	Análise documental de ata de reunião
	Aceitação em formalizar um Arranjo Produtivo Local (APL) com apoio técnico da UTFPR, UFPR e FGV.	Análise documental de ata de reunião
	Organização de um subgrupo para organizar um festival de inverno, com o intuito de fortalecer o roteiro turístico na região.	Análise documental de ata de reunião
	Estabelecimento de metas e definição do calendário de atividades para o primeiro trimestre, com participação nos eventos realizados pelos municípios com o objetivo de dar visibilidade ao roteiro turístico.	Análise documental de ata de reunião

⁷ Identificados no período compreendido entre outubro de 2014 a março de 2018.

Definição	A deliberação de que os atuais integrantes deveriam convidar novos empreendimentos a compor o roteiro, expondo o projeto de sinalização turística que beneficiaria os membros do grupo.	Análise documental de ata de reunião
	A elaboração de um novo mapa turístico com valores e forma de distribuição diferenciados aos integrantes do roteiro.	Observação durante reunião
Defesa	Elaboração de um documento solicitando o apoio dos municípios no que tange a instalação de placas de sinalização dos empreendimentos turísticos.	Análise documental de ata de reunião
	Solicitação aos poderes executivos municipais que disponibilizem funcionários para prestarem informações turísticas durante os finais de semana, onde a demanda de turistas é maior.	Análise documental de ata de reunião
	Apresentação de sugestões às prefeituras municipais no que se refere à construção de ciclovias, melhorias na identificação, realização de senso, construção de trevo, sinalização na Estrada da Graciosa, instalação de Posto de Informações Turísticas, aprovação de um prato típico local.	Análise documental de ata de reunião
	Presença de representantes das Prefeituras Municipais convidados a participar de reunião realizada pelo grupo a fim de apresentar as solicitações e reivindicações.	Observação durante reunião
	Elaboração de documento encaminhado aos poderes públicos municipais contendo reivindicações no que tange a implementação de benfeitorias que proporcionassem benefícios às empresas integrantes do roteiro.	Observação durante reunião
	Solicitação de apoio policial no que tange ao monitoramento e policiamento nos municípios, principalmente nas localidades turísticas rurais mais afastadas.	Análise documental de ata de reunião
	Elaboração de ofícios encaminhados aos municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul solicitando o envio do calendário oficial de eventos para o ano de 2016.	Análise documental de ata de reunião
	Reunião junto a representantes do CONSEG Curitiba referente a medidas a serem adotadas visando à melhoria a segurança pública nos municípios.	Análise documental de ata de reunião
	Reunião realizada com prefeito municipal de Quatro Barras onde foram apresentadas reivindicações do grupo com relação ao projeto de sinalização turística no município, que contemplasse os empreendimentos pertencentes ao roteiro.	Análise documental de ata de reunião
	Solicitação de apoio dos poderes públicos municipais na elaboração e confecção do mapa turístico utilizado como forma de divulgação dos empreendimentos turísticos integrantes do roteiro.	Observação durante reunião
	Integração do Núcleo de Turismo com o Conselho Municipal de Turismo de Quatro Barras, a fim de promover o desenvolvimento turístico da região.	Análise documental de ata de reunião

Fonte: dados da pesquisa.

As ações identificadas como sendo do tipo “aquisição” correspondem à criação de regras que podem conferir algum direito de propriedade à organização (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nesse sentido, o quadro apresentado demonstra que esta tipologia de trabalho institucional foi diagnosticada, tendo em vista o desejo

dos membros do grupo em adquirir benefícios exclusivos proporcionados pelos poderes públicos municipais, de forma a obterem vantagens sobre os demais empreendimentos do mesmo segmento que não integravam o NET, privilegiando apenas as empresas componentes do Roteiro Turístico.

O segundo tipo de trabalho institucional identificado no roteiro é o de “definição”, e consiste na construção de regras que proporcionem *status* ou identidade ao grupo, definindo limites de associação ou criando hierarquias de *status* dentro do campo (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Esse tipo de trabalho foi detectado pelas ações desempenhadas pelos empreendimentos voltadas a colocar o Roteiro Turístico Sentidos do Campo numa posição de destaque na região onde estão inseridos, evidenciando e fortalecendo a imagem do grupo perante a sociedade, a fim de legitimá-lo no campo organizacional.

O último tipo de ação social de criação regulativo identificado é o de “defesa”, que se refere à busca de apoio político e regulador mediante o uso de técnicas de persuasão social (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). No estudo, conforme se observa pelo Quadro 10, o trabalho institucional desenvolvido consistiu em obter o apoio das prefeituras municipais para a concretização dos projetos idealizados pelo NET. O volume das ações identificadas também demonstrou a relação de dependência existente entre os empreendimentos turísticos e os poderes executivos municipais, contrariando as orientações repassadas pelos técnicos do MTUR.

4.3.1.2 Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Normativo

O trabalho institucional de criação normativo diz respeito à construção de identidades profissionais, ao desenvolvimento de normas, práticas e tecnologias que são complementares às instituições vigentes (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014). Este tipo de trabalho mantém o foco na estrutura normativa organizacional e enfatiza as ações capazes de reconfigurar os sistemas de normas dos atores (JACOMETTI, 2013).

As ações sociais abrangidas pelo pilar regulativo são aquelas destinadas a construir identidades, mudar normas e construir redes, conforme observado no Quadro 12.

Quadro 12 – Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados⁸ (Pilar Normativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE CRIAÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL NORMATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Construção de identidades	A realização de visitas, por representantes da Secretaria Municipal de Turismo, a todas as propriedades rurais, visando à adesão ao projeto Talentos do Brasil Rural.	Entrevista com turismóloga
	A decisão de que cada empresa deveria fornecer um calendário contendo as datas em que o empreendimento estaria disponível para festas no final de ano e encaminhar para todas as empresas do roteiro, com a finalidade de facilitar a divulgação.	Análise documental de ata de reunião
	Mobilização para convidar novas empresas a participar do roteiro, sendo cada integrante responsável por levar um empresário para participar da reunião seguinte.	Observação durante reunião
	Ao propor a inclusão de novas empresas ao roteiro, o grupo fomentou o desenvolvimento de relacionamentos entre os empreendimentos com alguns atores pertencentes ao campo organizacional.	Observação durante reunião
	Adquirir insumos e matérias-primas, sempre que possível, dos empreendimentos turísticos pertencentes ao roteiro, buscando fortalecer a rede existente.	Entrevista com empreendedor
Mudanças de normas	Busca de apoio junto ao SEBRAE com a finalidade de fornecer consultoria e propor melhorias ao roteiro.	Análise documental de ata de reunião
	Definição de prioridades apresentadas por cada integrante visando à adoção de estratégias conjuntas para beneficiar o roteiro e as empresas pertencentes a ele.	Análise documental de ata de reunião
Construção de redes	O comprometimento por parte de todos os integrantes em conhecer os demais empreendimentos que compõe o roteiro com o intuito de se fortalecerem mutuamente ao indicar os atrativos alheios para os turistas.	Análise documental de ata de reunião
	Os empreendedores buscaram conhecer todos os empreendimentos integrantes do roteiro a fim de alinhar ao máximo suas metas e seus produtos e adequá-los ao que as outras empresas também estavam fornecendo aos clientes.	Entrevista com empreendedor

Fonte: dados da pesquisa.

O primeiro tipo de trabalho institucional identificado nesta categoria refere-se à “construção de identidades”, onde são definidos os relacionamentos entre um ator e o campo em que opera (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Assim, a identificação das ações coletivas viabilizou-se em virtude do fortalecimento dos relacionamentos entre os empreendimentos turísticos, que gerou a unificação do grupo e novas relações de negócios, além das ações desenvolvidas visando à adesão de novos

⁸ Identificados no período compreendido entre abril de 2011 a maio de 2016.

participantes, que reforçaram a identidade dos empreendimentos turísticos como integrantes do Roteiro Sentidos do Campo.

No entanto, observou-se a presença de dois tipos distintos de identidades no grupo, um deles caracterizado pelos empreendimentos que acreditavam e trabalhavam em prol do desenvolvimento e da manutenção do roteiro, e o outro representado pelos empreendedores que não compartilhavam das mesmas ideias e passaram a negar a eficiência dos resultados obtidos pelo aglomerado.

A “mudança de normas” é a segunda tipologia de trabalho institucional normativo de criação identificado no campo organizacional, com o intuito de reconectar os conjuntos de práticas e fundamentos morais e culturais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Os trabalhos foram identificados pelas ações voltadas a promover mudanças nas práticas existentes por meio de consultoria especializada e mediante a adoção de estratégias conjuntas visando à determinação de objetivos comuns que desencadeassem em mudanças almejadas pelos integrantes do Roteiro Sentidos do Campo.

O terceiro tipo de ação social detectado corresponde a “construção de redes”, cujo objetivo reside na promoção e construção de conexões interorganizacionais onde as práticas se tornam sancionadas e formam o grupo de pares relevantes no que diz respeito à conformidade, monitoramento e avaliação (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Na prática, este trabalho institucional desenvolvido pelos atores foi diagnosticado pelas visitas realizadas pelos empreendedores em todas as organizações integrantes do Roteiro Turístico, que acarretaram no conhecimento mútuo acerca dos produtos e serviços desenvolvidos por cada empresa.

Tais ações possibilitaram a construção de uma rede de negócios no campo organizacional, viabilizada pela indicação aos próprios clientes quanto aos serviços prestados pelas empresas parceiras integrantes do Roteiro Sentidos do Campo e pela aquisição de insumos produzidos pelos empreendedores rurais, nos hotéis e restaurantes membros do NET.

4.3.1.3 Trabalho Institucional de Criação – Pilar Institucional Cognitivo

O trabalho institucional de criação cognitivo está relacionado à alteração dos sistemas de significado, mediante a adoção de novas práticas dadas como certas, e por meio da educação de indivíduos envolvidos no processo que utilizem suas habilidades e conhecimentos em prol do apoio às novas instituições (JACOMETTI; GONÇALVES; CASTRO, 2014). Nesta categoria são desenvolvidas ações relacionadas ao mimetismo, à teorização e a educação nas organizações, conforme observa-se no Quadro 13.

Quadro 13 – Tipos de Trabalho Institucional de Criação Identificados⁹ (Pilar Cognitivo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE CRIAÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL COGNITIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Mimetismo	A decisão de entrar em contato com outras associações e restaurantes com o objetivo de trocar informações e experiências.	Análise documental de ata de reunião
	Mobilização a fim de organizar a participação dos integrantes do roteiro em uma feira de turismo na cidade de São José dos Pinhais promovida pela CACIASPAR.	Observação durante reunião
	A adequação de práticas àquelas já adotadas e instituídas pelas organizações componentes do roteiro com o intuito de prestar os serviços de forma similar aos clientes.	Entrevista com empreendedor
Teorização	Sugestão de realização de uma pesquisa junto aos turistas nos principais pontos turísticos com a finalidade de traçar um perfil do turista e entender o que eles buscam na região em termos de produtos e serviços turísticos.	Análise documental de ata de reunião
Educação	Informação de que todos os empreendimentos devem buscar formalizar suas empresas a fim de que obtenham maiores benefícios individual e coletivamente.	Análise documental de ata de reunião
	Capacitação dos empreendedores e preparação das estruturas para receber turistas.	Análise documental de ata de reunião

Fonte: dados da pesquisa.

O primeiro grupo analisado refere-se às ações sociais ligadas ao “mimetismo”, que tem por objetivo promover a associação de novas práticas com o conjunto já existente de tecnologias e regras a fim de facilitar a sua adoção (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Os dados empíricos possibilitaram a identificação deste tipo de trabalho institucional mediante a imitação de procedimentos e comportamentos adotados por outras organizações já legitimadas no ramo turístico da região, bem

⁹ Identificados no período compreendido entre março de 2015 a março de 2018.

como pela adesão de processos miméticos entre os integrantes do roteiro, visando à padronização e caracterização dos empreendimentos pertencentes ao Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

O segundo tipo de trabalho institucional encontrado no campo organizacional foi a “teorização”, que visa ao desenvolvimento específico de categorias abstratas e a elaboração de cadeias de causa e efeito (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Os comportamentos dos atores voltados à teorização foram identificados pela necessidade de elaborar o perfil do turista que frequenta a região, com o intuito de traçar estratégias para aumentar a permanência desses visitantes nos empreendimentos turísticos, bem como atrair novos clientes.

O terceiro tipo de ação social de criação cognitivo identificado no roteiro refere-se a “educação” dos atores em habilidades e conhecimentos necessários para apoiar a nova instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Este trabalho institucional pode ser reconhecido mediante a realização de reuniões incentivando a formalização das empresas pertencentes ao campo organizacional que atuavam na informalidade e pelas capacitações realizadas pela assessoria técnica do MTUR voltadas a ensinar aos empreendedores a como melhorar a prestação de serviço ao turista.

A análise dos dados possibilitou a constatação de que todos os tipos de trabalho institucional de criação apresentados por Lawrence e Suddaby (2006) foram identificados no aglomerado turístico Sentidos do Campo, demonstrando que os integrantes do campo organizacional possuem capacidade para promover mudanças institucionais (FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012) com o intuito de criar novas instituições.

4.3.2 Trabalho Institucional de Manutenção no Roteiro Turístico Sentidos do Campo

O trabalho institucional de manutenção consiste nos esforços realizados pelos atores com a finalidade de apoiar, suportar, reparar e recriar mecanismos que permitam a sustentação das instituições vigentes nas organizações (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016).

Visando a identificação dos tipos de trabalho institucional desempenhados pelos atores que integram o campo organizacional, no qual o Roteiro Sentidos do Campo está inserido, foram analisados os dados previamente categorizados em conformidade com os pilares institucionais propostos por Scott (2008) e de acordo com os tipos de trabalho institucional de manutenção identificados por Lawrence e Suddaby (2006). Os resultados das análises podem ser conferidos pelos Quadros 13, 14 e 15, apresentados a seguir.

4.3.2.1 Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Regulativo

Os tipos de trabalho institucional de manutenção classificados por Jacometti (2013) de acordo com o pilar institucional regulativo de Scott (2008) estão relacionados à preservação e ao reforço das instituições existentes nas organizações. Esta categoria é composta pelas ações sociais de permissão, policiamento e dissuasão, que foram agrupadas conforme os esforços coletivos desempenhados pelos atores no campo organizacional analisado, apresentados no Quadro 14.

As ações coletivas do tipo “permissão” desempenhadas pelos atores sociais referem-se à criação de regras que facilitem, complementem e apoiem as instituições vigentes (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Os comportamentos dos atores voltados à permissão foram identificados pelas decisões coletivas que definiram a criação de algumas regras e critérios entre os participantes do grupo, com o intuito de promover o fortalecimento do Roteiro. Essas normas exigiram dos empreendedores adequações inerentes à padronização entre os membros, a divulgação das atividades de cada empreendimento, ao fortalecimento da organização mediante a adesão de novas empresas, a criação de um NET, a participação nas reuniões e ao compromisso em manter os pagamentos das mensalidades junto a QBCAMP atualizados.

Quadro 14 – Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificados¹⁰ (Pilar Regulativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL REGULATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Permissão	Definição de critérios para a permanência dos empreendimentos no núcleo de turismo, tais como participação nas reuniões e pagamento contínuo das mensalidades.	Análise documental de ata de reunião
	Formalização de um núcleo de turismo dentro da Associação Industrial e Comercial com o intuito de obter maiores benefícios junto aos poderes executivos municipais.	Análise documental de ata de reunião
	A deliberação de que os atuais integrantes deveriam convidar novos empreendimentos a compor o roteiro, expondo o projeto de sinalização turística que beneficiaria os membros do grupo.	Análise documental de ata de reunião
	A definição de que todos os integrantes do roteiro deveriam utilizar um banner padronizado contendo as informações de seu negócio e do Roteiro Sentidos do Campo.	Análise documental de ata de reunião
	A determinação de que cada empresa deveria fornecer um calendário contendo as datas em que o empreendimento estaria disponível para festas no final de ano e encaminhar para todas as empresas do roteiro, com a finalidade de facilitar a divulgação.	Análise documental de ata de reunião
Policimento	Participação de alguns dos integrantes do roteiro nos Conselhos de Turismo de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.	Análise documental de ata de reunião
	Definição de critérios para a permanência dos empreendimentos no núcleo de turismo, tais como participação nas reuniões e pagamento contínuo das mensalidades.	Análise documental de ata de reunião
Dissuasão	Protelar por inúmeras vezes e diversos motivos a realização de entrevista e por fim, não fornecer as informações solicitadas.	Observação durante realização de entrevista
	Não permitir a formalização de um APL para desenvolvimento do Roteiro existente.	Observação durante reunião

Fonte: dados da pesquisa.

O trabalho institucional de “permissão” desempenhado pelos atores sociais refere-se à criação de regras que facilitem, complementem e apoiem as instituições vigentes (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Os comportamentos dos atores voltados à permissão foram identificados pelas decisões coletivas que definiram a criação de algumas regras e critérios entre os participantes do grupo, com o intuito de promover o fortalecimento e manutenção do Roteiro. Essas normas exigiram dos

¹⁰ Identificados no período compreendido entre abril de 2014 a junho de 2018.

empreendedores adequações inerentes à padronização entre os membros, a divulgação das atividades de cada empreendimento, ao fortalecimento da organização mediante a adesão de novas empresas, a criação de um NET, a participação nas reuniões e ao compromisso em manter os pagamentos das mensalidades junto a QBCAMP atualizados.

O trabalho de “policimento” desenvolvido pelos atores está relacionado a garantias de conformidade mediante a fiscalização, auditoria e monitoramento (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Esse tipo de trabalho institucional foi detectado em virtude da participação dos empresários em Conselhos de Turismo que têm por objetivo promover a fiscalização e o monitoramento das ações voltadas ao desenvolvimento turístico na região, bem como pela definição dos critérios de continuidade no roteiro, exigindo um compromisso financeiro de cada empreendimento junto a QBCAMP e uma participação efetiva junto às decisões tomadas pelos integrantes do grupo, mediante a presença nas reuniões.

Ressalta-se que o trabalho de policimento é realizado de forma efetiva, uma vez que os dados coletados permitiam identificar que a inadimplência nas mensalidades da QBCAMP implicou por inúmeras vezes no desligamento de alguns empreendedores do grupo, muito embora estes ainda considerem-se participantes do Roteiro Turístico.

O terceiro tipo de ação social integrante do pilar regulativo é a “dissuasão”, e refere-se ao estabelecimento de barreiras coercivas à mudança institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nesse sentido, esta tipologia de trabalho institucional foi diagnosticada pelo comportamento recorrente de um dos empresários selecionados em postergar, e por fim, não conceder a entrevista à pesquisadora, demonstrando resistência ao fornecer informações que poderiam evidenciar possíveis fragilidades no aglomerado, por se tratar de um ator que manifestava um perfil de liderança no grupo. A decisão coletiva de não aceitar apoio técnico e especializado para a formalização de um APL de turismo na região também evidenciou este tipo de trabalho institucional, manifestando grande resistência à alteração do *status quo* vigente.

4.3.2.2 Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Normativo

O pilar institucional normativo abrange os tipos de trabalho institucional voltados à manutenção de instituições referem-se à mitologização e à incorporação e rotinização. O Quadro 15 demonstra que, para esta categoria, apenas um tipo de ação social foi identificado no campo organizacional, não sendo encontradas evidências que comprovassem a presença do trabalho institucional de mitologização na presente pesquisa.

Quadro 15 – Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificados¹¹ (Pilar Normativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL NORMATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Incorporação e rotinização	Ao convidar novos empreendimentos a se unir ao roteiro, foram expostas as normas institucionalizadas visando ao cumprimento dessas, caso optassem por integrar o grupo.	Observação durante reunião
	Ações visando à obtenção de certificação do selo de qualidade de turismo no Paraná, tal qual já obtido por uma vinícola participante do roteiro.	Análise documental de ata de reunião

Fonte: dados da pesquisa.

O trabalho institucional de manutenção normativo de “mitologização” ocorre quando são preservados os fundamentos normativos de uma instituição, criando e sustentando mitos sobre sua história (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Destaca-se que não foram identificadas ações voltadas a preservação da memória histórica do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, pois, conforme revelado pelos dados de pesquisa coletados, os participantes não conheciam a história de fundação, os atores envolvidos e nem mesmo o processo de institucionalização do referido roteiro.

As ações voltadas a “incorporação e rotinização” dizem respeito à introdução dos fundamentos normativos de uma instituição no cotidiano dos participantes e nas práticas organizacionais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). A identificação deste tipo de trabalho institucional se deu pelo convite realizado a empreendimentos turísticos da região para que integrassem o Roteiro Sentidos do Campo, sendo na ocasião expostas todas as normas que regiam o grupo para que, caso aceitassem participar do aglomerado, já estariam sujeitos às instituições vigentes. Outra ação que auxiliou

¹¹ Identificados no período compreendido entre agosto de 2015 a março de 2018.

na identificação desta tipologia refere-se aos esforços coletivos para que todos os participantes do roteiro obtivessem uma determinada certificação turística, pois a adoção desta prática mostrou-se efetiva e proporcionou retornos positivos a um dos empreendimentos do Roteiro Sentidos do Campo, detentor de tal selo turístico.

4.3.2.3 Trabalho Institucional de Manutenção – Pilar Institucional Cognitivo

O trabalho institucional de manutenção cognitivo envolve aspectos inerentes a ações sociais relacionadas à “valorização”, que visam a fornecer exemplos positivos e negativos que ilustrem os fundamentos normativos de uma instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Quadro 16 – Tipos de Trabalho Institucional de Manutenção Identificado¹² (Pilar Cognitivo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO - PILAR INSTITUCIONAL COGNITIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Valorização	Reunião realizada pelos integrantes do roteiro na qual convidaram os empreendedores do ramo de turismo da região a participar do grupo, sendo apresentados os benefícios e as regras existentes no roteiro.	Observação durante reunião
	Explorar a utilização de mídias sociais para divulgação do roteiro, conforme case de sucesso relatado por um dos recém-participantes do aglomerado.	Análise documental de ata de reunião

Fonte: dados da pesquisa.

Nesse sentido, conforme disposto no Quadro 16, os trabalhos desempenhados pelos atores do campo organizacional que evidenciaram esta prática referem-se à exposição de exemplos e benefícios proporcionados aos integrantes do Roteiro Turístico, com o objetivo de enaltecer as vantagens em integrar o aglomerado e assim atrair novos empreendedores. Outro fator de comprovação diz respeito à demonstração de que o uso de mídias sociais proporcionou diversos benefícios a um empreendimento turístico membro do roteiro, pois a divulgação atraiu muitos novos clientes de modo que foi considerado por todos, um caso de sucesso a ser imitado.

¹² Identificados no período compreendido entre agosto de 2015 a março de 2018.

Os trabalhos institucionais de manutenção identificados na pesquisa, assim como estabelecidos pela base teórica, demonstraram que as ações desempenhadas pelos atores inseridos no campo organizacional em estudo estão relacionadas à resistência a mudanças visando à neutralização das possíveis ameaças que podem vir a alterar o *status quo* do contexto organizacional vigente (MICELOTTA; WASHINGTON, 2013).

As ações demonstraram ainda que os atores desempenharam ações conjuntas voltadas a apoiar, suportar, reparar e recriar mecanismos para sustentar as instituições em vigor (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016), evidenciando algumas relutâncias dos atores em aceitar possíveis alterações na condição institucional em vigor.

4.3.3 Trabalho Institucional de Ruptura no Roteiro Turístico Sentidos do Campo

O trabalho institucional de ruptura consiste na ação realizada pelos atores sociais com o intuito de atacar as instituições vigentes (CANNING; O'DWYER, 2016), buscando desassociar práticas, regras e tecnologias dos fundamentos morais institucionalizados e minar as premissas e crenças fundamentais que estabilizam as instituições (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

De acordo com a catalogação realizada por Jacometti, Gonçalves e Castro (2014) acerca dos pilares institucionais idealizados por Scott (2008), este tipo de trabalho institucional contempla as ações desenvolvidas pelos atores com o objetivo de romper as instituições em vigor e iniciar desinstitucionalizações por meio de desconexão de sanções das regras, desvinculação de fundações morais das normas e desestabilização de crenças e valores.

Os tipos de trabalho institucional de ruptura realizados pelos integrantes do campo organizacional e analisados nesta pesquisa podem ser visualizados pelos Quadros 16, 17 e 18, apresentados nas próximas subseções.

4.3.3.1 Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Regulativo

O trabalho institucional de ruptura classificado como “desconexões de sanções” refere-se a ações desenvolvidas pelos atores com o intuito de desconectar recompensas e sanções de algum conjunto de práticas, tecnologias ou regras existentes (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). O Quadro 17 demonstra como as ações inerentes ao trabalho institucional de ruptura foram identificadas a partir do pilar institucional regulativo.

Este tipo de trabalho institucional foi identificado a partir de duas situações distintas: a primeira, no momento em que o grupo declinou da ideia de formalizar um APL de turismo, apesar das inúmeras vantagens apresentadas pelos idealizadores do projeto, sendo tal ação caracterizada pelo intuito de preservar a atual conjuntura presente no campo organizacional, conforme ensinado por Coraiola *et al.* (2015); e a segunda circunstância, em virtude da insistente recusa de um dos empreendedores em aceitar a existência e institucionalização do Roteiro Turístico Sentidos do Campo, esforço este que pode ser justificado pela ausência de interesses atendidos pelo arranjo institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Quadro 17 – Trabalho Institucional de Ruptura Identificados¹³ (Pilar Regulativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE RUPTURA - PILAR INSTITUCIONAL REGULATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Desconexão de sanções	A desistência dos integrantes do roteiro em formalizar um Arranjo Produtivo Local (APL) de turismo, com o apoio de professores de Instituições de Ensino Superior (IES) e demais atores envolvidos no processo, sendo minimizados os benefícios que a implementação da nova prática proporcionaria às empresas individual e coletivamente.	Análise documental de ata de reunião
	Negar a existência e a institucionalização do Roteiro.	Entrevista com empreendedor

Fonte: dados da pesquisa.

A primeira situação analisada denota a ocorrência de um antecedente de desinstitucionalização de aspecto organizacional, em virtude da pressão política por aumento de inovações (OLIVER, 1992), desencadeado pela proposta de formalizar um APL naquele campo organizacional. Conforme proposto por Oliver (1992), o

¹³ Identificados no período compreendido entre janeiro de 2016 a junho de 2018.

segundo caso analisado denota a existência de pressão política de caráter organizacional, devido ao surgimento de interesses internos conflitantes que levaram o empresário entrevistado a rejeitar a institucionalização do Roteiro Sentidos do Campo.

4.3.3.2 Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Normativo

O trabalho coletivo realizado pelos atores sociais com a finalidade de interromper as instituições vigentes, definido como “desvinculação das fundações morais”, está relacionado à desassociação de práticas, regras ou tecnologias de sua base moral, dentro de um contexto cultural específico (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Nesse sentido, o Quadro 18 evidencia a presença desse tipo de ação social, no caso em estudo.

Este modelo de trabalho institucional foi identificado mediante a insistência do empreendedor entrevistado em demonstrar que o roteiro não trouxe benefícios nem mesmo proporcionou vantagens ao seu empreendimento, de forma a tentar desassociar as práticas benéficas existentes como sendo nulas, menosprezando os ganhos coletivos admitidos por grande parte dos empresários.

Quadro 18 – Trabalho Institucional de Ruptura Identificado¹⁴ (Pilar Normativo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE RUPTURA - PILAR INSTITUCIONAL NORMATIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Desvinculação das fundações morais	Rejeitar o fato de que o Roteiro proporcionou algum benefício ao empreendimento.	Entrevista com empreendedor

Fonte: dados da pesquisa.

Tal comportamento também pode ser classificado como um processo de desinstitucionalização proposto por Oliver (1992) como uma pressão política em âmbito organizacional, onde surgem interesses internos conflitantes tais quais foram relatados pelo entrevistado, em virtude de que o agente social perdeu o desejo de manter ou recriar a atividade organizacional institucionalizada, por sentir que as práticas deixaram de atender suas necessidades e expectativas.

¹⁴ Identificado em junho de 2018.

4.3.3.3 Trabalho Institucional de Ruptura – Pilar Institucional Cognitivo

O terceiro tipo de trabalho institucional de ruptura analisado, classificado como pilar institucional cognitivo, refere-se a “problematização” e diz respeito aos esforços dos atores relacionados à diminuição dos riscos percebidos decorrentes de inovação e diferenciação, minando as principais suposições e crenças em vigor.

De acordo com o Quadro 19, observa-se que a última ação identificada pelos esforços dos atores em provocar o rompimento das instituições, conforme o pilar institucional cognitivo, foi percebido pela saída de um dos empreendimentos do Roteiro Turístico, sob a alegação de que a participação da empresa no aglomerado não acrescentou benefícios ao seu negócio. Destaca-se que as empresas que também deixaram o NET compartilharam ou foram influenciadas por este posicionamento, uma vez que as entrevistas evidenciaram um grande entrosamento cognitivo, pelo fato de terem proferido um discurso semelhante.

Quadro 19 – Trabalho Institucional de Ruptura Identificado¹⁵ (Pilar Cognitivo)

TRABALHO INSTITUCIONAL DE RUPTURA - PILAR INSTITUCIONAL COGNITIVO		
Tipo	Caracterização do Tipo de Trabalho Institucional	Fonte de dados
Problematização	Retirar-se do grupo sob a justificativa de que o Roteiro não existiu, não proporcionou cooperação, não trouxe benefícios e nenhuma ação coletiva realizada via Roteiro Turístico surtiu efeito algum para os empreendimentos de turismo.	Entrevista com empreendedor

Fonte: dados da pesquisa.

Esta ação também evidenciou o processo de desinstitucionalização realizado pelos atores, que pode provocar o enfraquecimento ou o desaparecimento de instituições vigentes (OLIVER, 1992). Tal atitude pode ser classificada, segundo os antecedentes de desinstitucionalização apresentados por Oliver (1992), como uma pressão social por aumento da desagregação estrutural, em virtude dos conflitos e rupturas ocasionados por discordâncias quanto ao direcionamento que o grupo deveria seguir.

A análise dos tipos de trabalho institucional de ruptura presentes no campo organizacional evidenciou que as ações coletivas e os esforços voltados a disrupção

¹⁵ Identificado em junho de 2018.

de instituições foram realizadas pelos atores cujos interesses não foram atendidos pelos arranjos institucionais (OLIVER, 1992; LAWRENCE; SUDDABY, 2006) e desempenhadas com o objetivo de preservar o contexto institucional vigente (CORAIOLA *et al.*, 2015) no Roteiro Turístico Sentidos do Campo.

Assim, os dados analisados demonstraram que os atores sociais integrantes do campo organizacional são capazes de agir em prol de mudanças institucionais voltadas a romper com as instituições vigentes, como forma de proteção e resistência a possíveis mudanças que possam surgir.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo da presente pesquisa consistiu em compreender como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo desde a sua formalização. A base teórica utilizada nesta dissertação remete aos pressupostos da teoria institucional no que tange a capacidade intencional de agência dos atores sociais, por meio do trabalho institucional desenvolvido com a finalidade de promover a criação, a manutenção ou a ruptura das instituições vigentes.

Assim, após a realização de um estudo empírico, identificou-se que o trabalho institucional influenciou na implementação do Roteiro Turístico em decorrência da capacidade de ação racional dos atores sociais, no entanto, este processo de implementação não está totalmente consolidado.

Na fase de institucionalização do Roteiro Turístico, observou-se que as principais ações estavam relacionadas aos trabalhos institucionais de criação e manutenção, desempenhadas pelos atores relevantes envolvidos no processo, a saber: Secretaria Municipal de Turismo de Quatro Barras, Governo Federal e empresários do ramo de turismo da região de Quatro Barras.

A Secretaria Municipal de Turismo e o Governo Federal atuaram visando à criação de normas e regras para definir direitos de propriedade, possibilitando o acesso do grupo a recursos materiais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009), tais quais os investimentos financeiros provenientes do projeto Talentos do Brasil Rural. A ação social realizada pelos empreendedores foi identificada como do sendo de criação e manutenção institucional, denotando a necessidade de construir a identidade do grupo que encontrava-se em fase de criação, bem como apoiar as normas em vigor (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; FRAGOSO; GUARIDO FILHO, 2012).

O fato de que os principais atores envolvidos na implementação do Roteiro Sentidos do Campo serem agentes governamentais, evidencia a presença do modelo *top down* de implementação de políticas públicas

Já na etapa de desenvolvimento e manutenção do Roteiro Turístico, as ações coletivas desenvolvidas pelos empreendedores corresponderam aos esforços destinados a promover a criação, a sustentação e o rompimento das instituições vigentes, com o principal intuito de conservar o arranjo institucional vigente (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016).

Os resultados permitiram cumprir todos os objetivos específicos propostos nesta pesquisa, sendo apresentados na sequência, de forma ordenada, como cada um deles foi atendido:

O primeiro objetivo específico consistiu em descrever o processo de criação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo. Os dados coletados possibilitaram identificar que o processo de formalização do Roteiro teve início no ano de 2009, a partir da inscrição de um roteiro turístico pré-existente do Município de Quatro Barras no projeto de abrangência nacional denominado Talentos do Brasil Rural.

A partir da seleção no projeto, o município passou a desenvolver ações voltadas a captar e capacitar os empreendimentos turísticos contemplados pelo projeto, atuando em parceria com técnicos do MTUR que prestavam assessoria turística junto às empresas. O Roteiro Turístico Sentidos do Campo foi consolidado em 2014, mediante a organização dos empresários do setor de turismo, a criação de uma identidade viabilizada pela definição do nome e logotipo e inserção do Roteiro Turístico na relação de roteiros turísticos oficiais do Brasil.

Depois de formalizado, o grupo passou a desenvolver atividades conjuntas com o intuito de promover a legitimidade do Roteiro no contexto em que estava inserido. No entanto, apesar dos objetivos principais serem comuns, alguns conflitos internos provenientes de divergências quanto à adoção de estratégias coletivas e aparente morosidade no desenrolar das ações resultaram no rompimento de alguns empreendedores, que culminou na desassociação destes junto ao Roteiro Turístico.

Os dados evidenciaram que os integrantes do aglomerado almejavam os mesmos objetivos, no que tange ao desenvolvimento da região e reconhecimento do roteiro como uma rota efetiva de turismo, no entanto, não desenvolveram estratégias efetivas voltadas a esta finalidade, concentrando muitos esforços na elaboração do

desenho panorâmico, e a Figura 10 demonstra as empresas que patrocinaram na nova versão do mapa.

Figura 10 – Mapa Turístico do Roteiro Sentidos do Campo – 2017 (verso)

The image displays a grid of 24 promotional cards for various businesses in the 'Roteiro Sentidos do Campo' area. Each card includes a photo, a title, a brief description, contact information (address, phone, email), and a website or social media link. The businesses include hotels, restaurants, bars, and family farms.

- POUSADA SÍTIO DA ALEGRIA**: HOSPEDAGEM / LAZER / EVENTOS. Endereço: Estrada do Sítio, 1205 - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 98967-4757.
- HOTEL POUSADA DO ANHANAVA**: HOSPEDAGEM / CAFE / DA MANHA. Endereço: R. Lucas Medeiros Strassmann, 192 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672-1537.
- HARBOR SELF GRACIOSA**: HOSPEDAGEM / EVENTOS. Endereço: R. Alberto Santos Dumanski, 707 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672-4081.
- HOTEL ESTÂNCIA BETÂNIA**: HOSPEDAGEM / LAZER / EVENTOS. Endereço: Rua Francisco Antonio Cardasil, 42 - Curitiba - PR. Telefone: 41 3686 4383.
- HOTEL PLAZA CAPIVARI**: HOSPEDAGEM / LAZER / EVENTOS. Endereço: Estrada Antônio Rosinski, 8785 - Itaipu - PR. Telefone: 41 3686 6308.
- CASTELO CHAMBORD**: CASAMENTO E FORTES. Endereço: Estrada do Sítio, 1500 - Sítio São João - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 3336-8207 / 98977-4921.
- QUINA DO CHEF**: RESTAURANTE / BUFFET. Endereço: Rua Lucas Medeiros Strassmann, 228 - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 3676-2883 / 198843-4525.
- RESTAURANTE DONA JÚLIA**: RESTAURANTE / BUFFET / EVENTOS. Endereço: Avenida de São João, 10 - Sítio da Carolina e Sítio de São João - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 3676-1943.
- SUSHI AI**: COZINHA JAPONESA E INTERNACIONAL. Endereço: Segredo e Sítio do Tênis, 231 - Domingos dos Reis, 238 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672-4888.
- PASTASCIUTTA**: RESTAURANTE E PIZZARIA. Endereço: Rua Lucas Medeiros Strassmann, 112 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672 1056.
- CASARÃO PUB**: PUB / COZINHA ARTESANAL / MÚSICA AO VIVO. Endereço: Segredo e Sítio do Tênis, 238 - Domingos dos Reis, 238 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3671 3547.
- VINÍCOLA FAMÍLIA FARDO**: LAGAR / VENDA DE VINHOS. Endereço: Estrada do Sítio, 1205 - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 3672-1663 / 3672-4488.
- DELL'USINA**: VINHOS, SECOS E BEBIDAS ARTESANAS. Endereço: Rua Jacob Zabari, 193 - Barão do Campo - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672-2731 / 9974-3659.
- CHÁCARA OS GLADIADORES**: HORTALIÇAS / FRUTAS / NATURAL / SEM VIOLETA. Endereço: R. Lucas Medeiros Strassmann, 192 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 98973-6487 / 91924-4770.
- SALLIMERIA MONTE BELLO**: EMPANHADOS / LAZER / PETEQUÊ. Endereço: Rua Dom Pedro II, 947 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 367-4030 / 93225-7239.
- PESQUE-PAGUE GIACOMITTI**: PESQUE-PADE / LAZER / PETEQUÊ. Endereço: Estrada do Sítio, 1205 - Campina Grande do Sul - PR. Telefone: 41 3676 1056.
- RANCHO DO CAVALO**: PRODUTOS E VENDA DE ANIMIS. Endereço: Avenida São Sebastião, 2800 - Quatro Barras - PR. Telefone: 41 3672-1574 / 98937-5832.

Fonte: Roteiro Turístico Sentidos do Campo (2017).

O próximo objetivo específico buscou identificar os atores integrantes do campo organizacional no qual o Roteiro Sentidos do Campo está inserido, e para atendimento deste item, foram apontados todos os componentes do campo durante as fases de formalização e manutenção do Roteiro Turístico.

O campo organizacional em estudo permitiu identificar os atores, as organizações e as instituições pertencentes a tal contexto vigente (DIMAGGIO; POWELL, 2005 [1983]), tendo em vista a noção de campo organizacional como uma arena funcionalmente específica, apresentada por Scott (2004).

Tal concepção evidenciou os atores integrantes do campo organizacional a partir da atuação significativa das organizações em um ambiente funcionalmente específico,

que apresentaram alguma relação com seus parceiros de troca, financiadores e reguladores (SCOTT, 2004).

Na fase de implementação, os atores sociais identificados foram: Prefeitura Municipal de Quatro Barras, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Governo Federal, por meio do MTUR, MDA e MMA, SEBRAE/RS, Emater, fornecedores, turistas, instituições financeiras, prestadores de serviços e funcionários dos empreendimentos turísticos. Após a formalização, já na etapa de manutenção do aglomerado, foram evidenciados que os atores integrantes do campo organizacional foram: Prefeitura Municipal de Quatro Barras, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, QBCAMP, SEBRAE, fornecedores, turistas, instituições financeiras, prestadores de serviços e funcionários dos empreendimentos turísticos.

Após a formalização do Roteiro, órgãos como o Governo Federal e o SEBRAE/RS deixaram de integrar o campo organizacional, uma vez que já haviam concluído suas funções junto projeto que deu origem ao Roteiro Turístico.

O terceiro objetivo específico tratou de descrever as funções desempenhadas por cada ator envolvido na implementação do Roteiro Turístico, tópico este que foi devidamente atendido nesta pesquisa.

Evidenciam-se nesta seção os papéis fundamentais dos principais atores: Governo Federal, que autorizou a política pública para criação de roteiros turísticos por meio do projeto Talentos do Brasil Rural; o MDA, que foi o órgão financiador e trabalhou na elaboração do projeto; o SEBRAE/RS, que foi o órgão executor e também alocou recursos ao projeto; o MMA e GIZ, que apoiaram o projeto em seu início; o MTUR, que elaborou o projeto e realizou a gestão compartilhada, a coordenação e a produção técnica acerca do eixo “serviços”, além da realização da etapa de diagnóstico nos roteiros; o Município de Quatro Barras, que autorizou a inscrição do roteiro turístico no projeto, apoiou e deu suporte à formalização do roteiro; a Secretaria Municipal de Turismo, que inscreveu o município no projeto, apoiou e acompanhou o processo de implantação do Roteiro Turístico; e os

empreendedores, que aceitaram e se empenharam para adequar seus empreendimentos ao projeto.

Ressalta-se que os dados permitiram identificar que os principais agentes envolvidos no processo de formalização do Roteiro Turístico Sentidos do Campo estavam relacionados a alguma das esferas do governo, caracterizando o modelo *top-down* de implementação de políticas públicas, que ocorre quando as ações são executadas por representantes governamentais, o que requer um maior controle sobre os atores envolvidos (MAZMANIAN; SABATIER, 1981), bem como retomar o papel do papel do Estado no processo de decisão pública (LASCOURMES; LES GALÉS, 2014).

Quanto à especificação e o apontamento dos tipos de trabalho institucional realizados pelo aglomerado de turismo, tais objetivos foram atendidos pela identificação dos tipos de trabalho institucional realizados no Roteiro Turístico, viabilizados por meio de um estudo longitudinal descritivo retrospectivo do ano de 2009 (lançamento da política pública de criação do roteiro turístico) até julho de 2015, e um estudo descritivo observatório se deu a partir de agosto de 2015 (quando iniciou o contato da pesquisadora com o fenômeno) até junho de 2018 (período em que ocorreu a conclusão da coleta de dados), que possibilitou uma análise completa do fenômeno.

As análises quanto aos tipos de trabalho institucional identificados na presente pesquisa foram realizadas de forma analítica, permitindo verificar a existência de ações voltadas à criação, à manutenção e à ruptura de instituições no campo organizacional, conforme descritas por Lawrence e Suddaby (2006).

Ressalta-se que todas as ações identificadas se apresentaram de forma simultânea, de modo que a existência de um tipo de trabalho institucional pode reforçar ou inibir outro modelo analisado.

A análise demonstrou que o trabalho institucional de criação desenvolvido pelos integrantes do campo organizacional foi realizado com maior intensidade pelos agentes, evidenciando grande capacidade dos atores em promover ações voltadas a criar novas normas e regras no campo organizacional.

O trabalho institucional de criação, classificado no pilar institucional regulativo de Scott (2008) foi a tipologia que apresentou maiores incidências entre os dados analisados, demonstrando que as principais ações realizadas pelos atores voltadas à criação de regras, à definição de identidades e à defesa mediante a busca de apoio político visaram a proporcionar legitimidade ao roteiro.

Conforme já explanado, é notório que o grupo possui autonomia de ação, mas ainda configura-se muito dependente do poder público municipal para o desenvolvimento de estratégias que poderiam ser executadas exclusivamente pelo Roteiro Turístico.

As análises inerentes a este tipo de trabalho institucional permitiram concluir que os atores possuem grande capacidade de agência no que tange a criação de novas instituições e frequentemente buscam apoio político para a realização dos projetos coletivos.

O trabalho institucional de manutenção analisado evidenciou que as ações desempenhadas pelos atores inseridos no campo organizacional estão relacionadas à forte resistência a mudanças, com o intuito de neutralizar as possíveis ameaças que possam alterar o *status quo* no qual as empresas se encontram (MICELOTTA; WASHINGTON, 2013).

O estudo demonstrou que não há preservação dos fundamentos normativos com o intuito de sustentar e manter os mitos do processo de implementação do Roteiro Sentidos do Campo, conforme descritos por Lawrence e Suddaby (2006), evidenciados pela falta de conhecimento acerca do histórico de formalização do Roteiro Turístico, principalmente dos empreendimentos pertencentes ao município de Campina Grande do Sul. Tal fato pode ser justificado pela adesão tardia dos empreendimentos campinenses no aglomerado, que ocorreu após a sua formalização.

Assim, acredita-se que o entendimento e o reconhecimento dos esforços coletivos que foram empreendidos pelos atores a fim de promover a implementação do Roteiro Turístico poderiam auxiliar no processo de manutenção institucional, desencadeando um maior comprometimento dos participantes do campo

organizacional, ao compreenderem que a condição vigente não foi fruto de mero acaso, mas sim resultado de muito trabalho, tempo e investimentos públicos de atores governamentais que acreditaram no potencial turístico dos empreendimentos e da região.

As análises ainda evidenciaram que a proposta de implementação de um APL de turismo no aglomerado soou como uma ameaça ao contexto vigente, fazendo com que os membros do Roteiro Turístico desenvolvessem ações voltadas a manter a atual conjuntura do campo organizacional, mediante o estabelecimento de barreiras coercitivas à mudança institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Com isso, rejeitaram o apoio e suporte técnico de professores e pesquisadores de instituições de ensino superior que estavam dispostos a apoiar a formalização do APL.

Quanto ao trabalho institucional de ruptura presente no Roteiro Turístico, observou-se que os esforços e ações realizados pelos atores estão ligados à falta de interesses atendidos pela organização (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), como foi o caso dos empreendimentos que se desassociaram do Roteiro Turístico e agiram em prol de atacar ou minar as instituições vigentes (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016).

Observou-se ainda que as ações de ruptura também foram executadas pelos agentes sociais com o objetivo de preservar o contexto vigente (CORAIOLA *et al.*, 2015), evidenciado pelo declínio do grupo em empreender esforços voltados a formalizar um APL turístico.

Também foram identificadas ações destinadas a promover a desinstitucionalização das normas e regras, em virtude de pressões políticas e sociais (OLIVER, 1992) desencadeadas pelos próprios integrantes do roteiro, que, insatisfeitos pelos resultados e ganhos percebidos, trabalharam a fim de romper as instituições vigentes.

Por fim, os dados evidenciaram que, apesar de haver sucesso na formalização do Roteiro, o mesmo não ocorreu na fase de implementação, sendo este fato demonstrado pela diminuição do número de empresas integrantes do

Roteiro Turístico, por não haver um *website* próprio divulgando o Roteiro Turístico (e o que havia sido criado pela Prefeitura de Quatro Barras foi retirado), pela falta de protagonismo dos empreendedores integrantes do roteiro, que frequentemente projetam em terceiros a responsabilização do fracasso no próprio empreendimento e pela ruptura da proposta de implementação de um APL de Turismo, que traria maior visibilidade e organização ao grupo, entre outros aspectos. Tais fatores demonstraram que o Roteiro Turístico Sentidos do Campo está formalizado, porém não está totalmente implementado.

5.1 CONTRIBUIÇÕES DOS RESULTADOS

O presente estudo abrangeu os aspectos turísticos da região de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, Paraná, tendo em vista que os aglomerados têm se mostrado fenômenos eficazes para promover o desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas entre os empreendimentos de uma determinada região geográfica.

Deste modo, espera-se que os resultados desta pesquisa provoquem reflexões junto aos empreendedores turísticos acerca das práticas por eles executadas e auxiliem na compreensão de que as formas de ação adotadas podem culminar na realização de um planejamento estratégico consistente, que proporcione o desenvolvimento do Roteiro Turístico e da região em que está inserido.

O percurso metodológico adotado neste estudo longitudinal foi delineado pela abordagem qualitativa da pesquisa, classificada como descritiva, utilizando-se o estudo de caso como método. Os dados primários foram coletados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. Foram utilizados ainda dados secundários, tais como documentos institucionais, atas de reuniões e matérias jornalísticas publicadas na imprensa local, que foram analisados por meio de análise de conteúdo temática. Destaca-se que o aspecto longitudinal abordado nesta dissertação possui uma importante contribuição acadêmica, pois os dados coletados ao longo do tempo contribuem para tornar a pesquisa mais robusta.

Os resultados desta pesquisa poderão ainda servir de base para auxiliar os órgãos públicos e entidades correlatas na deliberação de ações e políticas públicas voltadas ao fomento de atividades econômicas das comunidades rurais.

Neste sentido, o acompanhamento de como o trabalho institucional coletivo influenciou na implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo poderá auxiliar na identificação de problemas que possam ocasionar possíveis falhas na implantação de outros roteiros, assim como promover o incentivo para a criação de novos aglomerados.

5.2 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

O estudo do processo de implementação do Roteiro Turístico Sentidos do Campo forneceu subsídios a pesquisas futuras de abordagem institucional, nas suas mais diversas vertentes.

Embora o foco desta dissertação tenha consistido em identificar as ações coletivas desenvolvidas pelos atores sociais com o intuito de promover mudanças institucionais, foram identificadas outras dimensões de estudo possíveis inerentes à teoria institucional, tais como a legitimidade, aspectos isomórficos, ambientes organizacionais, pilares institucionais, entre outros.

Assim, outras análises poderão ser realizadas a fim de identificar novas descobertas junto ao Roteiro Turístico Sentidos do Campo, no que tange a análise de habilidades sociais dos atores, ao empreendedorismo social, aos aspectos isomórficos presentes no aglomerado, níveis de institucionalização, entre outros.

Como sugestão para trabalhos futuros, indica-se ainda a realização de pesquisas que contemplem a presente análise em casos múltiplos, a fim de se comparar os resultados distintos e semelhantes que porventura venham a ser encontrados.

Sugere-se ainda a identificação da responsabilidade dos agentes indutores de políticas públicas, não apenas na fase de implementação como também na etapa de

manutenção, de modo que as organizações obtenham o suporte técnico necessário para agir em prol da continuidade dos projetos desenvolvidos pelo poder público.

A cultura patrimonialista (WEBER, 2000) ainda está muito presente em nossos dias no Brasil, o que faz com que as organizações busquem ser apadrinhadas a todo instante pelo poder público, em todas as suas esferas. Nesse sentido, sugere-se também estudos que evidenciem a prática do patrimonialismo nos Roteiros Turísticos existentes.

Sugere-se também a realização de pesquisas que abordem a análise da ação coletiva dos indivíduos, conforme proposto por Olson (1999), a fim de identificar certos aspectos do comportamento coletivo na busca de interesses comuns.

Os resultados desta pesquisa poderão servir de base para a realização de novos estudos, voltados à definição e criação de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento turístico local, mediante a identificação e análise das principais ações que surtiram o efeito esperado, além daquelas que não atingiram os objetivos iniciais propostos.

Por fim, destaca-se que as análises e considerações aqui realizadas não têm por finalidade esgotar a possibilidade de aprofundamento e investigação do tema proposto, muito pelo contrário, espera-se contribuir com a ampliação da discussão acerca da capacidade de agência dos atores sociais em aglomerações turísticas, bem como de que forma estes podem proceder a mudanças institucionais com o intuito de alterar a realidade do campo organizacional em que estão inseridos, auxiliando a promoção do desenvolvimento turístico, econômico e sustentável local.

REFERÊNCIAS

ALEKSANDROVA, A. Yu. Typology of countries of the world according to the development level of international tourism. **Geography and Natural Resources**, v. 37, n. 1, p. 18-25, 2016.

ALVES, Mário Aquino; KOGA, Natália Massaco. Brazilian nonprofit organizations and the new legal framework: an institutional perspective. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. SPE, p. 213-234, 2006.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; BARROS, Leonardo de Oliveira; PEREIRA, Edson Cardoso; TOFOLI, Lucilene; BACAN, Aline. Avaliação de processos de orientação profissional e de carreira: problemas e possibilidades. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 16, n. 2, p. 128-136, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712017000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jan. 2018.

AMORIM, Andre Luis Marra do; GODRI, Luciana. Institutional Work: Uma Ponte entre Estudos Críticos e Institucionais? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 4, p. 0-0, 2015.

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BARATTER, Marystela Assis. Habilidades sociais no Arranjo Produtivo Local de Software da cidade de Curitiba. 2010. Dissertação de Mestrado. Dissertação (mestrado em administração) – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Universidade Positivo, Curitiba, 2010.

_____; FERREIRA, Jane Mendes; COSTA, Mayla Cristina. Empreendedorismo Institucional: características da ação intencional. **Perspectivas Contemporâneas**, v. Ed Esp, p. 237-266, out, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa; URPIA, Ana Claudia Muller; PINHO, Lúdia; ALMEIDA FILHO, Naomor Monteiro de. O impacto do ambiente familiar nos primeiros anos de vida: um estudo com adolescentes de uma invasão de Salvador, Bahia. 1999.

BECKER, Grace Vieira; DUTRA, Joel Souza; RUAS, Roberto. Configurando a trajetória de desenvolvimento de competências organizacionais: um estudo de caso em uma empresa da cadeia automobilística. In: DUTRA, J. S.; FLEURY, M. T. L.; RUAS, R. L. (Org.). Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, 2008.

BEM PARANÁ. Caminho da Serra resgata estradas históricas que ligam Litoral ao Planalto. Jornal Bem Paraná, 10 mar. 2008. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/60963>>. Acesso em 19 mai. 2018.

_____. Quatro Barras: Roteiro no site. Jornal Bem Paraná, 10 set. 2012. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/229598>>. Acesso em 19 mai. 2018.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

_____; **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Ministérios e SEBRAE selecionam 24 roteiros turísticos para Talentos do Brasil Rural, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2011/03/ministerios-e-SEBRAE-selecionam-24-roteiros-turisticos-para-talentos-do-brasil-rural>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados / Joaquim J. M. Guilhoto. Carlos R. Azzoni. Fernando Gaiger Silveira... [et al.]. -- Brasília: MDA, 2007. 172 p; 16 cm. -- (NEAD Estudos; 19).

_____. _____. Turismo rural: convite a conhecer a vida do campo, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/turismo-rural-convite-conhecer-vida-do-campo>> Acesso em 22 mar. 2018.

_____. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística, 2007. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf>. Acesso em 29 abr. 2018.

_____. _____.; Resultado Final da Chamada Pública Talentos do Brasil Rural – Eixo Serviços, 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Resultado_Final_TBR_Servicos_Maio.pdf>. Acesso em 5 jun. 2018.

_____. _____.; Turismo reúne números da Copa do Mundo, 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1114-turismo-reune-numeros-da-copa-do-mundo.html>>. Acesso em 5 jun. 2018.

_____. _____.; Programa Talentos do Brasil Rural, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4888-programa-talentos-do-brasil-rural.html>> Acesso em 26 jun. 2016.

_____. _____.; Talentos do Brasil Rural, 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/80-editais/selecoes-e-chamadas-de-projetos/5942-talentos-brasil-rural.html>> Acesso em 12 mai. 2018.

BRYMAN, Alan. The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology. **British journal of Sociology**, p. 75-92, 1984.

_____; BELL, Emma. *Business Research Methods*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

CAMPINA GRANDE DO SUL. Pontos Turísticos, 2018. Disponível em: <http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/site/index.php?pg=pontos_turisticos>. Acesso em 06 mai. 2018.

CANNING, Mary; O'DWYER, Brendan. Institutional work and regulatory change in the accounting profession. **Accounting, Organizations and Society**, v. 54, p. 1-21, 2016.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory**: A practical guide through qualitative research. London: Sage Publications Ltd, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.

CICOUREL, Aaron. The acquisition of social structure: toward a developmental sociology of language. In: DOUGLAS, Jack. D. (Org.). *Understanding Everyday Life*. Chicago: Aldine, 1970.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COLLINS, Randall. **The Credential Society**. New York: Academic Press, 1979.

CORAIOLA, Diego Maganhotto; JACOMETTI, Márcio; BARATTER, Marystela Assis and GONCALVES, Sandro Aparecido. Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 701-726, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000400004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 16 jun. 2017.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUBELLATE, João Marcelo; GRAVE, Paulo Sérgio; MENDES AZEVEDO, Ariston. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. Esp, 2004.

CUNHA, Idaulo José. **Governança, internacionalização e competitividade de aglomerados produtivos de móveis no Sul do Brasil, Portugal e Espanha**. 1. ed. Chapecó: Arcus Ind. Gráfica, 2007.

CUNHA, Sieglinde Kindl da; CUNHA, João Carlos da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. SPE2, p. 63-79, 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (Org). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIMAGGIO, Paul Joseph. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, Lynne G. (Org). Institutional patterns and organizations: culture and environment. Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1988.

_____; POWELL, Walter W. Introduction. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul Joseph. The new institutionalism in organizational analysis. Chicago: The Chicago University Press, 1991.

_____; _____. A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, abr-jun, p.74-89, 2005 [1983].

DUARTE, Danielle Valente; TAVARES, Bruno. Institucionalismo e Determinações Governamentais: Evidências de Isomorfismo em Empresas de Base Tecnológica. *Anais... Encontro de Administração Pública e Governo*. Salvador, 2012.

EISENHARDT, Kathleen M. Agency and institutional theory explanations: The case of retail sales compensation. **Academy of Management journal**, v. 31, n. 3, p. 488-511, 1988.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. Furando a bolha pelo turismo, 2018(a). Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Furando_a_bolha_pelo_turismo.html> Acesso em 15 mar. 2018.

_____. Parques para o Planeta, 2018(b). Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Parques_para_o_Planeta.html>. Acesso em 15 mar. 2018.

FLIGSTEIN, Neil. The structural Transformation of American Industry: an institutional account of the causes of diversification in the largest firms, 1919- 1979. In: POWELL, W.W. e DIMAGGIO, P.J. The new institutionalism in organizational analysis. London: University of Chicago Press, p.311-337, 1991.

_____. Fields, power, and social skill: a critical analysis of the new institutionalisms. 1999. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/89m770dv>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Social Skill and the Theory of Fields. **Sociological Theory**. Vol. 19, p.105-125, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. Número de turistas estrangeiros da Copa supera expectativa do governo, 2014. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1484790-numero-de-turistas-estrangeiros-da-copa-supera-expectativa-do-governo.shtml>>. Acesso em 05 jun. 2018.

FORTIN, Marie-Fabienne; GRENIER, Raymond; NADEAU, Marcel. Métodos de colheita de dados. In: O processo de investigação: da concepção à realização. 2003.

FRAGOSO, Renata; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. Discurso como Recurso Estratégico: Implicações a Partir do Institutional Work. **XXXVI Encontro da Anpad, 2012**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_ESO2741.pdf>. Acesso em 06 ago. 2017.

FREIXO, Manuel. Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

FUNDEANU, Daniela Doina. Innovative regional cluster, model of tourism development. **Procedia Economics and Finance**, v. 23, p. 744-749, 2015.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GÓIS SOBRINHO, Ednaldo Moreno; AZZONI, Carlos Roberto. Aglomerações industriais relevantes do Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais e Urbanos**, vol. 9, n. 1, p. 1-18, 2015. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/63/144>> Acesso em 04 jan. 2017.

GONÇALVES, Sandro A. Mudança estratégica, esquemas interpretativos e contexto institucional: um estudo de caso longitudinal. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 6, n. 2, p. 1-28, 2007.

GOODE, William J; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1975.

GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy. Introduction. In: GREENWOOD, Royston, et al. *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage Publications Ltd., 2008.

GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. A influência dos valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 33-63, 2001.

_____; A construção da Teoria Institucional nos Estudos Organizacionais no Brasil: O período 1993 - 2007. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, 2008.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. Pearson, 2004.

HASSELBLADH, Hans; KALLINIKOS, Jannis. The project of rationalization: a critique and reappraisal of neo-institutionalism in organizational studies. **Organizational Studies**, v. 21, n. 4, p. 697-720, 2000.

HOFFMAN, Andrew J. Institutional evolution and change: Environmentalism and the US chemical industry. **Academy of management journal**, v. 42, n. 4, p. 351-371, 1999.

HOLANDA, Luciana Araújo de. Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo no Recife-PE. 2003. Dissertação de Mestrado. Dissertação (mestrado em administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

JACOMETTI, Márcio. Institutional work na conformação do conhecimento difundido em redes inter organizacionais: estudo de APLs no Estado do Paraná. 2013. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____; GONÇALVES, Sandro Aparecido; CASTRO, Marcos de. Institutional work e conhecimento em redes interorganizacionais: uma proposta para investigar APLs. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 17-47, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000600017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jan. 2017.

_____; _____; MINGHINI, Luciano; BONFIM, Leandro Rodrigo Canto; LAGO, Ellen Corrêa Wandembruck. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: Uma Proposição Metodológica. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 12, n. 3, p. 33-52, 2017.

JEPPERSON, Ronald. Institutions, institutional effects, and institutionalism. **The new institutionalism in organizational analysis**, p. 143-163, 1991. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/stovel/jeperson.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2018.

AGORA PARANÁ. Está confirmada a seleção de Quatro Barras no roteiro turístico oficial da Copa do Mundo. *Jornal Agora Paraná*, 16 mai. 2012. Disponível em: <<http://agoraparana.uol.com.br/impresso/>>. Acesso em 15 mai. 2018.

_____. Roteiro Turístico Sentidos do Campo recebe últimas instruções do Projeto Talentos do Brasil Rural. *Jornal Agora Paraná*, 26 ago. 2014(a). Disponível em: <<http://agoraparana.uol.com.br/impresso/>>. Acesso em 15 mai. 2018.

_____. Empreendedores de Quatro Barras e Programa Talentos do Brasil Rural formatam Roteiro Sentidos do Campo. *Jornal Agora Paraná*, 16 abr. 2014 (b). Disponível em: <<http://agoraparana.uol.com.br/impresso/>>. Acesso em 15 mai. 2018.

KANTER, Rosabeth Moss. **Commitment and Community**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

KUMAR, Ranjit. **Research methodology**: a step-by-step guide for beginners. London: SAGE, 2005.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia Do Turismo**. Editora Atlas SA, 2000.

LARSON, Magali Sarfatti. **The Rise of Professionalism**: A Sociological Analysis. Berkeley: University of California Press, 1977.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociología de la acción pública**. El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. **Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>> Acesso em 05 jan. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAWRENCE, Thomas B.; SUDDABY, Roy. Institutions and institutional work. In CLEGG, Stewart R; HARDY, Chyntia; NORD, Walter R. (Eds.), *Handbook of organization studies* (2nd edition) (pp. 215–254). London: SAGE Publications, 2006.

_____; _____. LECA, Bernard. **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____; LECA, Bernard; ZILBER, Tammar B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

LEÃO JUNIOR, Fernando Pontual de Souza. Formação e estruturação de campos organizacionais: um modelo para análise do campo cultural. **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 25, 2001.

LIMA, Marcelo de A. G.; AZEVEDO IRVING, Marta de; ABREU, Manuela Muzzi de. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E TURISMO: UMA RELAÇÃO MAL RESOLVIDA? **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, v. 11, n. 1, p. 174-201, 2017.

LINS, Hoyêdo Nunes. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Turismo-Visão e Ação**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2007.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis Luiz; FONSECA, Valéria Silva da. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (1993: Salvador). Anais... Salvador: ANPAD, v. 9, p. 147-159, 1993.

_____; _____. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Organizações & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 97-114, 1996.

_____; _____. Competitividade Organizacional: uma Tentativa de Reconstrução Analítica/Organizational Competitiveness: an Attempt of Analytical Reconstruction. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 33, 2010.

_____; _____. CRUBELLATE, João Marcelo. Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2005.

_____; _____. FERNANDES, Bruno H. Rocha. Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. **Administração contemporânea: perspectivas estratégicas**. São Paulo: Atlas, p. 102-118, 1999.

_____; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; NASCIMENTO, Maurício Reinert do; OLIVEIRA, Patrícia Tendolini. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. (Orgs.). Organizações, instituições e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____; _____. ROSSONI, Luciano. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação (1). **Revista de Administração Contemporânea**, p. 159, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. Trad. **Revista Rômulo de Almeida, Ottomy Stauch**. São Paulo: Abril Cultural, p. 231-239, 1982.

MARTINS, Cristina; FIATES, Gabriela Gonçalves Silveira; PINTO, Adilson Luiz. A relação entre os clusters de turismo e tecnologia e seus impactos para o desenvolvimento local: um estudo bibliométrico da produção científica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 1, p. 65-88, 2016.

MARTINS, Gilberto Andrade; PELISSARO, Joel. Sobre conceitos, definições e constructos nas Ciências Contábeis. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3372/337228656003/>>. Acesso em 6 jun. 2017.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. (Ed.). **Effective policy implementation**. Free Press, 1981.

MEDEIROS, Anny Karine de; AQUINO ALVES, Mário; FERREIRA SANTOS FARAH, Marta. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 5, 2015.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

_____; BOLI, J.; THOMAS, G. M. Ontology and rationalization in the Western cultural account. In: SCOTT, W. Richard; MEYER, John W. (Orgs.). **Institutional Environments and Organizations: Structural Complexity and Individualism**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MICELOTTA, Evelyn R; WASHINGTON, Marvin. Institutions and maintenance: The repair work of Italian professions. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1137-1170, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MISOCZKY, Maria Ceci. Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e

Deleuze. **Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 2003.

MOISANDER, Johanna K; HIRSTO, Heidi; FAHY, Kathryn M. Emotions in institutional work: a discursive perspective. **Organization studies**, v. 37, n. 7, p. 963-990, 2016.

MOHR, John W. Bourdieu's relational method in theory and in practice: From fields and capitals to networks and institutions (and back again). In: **Applying relational sociology**. Palgrave Macmillan, New York, 2013. p. 101-135

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

OLIVER, Christine. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, Edusp, 1999.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Panorama OMT del turismo internacional, Edición 2017. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419043>>. Acesso em 12 mar. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU declara 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustentavel-para-o-desenvolvimento/>> Acesso em 25 mar. 2018.

PATTON, Michael Quinn. Two decades of developments in qualitative inquiry: A personal, experiential perspective. **Qualitative social work**, v. 1, n. 3, p. 261-283, 2002.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2006.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARVALHO, Fabíola Cristina Costa de; OLIVEIRA, Marcela Costa Bifano de. Centros de pesquisa em turismo no MERCOSUL: distribuição, ênfases e possíveis interações como fator de desenvolvimento. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 321-344, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n1p321/35447>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. Boston: Harvard Business Review, 1998.

POUSADA SÍTIO DA ALEGRIA. Disponível em <<http://www.sitiodaalegria.com.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

POWELL, Walter W; WHITE, Douglas R; KOPUT, Kenneth W; OWEN-SMITH, Jason. Network dynamics and field evolution: The growth of interorganizational collaboration in the life sciences. **American journal of sociology**, v. 110, n. 4, p. 1132-1205, 2005.

QBCAMP. Associação Industrial e Comercial de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<http://www.qbcamp.com.br/>> Acesso em 5 jun. 2018.

QUATRO BARRAS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, Marcos Aurelio; MONTEIRO, Waleska de Fátima; CAMPOS, Antonio Carlos de; PARRE, José Luiz. Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região Sul. **Econ. Apl.** Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 311-338, jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 ago. 2017.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clovis L. Legitimidade, Governança Corporativa e Desempenho: Análise das Empresas da BM&F Bovespa (Legitimacy, Corporate Governance and Performance in BM&F Bovespa). 2013.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: An alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, p. 509-527, 1979.

RUHANEN, Lisa; COOPER, Chris. Applying a knowledge management framework to tourism research. **Tourism Recreation Research**, v. 29, n. 1, p. 83-87, 2004.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research methods for business students**. Harlow: Prentice Hall, 2009.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SCOTT, W. Richard. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.

_____. Unpacking institutional arguments. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis*. pp. 164-182. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____. Institutions and organizations: toward a theoretical synthesis. In SCOTT, W. Richard; MEYER, John W. *Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

_____. **Organizations**: rational, natural and open systems. 5 ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 2002.

_____. **Institutional theory**. *Encyclopedia of social theory*, v. 11, p. 408-414, 2004.

_____. **Institutions and organizations**: ideas and interests. 3rd ed. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

_____; MEYER, John W. The organization of societal sectors. In: MEYER, John; SCOTT, W. Richard. (Org). *Organizational environments*. Beverly Hills, CA: Sage, 1983.

_____; _____. The rise of training-programs in firms and agencies-an institutional perspective. **Research in organizational behavior**, v. 13, p. 297-326, 1991.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Chamada Pública Talentos do Brasil Rural: eixo serviços. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_TBR_Servicos.pdf>. Acesso em 13 mai. 2018.

_____. Talentos do Brasil: Catálogo de Produtos e Serviços. Porto Alegre, 2014.

SEIFERT JUNIOR, Rene Eugenio. Estratégias de internacionalização de empresas paranaenses da indústria de alimentos. 2004. Dissertação de Mestrado. Dissertação (mestrado em administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de Pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

SELZNICK, Philip. **A liderança na Administração**: uma Interpretação Sociológica. Tradução de Arthur Pereira Oliveira Filho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Serviços de Publicações, 1972.

_____. Institutionalism "old" and "new". **Administrative science quarterly**, p. 270-277, 1996.

SETUR-ES. Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo. Talentos do Brasil Rural - Agricultura familiar: prazo de inscrição até 16 de abril, 2012. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/talentos-do-brasil-rural---agricultura-famili>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

SHAH, Sonali. Sharing the world: the researcher and the researched. **Qualitative Research**, v. 6, n. 2, p. 207-220, 2006.

SILVA, Paula Maines da. Aglomerados e turismo: análise da produção científica nacional e internacional sobre o tema. **Turismo-Visão e Ação**, v. 16, n. 2, p. 338-357, 2014.

SOHN, Ana Paula; SILVESTRINI, Carolina; FIUZA, Thamires Foletto; LIMBERGER, Pablo Flôres. The elements that characterize the tourism cluster in Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brazil. **Rev. Bras. Pesq. Tur.** [online]. 2017, vol.11, n.1 pp.154-174. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-61252017000100154&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12 jul. 2017.

STACEY, Margaret. **Methods of social research**. Oxford: Pergamon Press, 1977.

STAKE, Robert E. Case studies. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2000. p. 435-454.

_____. *A arte da investigação com estudos de caso*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. The toolkit of economic sociology. Center for the Study of Economy and Society, Cornell University, Ithaca, NY, USA. 2004b. Disponível em: <http://www.economyandsociety.org/wp-content/uploads/2013/08/wp22_swedberg_toolkit04.pdf>. Acesso em 17 jun. 2018.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. The institutionalization of institutional theory. **Studying Organization. Theory & Method**. London, Thousand Oaks, New Delhi, p. 169-184, 1999.

TOMAZZONI, Edegar Luis; COSTA, Juliana Soares da. Ações estratégicas e visões dos atores do cluster de turismo da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 1, p. 3-21, 2015. Disponível em: <<https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/513>>. Acesso em 14 jun. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

TURETA, César; ALCADIPANI, Rafael. Entre o Observador e o Integrante da Escola de Samba: os Não-Humanos e as Transformações Durante uma Pesquisa de Campo/Between the Observer and the Samba School's Member: Non-Humans and Transformations During a Field Study. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 209, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a04.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.

VALE, Gláucia Maria Vasconcelos; CASTRO, José Márcio de. Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/6760>>. Acesso em 12 jan. 2017.

VAN DE VEN, Andrew; POOLE, Marshall Scott. Explaining development and change in organizations. **Academy of Management Review**, n. 20, p. 510-540, 1995.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. Apresentação: Fórum Teoria Institucional. **RAE Eletrônica (Online)**, v. 4, p. 1-2, 2005.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

VILELAS, José. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. Lisboa: Edições Sílabo, p. 119-252, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WILLIAMSON, Oliver E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**. New York: Free Press, 1975.

YAZAN, Bedrettin. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 149-182, 2016.

YILDIZ, Tayfun; AYKANAT, Zafer. Clustering and innovation concepts and innovative clusters: an application on technoparks in Turkey. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 195, p. 1196-1205, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815036526>>. Acesso em 18 jul. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; revisão Técnica Cláudio Damascena. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

_____. **Applications of Case Study Research**. SAGE Publications, 2011.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de psicologia**, v. 7, 2002.

MA, Charlene; WINN, Monika I. Reflections on process and process theorizing: revisiting our work “Organizational field power dynamics and the ‘War of the Woods’”. In: Unpublished Manuscript, Presented at the The First Organization Studies Summer Workshop on Theorizing Process in Organization Research, Santorini: Greece. 2005.

_____; LAWRENCE, Thomas B. Institutional work in the transformation of an organizational field: The interplay of boundary work and practice work. **Administrative science quarterly**, v. 55, n. 2, p. 189-221, 2010.

ZILBER, Tammar B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings, and actors: the case of a rape crisis center in Israel. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 234-253, 2002.

ZUCKER, Lynne G. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 443-464, 1987.

APÊNDICE 1

I. ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL

1. Como ocorreu a participação no projeto Talentos do Brasil Rural?
2. Houve alguma resistência quanto a participação?
3. Como ocorreu o processo de criação do roteiro?
4. Quais pessoas ou organizações tiveram alguma influência na implementação do roteiro turístico?
5. Quais atores integram a rede de relacionamentos do roteiro?
6. Quais foram as funções desempenhadas por cada ator?
7. Percebeu alguma mudança nos empreendimentos a partir da criação do roteiro?
8. O governo federal deu todo o suporte necessário à implementação?
9. As prefeituras municipais forneceram todo o suporte necessários à implementação?
10. Qual órgão ou entidade mais apoiou a criação do roteiro?
11. O que levou os empreendedores a formalizar o roteiro?
12. Algo dificulta o desenvolvimento do roteiro?
13. Por que poucos empreendedores aderiram ao projeto?
14. Os empreendedores são unidos quando buscam alcançar interesses coletivos?
15. Gostaria de relatar algum fato que julga importante mencionar?

II. ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA EMPREENDEDORES

1. Qual é o seu nome, idade, empreendimento a que pertence, a função desempenhada na empresa, e há quanto tempo ela existe?
2. Como ocorreu a participação da sua empresa no Roteiro Turístico?
3. Atualmente a sua empresa integra o Roteiro?
4. Houve alguma resistência de sua parte quanto à participação?
5. Percebeu alguma mudança nos empreendimentos a partir da criação do roteiro?
6. O governo federal deu todo o suporte necessário à implementação?
7. As prefeituras municipais forneceram todo o suporte necessários à implementação?
8. Qual órgão ou entidade mais apoiou a criação do roteiro?
9. O que levou os empreendedores a formalizar o roteiro?
10. Algo dificulta o desenvolvimento do roteiro?
11. Por que poucos empreendedores aderiram ao projeto?
12. Por que alguns empreendedores saíram do roteiro?
13. Os empreendedores são unidos quando buscam alcançar interesses coletivos?
14. Você acha que existe cooperação entre os participantes do roteiro?
15. Você acredita que a ação coletiva é capaz de alterar as normas e padrões presentes no roteiro? Se sim, lembra de algum exemplo?
16. O roteiro trouxe algum benefício ao seu empreendimento? Qual?
17. O que você espera (ou esperava) do roteiro?
18. Quem foram os principais responsáveis pela formalização do roteiro?
19. As ações coletivas no roteiro contribuem para aceitar novas práticas?
20. As ações coletivas no roteiro contribuem para manter as práticas existentes?
21. As ações coletivas no roteiro contribuem para romper as práticas existentes?
22. Que entidades formavam o grupo de relacionamentos do roteiro no início?
23. Que entidades formam o grupo de relacionamentos do roteiro atualmente?
24. O seu empreendimento depende de outras organizações para sobreviver? Quais?
25. Por que o grupo declinou da ideia de formalizar o Arranjo Produtivo Local?

26. Você acha que alguma prática passou a ser realizada da mesma forma nas organizações, como um padrão?
27. Os técnicos do MTUR visitaram seu empreendimento? Se sim, propuseram alguma mudança?
28. Você mudou alguma coisa na sua empresa em decorrência de sua adesão ao roteiro? Como algum tipo de padrão ou adequação a alguma norma?
29. Algum trabalho coletivo do grupo resultou em algo importante? Se sim, foi importante para quem?
30. Gostaria de relatar algum fato que julga importante mencionar?